



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM ESTUDOS DE CULTURA E
TERRITÓRIO**

ÍTALO DANYEL AMORIM GONÇALVES DOS SANTOS

**IDENTIDADES E DILEMAS MIGRATÓRIOS: NARRATIVAS DOS MIGRANTES
MARANHENSES EM ARAGUAÍNA-TO**

ARAGUAÍNA

2018

ÍTALO DANYEL AMORIM GONÇALVES DOS SANTOS

IDENTIDADES E DILEMAS MIGRATÓRIOS- NARRATIVAS DOS MIGRANTES
MARANHENSES EM ARAGUAÍNA-TO

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Tocantins - UFT, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos de Cultura e Território, turma 2016-2018, linha 2, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Profº. Drº. Jean Carlos Rodrigues

ARAGUAÍNA

2018

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

S237i Santos, Ítalo Danyel Amorim Gonçalves dos .
Identidades e dilemas migratórios : narrativas dos migrantes
maranhenses em Araguaína-TO . / Ítalo Danyel Amorim Gonçalves
dos Santos. – Araguaína, TO, 2018.

139 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do
Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Pós-
Graduação (Mestrado) em Estudo de Cultura e Território, 2018.

Orientador: Jean Carlos Rodrigues

1. Cultura. 2. Maranhão. 3. Migração. 4. Tocantins. I. Título

CDD 306

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de
qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que
citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da
UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

ÍTALO DANYEL AMORIM GONÇALVES DOS SANTOS

IDENTIDADES E DILEMAS MIGRATÓRIOS- NARRATIVAS DOS MIGRANTES
MARANHENSES EM ARAGUAÍNA-TO

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Tocantins - UFT, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos de Cultura e Território, turma 2016-2018, linha 2, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Data de Aprovação: 25 / 09 / 2018

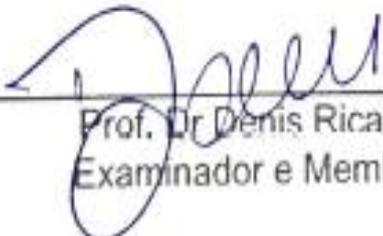
Banca Examinadora:



Prof. Dr. Jean Carlos Rodrigues - UFT
Orientador e Presidente da Banca



Prof. Dr. Plábio Marcos Martins Desidério
Examinador e Membro Interno



Prof. Dr. Denis Ricardo Carloto
Examinador e Membro Externo

Dedico a minha mãe Maria de Fátima
Gonçalves e minha irmã Danyelle Amorim
Gonçalves dos Santos, pelo amor e
parceria de toda uma vida.

AGRADECIMENTOS

Confesso que considero um desafio o momento dos agradecimentos, há uma linha tênue que separa a gratidão e ingratidão. Foram dois anos, curtos e longos, de incansáveis noites com a companhia do café, e de finais de semana de abstenção. Por mais que a trajetória se demonstrou árdua, há sujeitos que aliviam este processo tornando-o mais leve.

Acredito que a divindade se manifesta através de pessoas e ocasiões, e uma das formas de concretização da manifestação divina, está na minha figura materna, agradeço primeiramente a ela, Maria de Fátima Gonçalves, por ter me apoiado, suportado, aliviado minhas angústias sempre com suas palavras de conforto e dedicação, estendo os agradecimentos a minha irmã Danyelle Amorim Gonçalves dos Santos, meu sobrinho Joaquim Amorim Ferreira e a Leandro Dias Monteiro Vanderley.

Ao Professor Doutor e meu orientado Jean Carlos Rodrigues, pela credibilidade, confiança, paciência, os ajustes essenciais a pesquisa, e principalmente a sabedoria firme que sempre demonstrou desde a primeira orientação.

Ao programa de Mestrado em Cultura e Território (PPGCULT) na figura do Professor Doutor Plábio Marcos Martins Desidério e todo corpo docente, pelo suporte e apoio na construção e desenvolvimento da pesquisa.

À família Centro Universitário Presidente Antônio Carlos- UNITPAC, pela confiança em meu trabalho, representados pelos Professores Romualdo Flávio Dropa, Raquel Torquato Rodrigues de Azevedo e Luis Felipe Defavari.

À Faculdade Católica Dom Orione-FACDO, na figura do Professor Daniel Cervantes Ângulo Vilarinho e a assistente de coordenação Marcia Regina de Oliveira, ambos, assim como os demais docentes, foram essenciais na minha formação humana e acadêmica.

À equipe do Cartório da Unidade de Tratamento Penal Barra da Grotta-TO, Alliny Bringel, Lennon Pinheiro e Ulysses Barbosa, agradeço ao companheirismo e compreensão, por aliviarem fardos, pelo vínculo familiar e fraterno diário.

Aos moradores da Vila Maranhão, por me possibilitarem a realização desta pesquisa, e por me permitirem conhecer um pouco mais de suas construções de vida.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Projeto de redivisão territorial nº 88 de 1973.....	48
Figura 2 –Redimensionamento do Espaço de Representação	59
Figura 3 – Base cartográfica do Tocantins	62
Figura 4 –Entrada da Vila Maranhão, pelo setor Araguaína Sul, bairro ocupado da cidade de Araguaína-TO	66
Figura 5 – Entrada da Vila Maranhão, pelo setor Topázio, bairro ocupado da cidade de Araguaína-TO.....	66
Figura 6 – Construção na Vila Maranhão, Igreja Assembleia de Deus.....	67
Figura 7 – Casas na Vila Maranhão.....	67
Figura 8 – Trajetórias e origens dos moradores da Vila Maranhão.....	89

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução da população e taxas de crescimento médio anual centro-oeste ampliado 1970/96.....	72
Tabela 2 – Principais trocas migratórias líquidas Tocantins – 1986/96.....	73

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Perfil dos depoentes e migrantes	85
---	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	MIGRAÇÃO E SEUS PARADIGMAS: A EXPANSÃO NORTISTA BRASILEIRA, DISCURSOS, IDENTIDADES E OS SENTIDOS ATRIBUÍDOS	17
2.1	As implicações dos processos de deslocamentos territoriais.....	17
2.2	O Movimento migratório da região norte: uma abordagem exógena e endógena de desenvolvimento.....	19
2.3	A expansão exógena na construção do aparelhamento amazônico.....	23
2.4	A indução do deslocamento interno como forma de aparelhamento nortista.....	25
2.5	Os aspectos atinentes ao crescimento populacional da região norte, fomentado por economias de fronteiras.....	30
2.6	A expansão exógena e endógena da Amazônia e suas similitudes com a criação do Estado do Tocantins.....	32
3	AS TERRITORIALIDADES E OS SENTIDOS ATRIBUÍDOS NO PROCESSO MIGRATÓRIO: O TOCANTINS, SUA CRIAÇÃO E A TERRITORIALIZAÇÃO DOS SUJEITOS	36
3.1	Os espaços, as territorialidades e as multiterritorialidades decorrentes do processo migratório de acordo com a Teoria da Representação Social ...	36
3.2	A teoria da representação social e suas implicações no Estado do Tocantins.....	42
3.3	As Representações sociais na criação do Estado do Tocantins	54
3.4	Espaço de representação - Maranhão, Tocantins, Araguaína-TO e Vila Maranhão.....	58
3.5	Expansão migratória em Araguaína-TO.....	61
3.6	Dilemas migratórios- a ocupação da Vila Maranhão	64
3.7	Invasores ou ocupantes maranhenses? A representação e os sentidos advindos da ocupação maranhense na Vila Maranhão.....	69
4	A MIGRAÇÃO MARANHENSE NO ESTADO DO TOCANTINS, OS DISCURSOS E OS SENTIDOS ATRIBUÍDOS.....	71
4.1	As trocas migratórias entre os Estados do Maranhão e do Tocantins.....	71
4.2	A “criação” do Estado do Tocantins e a sua influência no processo migratório maranhense	75

4.3	Por que discutir o deslocamento maranhense ao Estado do Tocantins? .	79
4.4	A influência do discurso fundador do Estado do Tocantins na Migração Maranhense.....	80
4.5	Os maranhenses na vila Maranhão- os sujeitos e seus discursos proferidos através do deslocamento interno.....	83
4.6	As Subjetividades dos sujeitos no deslocamento Maranhão e Araguaína-TO.....	91
4.7	A aplicação da análise do discurso no deslocamento Maranhense ao Estado do Tocantins.....	99
4.8	A memória e as discursividades do Migrante Maranhense	101
4.9	O processo de segregação Interna em desfavor do Maranhense na cidade de Araguaína-TO	109
4.10	O migrante maranhense: o estrangeiro e o estranho	117
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
	REFERÊNCIAS	124
	ANEXO A	132

RESUMO

Os processos migratórios sempre se fizeram constantes e presentes na nossa história, é inegável que os diversos deslocamentos humanos contribuíram e continuam a contribuir para a formação cultural dos povos, e devido a esse processo, torna-se difícil definir o que seria cultura originária de um povo. A prática criacionista do Tocantins desenvolveu-se na base discursiva, as suas delimitações territoriais e ideológicas foram criadas a partir da sua constituição legal. Insta salientar que, ao problematizar os dilemas migratórios com ênfase na relação Maranhão e Tocantins mais precisamente na cidade de Araguaína, há uma necessidade de ouvir os agentes que são frutos dessa relação. Através das narrativas orais será possível depreender como o fluxo migratório contribuiu e influenciou nas práxis culturais, intelectuais, ideológicas, representativas e simbólicas desenvolvidas na cidade de Araguaína, assim como, os efeitos dessa simbiose no processo de transformação cultural dessa região.

Palavras-chave: Cultura. Maranhão. Migração. Tocantins.

ABSTRACT

The migratory processes have always been constant and present in our history, it is undeniable that the various human displacements have contributed and continue to contribute to the cultural formation of peoples, and because of this process, it becomes difficult to define what would be a native culture of a people. The creationist practice of Tocantins developed on the basis of discourse, its territorial and ideological delimitations were created from its legal constitution. It urges to point out that, in problematizing migratory dilemmas with an emphasis on the Maranhão and Tocantins relationship, more precisely in the city of Araguaína, there is a need to listen to the agents who are the fruits of this relationship. Through the oral narratives it will be possible to understand how the migratory flow contributed and influenced the cultural, intellectual, ideological, representative and symbolic praxis developed in the city of Araguaína, as well as the effects of this symbiosis in the process of cultural transformation of that region.

Keywords: Culture. Maranhão. Migration. Tocantins.

1 INTRODUÇÃO

As constantes movimentações humanas construíram um mundo multifacetário, com diversas formas, linguagens, narrativas, memórias, discursos, manifestações e estilos, que transpõe fronteiras territoriais e permeiam gerações. Diante disto, torna-se ainda mais complexo, dentro de tamanhas generalidades e singularidades, divididas por poucos espaçamentos e por linhas tênues, definir o que seria cultura e como se delimitar identidades dentro de um espaço territorial. Conforme Santos (2006, p. 8), é possível entender que o termo Cultura “diz respeito à humanidade como um todo e ao mesmo tempo a cada um dos povos, nações, sociedades e grupos humanos”.

Ao dialogar com Raymond Williams na sua obra *The long revolution*, Hall (2003, p. 134) em seu livro “Da Diáspora- identidades e mediações culturais” observa que a cultura não é apenas uma prática e nem a soma descritiva dos costumes. Esta perpassa as práticas sociais e constitui a soma do inter-relacionamento das mesmas:

A cultura é esse padrão de organização, essas formas características de energia humana que podem ser descobertas como reveladoras de si mesmas – ‘dentro de identidades e correspondências inesperadas’, assim como em ‘descontinuidades de tipos inesperados’ – dentro ou subjacente a todas as demais práticas sociais. A análise da cultura é, portanto, ‘a tentativa de descobrir a natureza da organização que forma o complexo desses relacionamentos’. Começa com ‘a descoberta de padrões característicos’. Iremos descobri-los não na arte, produção, comércio, política, criação de filhos, tratados como atividades isoladas, mas através do ‘estudo da organização geral em um caso particular’ (HALL, 2003, p.134).

Para Hall (2003, p. 92) não há como categorizar cultura em um termo obsoleto, esta é dotada de sentidos e significados, está inserida em “identidades e correspondências inesperadas”, e também é “descontinuidades de tipos inesperados”, não há formas padronizadas culturais. Em uma sociedade pós-moderna, a simbiose cultural entre os povos é fato inegável, pois conforme Hall (2003, p. 9), “as identidades modernas estão entrando em colapso”.

Um dos fatores que fomentam a crise identitária na cultura pós-moderna são os contatos entre diversas sociedades, assim como, as trocas migratórias que ocorrem entre regiões. Deste modo, ao problematizar as questões atinentes a criação do Estado do Tocantins, observa-se que esta coaduna com o que se diz Hall (2003,

p. 94), uma vez que o novo ente político da federação brasileira serviu como fator de atração e deslocamento de pessoas de diversas origens.

Esta perda de um "sentido de si" estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento — descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos — constitui uma "crise de identidade" para o indivíduo. Como observa o crítico cultural Kobena Mercer, "a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza (HALL, 2003, p.9).

O processo de emancipação do Estado do Tocantins reflete uma prática ideológica discursiva, pois o território, levando-se em consideração o aspecto narrativo, já existia, a propagação da criação de um novo estado, assim como na lenda de eldorado¹- em que os nativos indígenas propagavam uma terra repleta de tesouros como o ouro maciço e puro com o intuito de atrair os imigrantes europeus- serviu para que os novos migrantes vislumbrassem aqui um "novo território" a ser conquistado.

Com o novo ente político, deu-se início a um processo de deslocamento baseado em promessas da construção de uma nova realidade, e com esse fluxo migratório, cidadãos de outros estados deslocaram-se para o Tocantins trazendo na bagagem a esperança de dias melhores, dentre eles destacam-se os migrantes de estados fronteiriços como Goiás, Pará, Piauí, Bahia e Maranhão, sendo que os maranhenses são os que se destacam nos processos migratórios ao Tocantins.

Em decorrência de tal dado mencionado, a pesquisa tem como escopo dialogar o processo migratório maranhense à cidade de Araguaína-TO, e a crise identitária (ou não) ocasionada devido a tal fato.

A priori, a implicação pela investigação do processo migratório se deu por uma experiência pessoal como um nordestino migrante para o Estado do Tocantins, mais precisamente na cidade de Araguaína-TO. Em decorrência da amplitude da região nordeste e pôr esta possuir um número acentuado de migrantes na região norte, o recorte pela população maranhense realizou-se pelo fato de ser o número mais

¹ O mito do Eldorado data de muitos séculos atrás e segue até os dias de hoje, fato comprovado tendo em vista o número de aventureiros que ainda partem em busca do Eldorado pelos espaços amazônicos, como Serra Pelada, e outros longínquos pontos da floresta. A ideia de um Paraíso terreal, de um verdadeiro Éden na terra, desponta, na literatura, desde muito tempo atrás. A idealização poética desse lugar é apresentada desde a Odisséia, em que lemos a descrição de lugares abençoados, como o Olimpo, onde não havia neve, furacões ou trovoadas; lugar onde a fome e a peste não alcançariam os meros mortais [...] (LEMOS, 2014, p. 52).

acentuado de migrantes na cidade de Araguaína e no próprio Estado do Tocantins, como será demonstrado no texto através dos dados propagados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

A utilização metodológica da Análise do discurso objetiva através dos depoimentos colhidos com os migrantes maranhenses na região de Araguaína-TO, dialogar os aspectos da crise identitária em decorrência da simbiose cultural entre Tocantins e Maranhão.

O escopo da pesquisa é problematizar as implicações advindas de tal processo, não há como mapear todos os paradigmas decorrentes do deslocamento dos maranhenses para a região, mas, através das narrativas são realizadas ponderações sobre o objeto em análise, assim como, levantado questionamentos advindos das explicações efetuadas pelos migrantes.

Outro ponto a ser salientado, são as motivações da escolha para o recorte territorial da Vila Maranhão, situada na cidade de Araguaína-TO. Em análise as bibliografias que dialogam com o tema em questão, a dissertação do Professor Roberto Antero da Silva, denominada “Agropecuária de Araguaína-TO e novas centralidades” há uma abordagem territorial do processo de ocupação, de um espaço nesta urbe o qual foi intitulado Vila Maranhão.

O recorte pela Vila Maranhão como lócus da pesquisa, além do aspecto simbólico trazido pela denominação do espaço, há sentidos atribuídos que problematizam com os contextos inseridos, sendo que um destes se reporta ao aspecto histórico atinente ao processo de ocupação, o qual se deu em decorrência de um processo migratório encabeçado por um grupo de maranhenses desencadeando a ocupação da Vila.

As entrevistadas realizadas com autorização do Comitê de Ética e Pesquisa do Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (conforme apêndice A), foi metodologicamente semiestruturada, um dos fatores por tal método para colher os depoimentos dos entrevistados, deu-se em conta da preocupação do pesquisador em urdir os depoimentos com a análise do discurso, permitindo que os depoentes através das suas narrativas explanassem suas trajetórias de deslocamento.

A pesquisa se divide em três partes, sendo que a primeira se discute a migração e seus paradigmas, a preocupação em tal enxerto do texto é traçar uma linha de diálogo com a expansão rumo a região norte ponderando com as similitudes do processo expansionista ao Estado do Tocantins. Através das discussões realizadas

por Becker (2007) que mobiliza o desenvolvimento da região amazônica nos sentidos exógenos e endógenos, observa-se que, há semelhanças no processo de expansão, motivadas por um discurso de aparelhamento estatal territorial objetivando o deslocamento para tais territórios.

Na segunda parte do texto, preocupa-se em discutir as territorialidades apresentadas na pesquisa, urdindo com a teoria do espaço de representação levando em consideração o aporte teórico de Sylvio Fausto Gil Filho (2005), dialogando com a criação do Estado do Tocantins, a expansão migratória em Araguaína-TO, e a ocupação realizada na Vila Maranhão.

A terceira parte da pesquisa, possui como intuito analisar os depoimentos colhidos dos moradores da Vila Maranhão através da análise do discurso, possuindo como referencial teórico Orlandi (2009) e Pêcheux (1997), pelo material colhido e o tempo da pesquisa há uma amplitude de caminhos a serem dialogados, o recorte realizado possui como intuito traçar uma problematização com o apresentado no decorrer do texto, advindo da semiestrutura das entrevistas realizadas.

O diálogo mobilizado no texto possui como enfoque aspectos territoriais e culturais, e através da abordagem realizada pela análise do discurso dialoga-se a respeito da crise identitária e as diversidades culturais existentes na troca cultural através dos depoimentos dos indivíduos.

2 MIGRAÇÃO E SEUS PARADIGMAS- A EXPANSÃO NORTISTA BRASILEIRA: DISCURSOS, IDENTIDADES E OS SENTIDOS ATRIBUÍDOS

“Realmente a vida não era má. Pensou com um arrepio na seca, na viagem medonha que fizera em caminhos abrasados, vendo ossos e garranchos. Afastou a lembrança ruim, atentou naquelas belezas”.
(RAMOS,1938).

2.1 As implicações dos processos de deslocamentos territoriais

Os processos migratórios sempre se fizeram constantes e presentes na história, os diversos movimentos humanos contribuíram e continuam a contribuir para a formação cultural dos povos, e devido a esse processo, torna-se difícil definir o que seria cultura e identidade específica de um povo. Melander Filho (2009) em sua obra “A cultura segundo Edward B. Tylor e Franz Boas”, aduz que Tylor foi um dos primeiros a formular um conceito antropológico de cultura, ao afirmar que “é aquele todo complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei os costumes e todos os outros hábitos e aptidões adquiridos pelo homem como membro da sociedade”.

Essas constantes movimentações humanas construíram um mundo multifacetário, cheio de cores, formas, manifestações e estilos, que transpõe fronteiras territoriais e permeiam gerações, torna-se ainda mais complexo, dentro de tamanhas generalidades e singularidades, divididas por poucos espaçamentos e por linhas tênues, definir o que seria cultura, assim como delimitar identidades dentro de um espaço territorial, conforme Santos (2006) é possível entender que o termo Cultura “diz respeito à humanidade como um todo e ao mesmo tempo a cada um dos povos, nações, sociedades e grupos humanos”.

Diante deste paradigma, o Tocantins por ser o Estado mais novo da Federação, criado com a Carta Magna de 1988, trouxe consigo promessas de renovações, objetivando uma ruptura com o velho território “norte goiano”, forja-se uma identidade cultural, com o intuito de legitimar a criação política de um novo espaço dentro do antigo território, conforme esclarece Rodrigues (2010): “foi uma identidade cultural inventada, para dar suporte a uma elaboração discursiva por um grupo social

interessado na criação do Estado do Tocantins que implicou em uma nova divisão regional do Brasil”.

Com a criação do novo Estado deu-se início a uma peregrinação baseada em promessas da construção de uma nova realidade, e com esse fluxo migratório, cidadãos de outros estados migraram para o Tocantins trazendo na bagagem expectativas, dentre eles, destacam-se os estados Fronteiriços como Goiás, Piauí, Bahia e Maranhão, sendo que os Maranhenses são os que se destacam nos processos migratórios ao Tocantins. Haesbaert delimita bem essa questão de fluxo migratório ao relacionar cultura a espaço, conforme esclarece:

[...] toda identidade cultural é ‘espacial’, na medida em que se realiza no/através do espaço, mas nem toda identidade é ‘territorial’, no sentido da centralidade adquirida pelo referente espacial em estratégias de apropriação, culturais e políticas, dos grupos sociais – ou seja, realiza-se claramente, neste caso, o elo entre espaço, política e cultura. (HAESBAERT, 2008, p.45)

Em um dos depoimentos colhidos na Vila Maranhão, área de estudo delimitada para a problematização das questões urdidas no trabalho, ao ser questionado sobre as motivações que o trouxeram para o Estado do Tocantins, especificamente para a cidade de Araguaína-TO, o entrevistado pondera:

O que me trouxe aqui para Araguaína, é que nem eu falei, foi tipo assim uma curiosidade porque as pessoas falavam assim: - lá é melhor, lá tem mais oportunidade de trabalho não é, é mais desenvolvido, a cidade é maior, o estudo é maior. Que o que mais me chamou a atenção foi isso, foi o estudo, porque lá no Maranhão não faz faculdade de graça, mesmo você ganhando uma bolsa, entendeu? Não tem, lá não tem, de graça não. Aí daí a minha preocupação, a minha história todinha, o meu sonho é ver meus filhos formado, claro, toda mãe acho tem esse sonho não é, não é a toa que eu vivo aqui lutando pra isso. Aí foi isso, o que me chamou mais atenção foi isso aí. (ENTREVISTADO 1).

Observa-se que há uma gama de motivações que contribuem para o deslocamento do depoente, esta “curiosidade” reflete as expectativas por uma melhoria de vida, que através do aparelhamento estatal da cidade de Araguaína-TO, a qual a mesma refere-se como “grande”.

De acordo com Orlandi (2009) o discurso não é transparente, este é dotado de opacidade, cabe ao analista do discurso, juntamente com os elementos trazidos nele não procurar a “verdade”, mas os sentidos em sua materialidade linguística, histórica e ideológica.

São vários os fatores que colaboram para o intercâmbio entre o Maranhão e o Tocantins, dentre eles, a proximidade de fronteiras entre os dois estados, o que facilita o tamanho fluxo migratório entre as duas regiões. Importante salientar que, não há um fator em si que legitime o deslocamento entre os dois Estados, de acordo com o urdido e com as entrevistas mobilizadas, existem muitas questões que levam o indivíduo a se deslocar de seu território para outro. Observa-se que tal proximidade e intercambialidade exercem influências no que diz respeito a aspectos identitários e culturais das regiões. Essa assimilação e exclusão identitária se caracterizam como atitudes semelhantes, afinal estão fundadas sobre os mesmos preceitos.

Na obra “Presenças do Outro”, Landowski (2002, p. 73) sintetiza a maneira como estas duas articulações entre o um e o outro se aproximam, “como se vê, assimilação e exclusão não passam, em definitivo, das duas faces de uma única e mesma resposta à demanda de reconhecimento do dessemelhante”.

Partindo dessa premissa, necessário se faz uma análise a respeito das influências do fluxo migratório maranhense em relação ao Tocantins, mais especificamente na cidade de Araguaína-TO - tal fato difunde a seguinte problemática – levando em consideração aspectos territoriais, culturais e simbólicos: quais são as implicações identitárias ocorridas através do processo migratório entre o Estado do Maranhão e do Tocantins?

Por fim, faz-se importante destacar, que a pesquisa em questão não busca delimitar os temas supracitados, ao contrário, tem o intuito de problematizar tais questões, através da construção histórica migratória, a qual iniciará sua abordagem pela região norte do País, utilizando elementos da criação do Estado, assim como, os depoimentos colhidos.

2.2 O Movimento migratório da região norte: uma abordagem exógena e endógena de desenvolvimento

A região Norte é territorialmente a mais vasta do País, com aproximadamente 3,9 milhões de km²², contrastando com essa realidade, demograficamente possui uma das menores populações, segundo dados do Censo Demográfico de 2010, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) corresponde a 15.864.454

² Dados da superintendência de Estudos sobre a Amazônia (IESAM) da Fundação Joaquim Nabuco (FJN).

milhões de habitantes com 8% da população do Brasil apenas superando a região Centro-Oeste (14.058.094 habitantes).

Os movimentos de ocupação da região norte contemporaneamente baseiam-se na lógica mercadológica, contudo, no passado fora construído um projeto geopolítico para a abertura da região, baseado em redes modernas, na tentativa de formação de um aparelhamento estatal para a Amazônia, o que não descaracterizou na abordagem o viés econômico de exploração.

Problematizar as questões referentes ao fluxo migratório é compreender que este processo expansivo vai além de instâncias objetivas, abrange um plano político estratégico e valores imbuídos nas motivações dos sujeitos que participaram dessa expansão, como dialoga Little (2002, p.266):

O processo de expansão de fronteiras que marcou a história territorial do Brasil Colonial e Imperial continua ainda hoje, particularmente na região amazônica [...]. A existência de novas frentes de expansão do século XX é fundamental para entender a nova onda de territorializações.

De acordo com Becker (2001) para a compreensão dos movimentos expansionistas rumo à região norte, faz-se necessário dividir a análise em três marcos distintos, o primeiro se refere a uma economia voltada para exportação, herança colonizadora; o segundo trata de um referencial político-ideológico, voltado para a experiência histórica e o confronto de ocupação territorial; e por fim, volta-se para uma análise espacial.

O primeiro nível analítico tem como referencial histórico o processo de expansão marítima das empresas comerciais europeias que ao explorarem as terras brasileiras viam aqui uma economia de fronteira, encontrando subsídios naturais com intuito de exportação para o mercado europeu e estrangeiro.

Segundo Becker (2001) o processo expansionista da Amazônia também seguiu o modelo supracitado, com a finalidade extrativista, a expansão seguiu seu fluxo comercial voltando-se para a exportação que objetivava primordialmente o extrativismo dos recursos naturais. Observa-se que este primeiro movimento migratório motivado pelo comércio de exportação teve uma eclosão voltada à valorização da matéria-prima no mercado internacional, aduz que “no caso da Amazônia, sua ocupação se fez em surtos devassadores ligados à valorização

momentânea de produtos no mercado internacional, seguidos de longos períodos de estagnação” (BECKER, 2001, p. 135).

Os fluxos migratórios para a região norte decorriam de uma economia de fronteira, a qual se baseia na extração de recursos naturais em grande volume e quantidade, objetivando a exportação sem nenhum tipo de processamento devido à ausência de tecnologia para este tipo de atividade. Neste tipo de economia o produto acaba não fomentando renda na região gerando apenas mão-de-obra, esta fica refém da exportação e da valorização mercadológica internacional do produto em âmbito internacional.

[...] el extractivismo es aquí definido como un tipo de extracción de recursos naturales, en gran volumen o alta intensidad, y que están orientados esencialmente a ser exportados como materias primas sin procesar, o con un procesamiento mínimo. El extractivismo en esta definición está más asociado a las economías de enclave, tal como Cardoso y Faletto (1969) las definieron en los años sesenta. Una consecuencia de la definición de es que no toda extracción es extractivista y no todo extractivismo es sinónimo de minería o agricultura, se trata de la extracción de materias primas y recursos naturales asociados a los casos que están orientados y dependen de la globalización” (GUDYNAS, 2013, p. 3 - 4)³.

Por ser uma economia de fronteira, as regiões amazônicas exploradas tornavam-se praticamente colônias do mercado externo, principalmente o europeu, uma vez que a partir do momento em que houvesse a desvalorização do produto no mercado internacional, a renda gerada na região se esvaia, conseqüentemente ocasionando o escoamento humano para outras regiões amazônicas.

Observa-se que, este primeiro movimento migratório expansionista possui duas características básicas de ocupação, sendo a primeira marcada por iniciativas externas com o intuito específico de extração da matéria prima para exportação, e a segunda, por ser uma região demasiadamente extensa, o controle do fluxo de tais mercadorias apresentava-se como uma problemática, o que na época fora solucionado através do mapeamento e controle de áreas estratégicas da região, com

³ [...] o extrativismo é aqui definido como um tipo de extração de recursos naturais, em grande volume e alta intensidade, e que tem como finalidade essencial a exportação de materiais primas sem processamento ou com processamento mínimo. Esta definição de extrativismo está mais associada a economias de fronteira, tal como Cardoso e Faletto (1969) as definiu nos anos setenta. Uma consequência desta definição é que nem extração é extrativista e nem todo extrativismo é sinônimo de minério ou agricultura, se trata da extração de matérias primas e recursos naturais associados aos casos que estão interligados com a globalização (GUDYNAS, 2013, p. 3 - 4).

a criação de áreas administrativas vinculadas ao governo central da época e conseqüentemente com a posse gradativa da terra.

Neste aspecto, é fundamental afirmar que se ater às conexões geográficas é desconhecer a complexidade do processo social e político; deve-se privilegiar, nos estudos, a historicidade desse processo, que demarca os diferentes projetos políticos de governamentalidade, assim como dá relevância às redes de deslocamentos que se configuram (HAESBAERT, 2008, p. 56).

Haesbaert (2008) problematiza a questão salientando que, compreender o processo exploratório e a demanda do deslocamento amazônico não se atem apenas a uma análise geográfica, há uma necessidade de uma abordagem interdisciplinar da questão, pois esta não apenas fixa-se no aspecto físico, mas sim histórico, antropológico, sociológico, jurídico, dentre outras vertentes.

A segunda categoria analítica dos movimentos migratórios rumo à região norte possui um referencial político-ideológico, essa construção ocupacional desenvolveu-se de duas formas distintas, a primeira é denominada por Becker (2001) como forma exógena de crescimento da região, neste modelo há uma tentativa de afirmação da soberania do poder estatal central, que começa a fomentar políticas públicas para expansão regional, mas privilegiando o mercado externo e as relações com as metrópoles.

A outra forma de expansão da Amazônia, é intitulada de endógena, baseia-se numa visão interna do território e foram propagadas pelas frentes missionárias. Estas se desenvolviam através do contato com os habitantes locais, e possuíam o intuito do crescimento e autonomia em troca do controle territorial com uma base econômica organizada.

O terceiro modelo expansionista vincula-se ao fator espacial, através da criação de vias de circulação que facilitassem o acesso da região, viabilizando o modelo exógeno de implementação de políticas públicas e a exportação de matéria prima, conseqüentemente, a forma endógena de crescimento regional também se beneficiava de tal abertura facilitando a economia de subsistência da região e fomento de mão de obra laboral.

Os três marcos conceituais definidos por Becker (2001) de expansão da Amazônia Legal se concretizam em dois momentos históricos, as políticas estatais entre 1960 a 1985 e o posterior interesse nacional em fomentar políticas públicas para

a expansão econômica da região, o que contribuiu para o crescimento do fluxo migratório.

Observa-se que um dos intuitos do desenvolvimento geopolítico amazônico é criar um aparelhamento estatal da região, havia várias demandas a serem concretizadas, principalmente no que diz respeito as de cunho econômico, o que o mercado internacional requeria só seria concretizado através da busca do material humano advindo da migração para tal região.

2.3 A expansão exógena na construção do aparelhamento amazônico

A tentativa de formação de um moderno aparelhamento estatal (1930-1960) implementado pelo “Estado Novo” de Getúlio Vargas foi o pontapé inicial para o processo de ocupação da Amazônia. Por mais que as práticas ativas tenham sido insuficientes, a expectativa do discurso da modernidade e o seu alcance à região norte, contribuiu para o início de uma intervenção econômica e territorial.

A necessidade de industrialização nacional, desencadeou a unificação do mercado nacional. O Estado diante do desenvolvimento do processo industrial no âmbito internacional precisou adequar-se à nova realidade mundial, tal demanda motivou a implantação das rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre em 1958 no governo de Juscelino Kubitschek, sendo que a primeira foi concretizada na década de 1950 e a segunda no início da década de 1960.

[...] a construção da Rodovia Belém-Brasília não se concretizou apenas no Governo de JK (1956-1961), antes, o seu primeiro projeto remonta a década de quarenta. Processo que ficou conhecido como a ‘Marcha para o Oeste’ no Governo de Getúlio Vargas, que consistiu na instalação de Colônias Agrícolas Nacionais. (BRITO; DIAS, 2012, p.7).

Estima-se que o discurso de criação das rodovias e a expectativa gerada pela facilitação de escoamento humano e de bens, acentuou o processo migratório com o crescimento da população da região de 1 para 5 milhões de migrantes entre as décadas de 1950 e 1960.

No processo de construção da Belém-Brasília, houve os primeiros aumentos da população local. Os trabalhadores da empresa responsável pela realização da obra passaram a residir na cidade. Com isso, o processo de expansão urbana da mesma teve início passando a atrair cada vez mais moradores de outras cidades e Estados. De acordo com Valverde e Dias

(1967), vieram para Araguaína pessoas de Minas Gerais, São Paulo, Maranhão, Pará e Piauí (BRITO; DIAS, 2012, p.10).

O planejamento regional da Amazônia com intervenções estatais efetivas para o seu desenvolvimento começou a ocorrer concretamente entre 1966 a 1985, e uma das razões que motivaram tal processo foi que a abertura econômica da região norte poderia solucionar as tensões ocasionadas pelo êxodo rural nas regiões nordeste e sudeste devido à modernização agrícola que acentuaram o desemprego do trabalhador rural. Becker (2001, p.137) elenca outros fatores que serviram de força motriz para que se concretiza-se o planejamento:

Ao nível continental, duas preocupações se apresentavam: a migração nos países vizinhos para suas respectivas Amazônia, que, pela dimensão desses países, localizam-se muito mais próximo dos seus centros vitais; e, a construção da Carretera Bolivariana Marginal de la Selva, artéria longitudinal que se estende pela face do Pacífico na América do Sul, significando a possibilidade de vir a capturar a Amazônia continental para a órbita do Caribe e do Pacífico, reduzindo a influência do Brasil no coração do continente. Finalmente, ao nível internacional, vale lembrar a proposta do Instituto Hudson, de transformar a Amazônia num grande lago para facilitar a circulação e a exploração de recursos, o que certamente não interessava ao projeto nacional (BECKER, 2001, p.137)

Observa-se que assim como outros países da América Latina estavam adequando-se ao projeto mercadológico internacional, o Brasil não poderia ficar de fora desta “modernização” e adequação aos países que necessitam de matéria-prima.

As práticas efetivas para a expansão da região norte começam a tomar corpo e o Estado com o projeto denominado “ocupação acelerada” da região amazônica inicia o processo de modernização através da criação de instituições como o Banco de crédito da Borracha que posteriormente foi transformado no Banco da Amazônia (BASA), Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e a Zona Franca de Manaus⁴.

Poderosas estratégias deram suporte ao projeto de ocupação acelerada da região. Modernizaram-se as instituições. Em 1966, o Banco de crédito da Borracha é transformado em Banco da Amazônia (BASA), e a SPVEA é transformada na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), ambos permanecendo até hoje. Ainda na década de 1960, é criada a Zona Franca de Manaus, um enclave industrial em meio à economia extrativista e próximo à fronteira norte (BECKER, 2001, p.137).

⁴ A Zona Franca de Manaus é uma zona industrial brasileira em Manaus criada pela Lei 3.173 de 06/06/1957 e regulamentada dez anos depois, pelo decreto/lei 288/1967.

Mesmo com as práticas de modernização da região norte com o intuito da sua expansão, esta necessitava de uma organização e controle técnico e político com estratégias territoriais que fomentassem a ocupação regional, deste modo, entre os anos de 1965 a 1985 (época da ditadura militar) visando completar a ocupação física e territorial da região, o governo brasileiro instituiu diversas estratégias constituídas de conexões e redes com o intuito do controle de fluxos e estoques, tendo as cidades como base logística para a ação, tal fenômeno é denominado por Becker (1990) como “malha programada”.

A primeira estratégia fomentada através da “malha programada” foi à implantação de redes de integração espacial, estas eram constituídas por todos os tipos de redes, como a rodoviária, com a construção da Transamazônica, a Belém-Brasília e a Perimetral Norte⁵.

Inclui-se também na estratégia supracitada, a rede de telecomunicações comandadas por satélites, objetivando o acesso à telecomunicação; Rede urbana, com o fulcro de construir centros de comandos dentro das cidades; e por fim, a rede hidroelétrica, fornecedora de energia, insumo necessário que contribuiria para o processo de industrialização da região.

2.4 A indução do deslocamento interno como forma de aparelhamento nortista

A indução do fluxo de migração foi um dos fatores estratégicos para o controle da região e, conseqüentemente a transformações de cidades em bases logísticas para facilitar a conexão das metrópoles ou capital exterior na região amazônica. Para fomentar o fluxo humano na região iniciou-se projetos de colonização de áreas, principalmente com a doação de terrenos para agricultores e grandes empresários das regiões sudeste e sul do país, o incentivo a migração da região também possuía como intenção o povoamento e formação da mão-de-obra local, que é bem mais economicamente viável para o empresário.

A partir da década de setenta do século XX, em razão das políticas instituídas pelos governos militares, conjugadas a novos padrões de acumulação capitalista no país, no contexto da mundialização do capital, promoveu-se um deslocamento sem precedentes de diversos grupos sociais, particularmente

⁵ A BR-210, também conhecida como Perimetral Norte,[2] é uma rodovia federal transversal brasileira projetada para atender aos estados de Amazonas, Pará, Amapá e Roraima. Até hoje, somente foram implantados trechos nos dois últimos estados citados.

das regiões Sul, Sudeste e Nordeste para a Amazônia. Verifica-se, por exemplo, que a região Nordeste que, tradicionalmente, registrava um enorme deslocamento de famílias e indivíduos para o Sudeste do Brasil, verá parte desta população, a partir de 1970, redirecionar-se para as regiões Centro-Oeste e Norte (Araújo, 2015; Oliveira e Oliveira, 2011). Por outro lado, em decorrência da situação política e econômica que se delineia, várias áreas de exploração econômica na Amazônia se constituirão em núcleos de demanda de mão de obra, e acenarão, concomitante a este processo, com a possibilidade de terra para posseiros, parceiros, arrendatários e pequenos proprietários (estes últimos, predominantemente do Sul e Sudeste). (GUIMARÃES NETO, 2017, p. 40-41, grifo nosso).

Outra estratégia governamental para o estímulo do capital monetário e humano, foi à criação de territórios federais (Amapá, Roraima e Rondônia) por decreto presidencial na região norte, a manipulação da terra facilitou o poder de barganha do governo, que maquiava a sua estratégia de controle da área com o discurso de redistribuição de terras aos menos abastados, Becker descreve como este projeto supracitado foi posto em prática:

O primeiro grande território criado foi a Amazônia Legal, superposta à região Norte. Em 1966, a Sudam demarcou os limites da atuação governamental, somando, aos 3 500 000 km² da região Norte, 1 400 000 km², e assim construindo a Amazônia Legal. Em seguida, em 1970-1971, o governo determinou que um faixa de 100 km de ambos os lados de toda estrada federal pertencia à esfera pública, segundo a justificativa de sua distribuição para camponeses em projeto de colonização. Só para o Estado do Pará, isto significou a perda de 83 000 000 ha (66,5% desse Estado) para as mãos federais (BECKER, 2001, p. 138).

Após a demarcação de terra, o governo federal em 1974 criou 15 (quinze) polos de desenvolvimento regional, denominado de Polamazônia, a característica de cada um destes era a especialidade em determinada atividade de produção.

Mesmo com as diversas estratégias empregadas para o crescimento do fluxo migratório da região, o governo considerou o desenvolvimento lento, assim, decidiu dividir as regiões em polos, estimulando os migrantes com maior poder econômico para o investimento regional, principalmente aqueles que trabalhavam com a agropecuária e a extração de minérios.

Os recortes territoriais feitos pelo poder público também produz um papel simbólico para a região, ao delimitar uma área administrativa ocasiona-se conseqüentemente o maior escoamento de pessoas e produtos.

Em contrapartida, com o aumento do fluxo houve o crescimento dos conflitos impostos pelo processo de ocupação, assim, por mais que ao delimitar regiões responsáveis pela administração da expansão da região norte o governo conseguiu

diminuir despesas, desenvolver tecnologias e aumentar a exploração e exportação da matéria prima, este processo gerou a necessidade de aumentar o investimento na ação militar nessas regiões para a solução de conflitos.

Procurando reduzir a despesa pública, aumentar rapidamente as exportações e desenvolver tecnologia, o planejamento passou a concentrar recursos em poucas e grandes áreas selecionadas e também a ampliar a ação militar entendida como necessária à solução dos conflitos, como foi o caso, respectivamente, do Programa Grande Carájas (PGC) (1980) e do Projeto Calha Norte (PCN) (1985), último grande projeto dessa fase (BECKER, 2001, p.139).

Realizando uma análise comparativa, tais questões ocupacionais também ocorrem com o fluxo migratório ao Estado do Tocantins, o lócus da análise denominado Vila Maranhão, situado na cidade de Araguaína-TO, é fruto de um recorte territorial realizado por migrantes maranhenses na busca de territorialização.

O espetacular crescimento demográfico e a presença de antigos e recentes migrantes nordestinos residindo em bairros com denominações simbólicas de suas origens, como Vila Piauí, Vila Cearense e Vila Maranhão são indicativos sobre o processo de urbanização de Araguaína, em que a migração mantém papel determinante. A migração é entendida em função da mobilidade de capital, concomitante a mobilidade de trabalhadores para reprodução da força de trabalho (ANTERO, 2016, p. 2).

Ocorre que mesmo com a delimitação dos polos regionais administrativos, o marco para a expansão da região amazônica foi através da implantação das rodovias, alterando de forma significativa o padrão de circulação e povoamento da região.

O principal meio para o adentramento do território amazônico foi o sistema técnico de engenharia rodoviário. Nasceu nesse contexto à rodovia Belém-Brasília, no final dos anos 50, promovendo uma ligação efetiva entre Norte/Sudeste. Incumbe ilustrar que o Norte Goiano/Tocantins foi beneficiado diretamente com esta obra, uma vez que a rodovia o cortou de norte a sul. Esta região, outrossim, como a Amazônia não conhecia uma mecanização territorial avançada (BRITO; DIAS, 2012, p. 3).

Acontece que com a construção de rodovias facilitou-se o escoamento de bens, pessoas e tecnologias, as distâncias e o tempo para percorrê-las foram diminuídas de meses para horas, trajetos com conexões fluviais foram substituídos por estradas que cortavam os vales, os grandes afluentes e a floresta amazônica.

A criação de rodovias também ocasionou a concentração populacional, observa-se que as cidades foram se desenvolvendo as margens das estradas que

iam cortando os estados nortistas. Tal concentração populacional privilegiado determinadas regiões, principalmente no tocante ao desenvolvimento industrial e econômico dessas áreas, gerando uma migração permanente e flutuante nessas regiões, uma vez que ao desenvolver estas começaram a possuir um maior aparelhamento estatal em âmbito da saúde, educação, segurança e demais serviços prestados pelo poder público.

O aparelhamento estatal também é um dos fatores que ajudam a contribuir na dinâmica migratória, sendo uma forma de atração dos sujeitos. Os depoimentos colhidos ressaltam as questões educacionais, o acesso a saúde e moradia. Ao ser questionado o que o trouxe no ano de 2012, um dos depoentes ressaltam:

A quebra do braço. Não, foi tipo, tinha quebrado o meu braço não é, aí vim pra cá fazer uma, a cirurgia não é, a vó ia me chamar para fazer a cirurgia aqui não é? Aí pensar que não precisou fazer a cirurgia aí a vó falou que era pra mim ficar aqui e tal, porque passou 03 mês engessado lá no Maranhão passou 03 meses, sabe por quê? O Maranhão tava de greve moço. O médico tirou o raio x no primeiro dia aí entrou em greve os cara. Aí engessaram, 03 meses. Eu falei, não dô conta não, aí cheguei lá cara lá e falei e aí, e ele, - não, tô de greve. Uai. E agora? E aí tirei o gesso e não movimentava mais o braço. Moço do céu, braço fino, fino, fino. Não, aí, aí eu fiz outro raio x, ele não tava emendado não é, o cara falou que não tava emendado o treco lá o braço, não moço aí tive que vim pra cá fazer a cirurgia não é, não, eu vim pra cá pra fazer a cirurgia, aí chegou aqui, não sei que, mandou fazer outro raio x, aí ele falou, - não, não precisa não tá, porque tipo criou um calo. Calcificou, tipo um calo, aí tipo o osso novo ele não mostra no raio x porque ele é, é camada fina ainda, aí não precisou. Mas só que eu ia voltar pro Maranhão de novo, eu não tava nem imaginando de vim pra cá, morar aqui não. Eu não trouxe foi nada, eu só trouxe mesmo uma mochila mesmo só mesmo pra passar uma semana. Aí eu não tava com plano de voltar mais não aí a vó falou, - não, melhor tu ficar aqui, que lá não tem futuro não. Aí eu fiquei. Aí a mãe, a mãe não queria deixar não a mãe, não queria deixar eu ficar, tal, não sei o que. Tinha o que? Tinha uns 18 anos, 17, 18 (ENTREVISTADO 8).

O depoente é atraído pelo aparelhamento na área da saúde encontrado na cidade de Araguaína-TO, a sua trajetória mediante a ausência da prestação de serviço onde se encontrava o faz migrar para a cidade e após do fato ocorrido permanecer.

Há um outro fator que impactou o crescimento nortista, foi à criação da Zona Franca de Manaus, representou um dos grandes projetos industriais para o desenvolvimento da região sendo estrategicamente colocada em zona de fronteira e extrativista (BECKER, 2001).

A região norte a partir da década de 1970 apresentou um crescimento populacional superior às demais regiões do país, além da Zona Franca de Manaus

como um fator propulsor do crescimento industrial e demográfico para região como supracitado, as cidades tiveram um papel essencial no processo migratório.

De acordo com Becker (1999), estima-se que em 1996 cerca de 60% da população vivia em núcleos urbanos, a Amazônia já era considerada uma floresta urbanizada, o crescimento populacional acentuou-se não apenas nas capitais estaduais, observa-se que houve um fluxo migratório crescente nas cidades com menos de 100.000 (cem mil) habitantes.

A realizar comparação de dados, observa-se que, a cidade de Araguaína-TO representa o supracitado, pois um dos seus fatores de crescimento se dá justamente pela localização geográfica e por esta situar-se a margem da rodovia Belém-Brasília.

Assim, a partir da segunda metade do século XX, o Norte Goiano começou a se mecanizar como um todo, surgindo vários eixos rodoviários que propiciaram a integração regional. A região teve um grande crescimento populacional. Acentuando-se com a criação do Estado do Tocantins em 1988. Diversas empresas multinacionais vieram se instalar nesse novo Estado, ampliando a reprodução capitalista vernácula. Essa nova dinâmica territorial que Araguaína conheceu lhe possibilitou a ser um pólo comercial no Estado. Sua nova estruturação é fundamentada no território-rede, com fluxos financeiros e populacionais. A cidade consegue no presente ser uma gestora do território, uma vez que tem uma produção/distribuição dinâmica na rede urbana. Seu raio de influência vai além dos limites do Tocantins, alcançado os Estados do Maranhão e Pará (BRITO; DIAS, 2012, p. 3).

A cidade possui um acelerado desenvolvimento populacional, em 1950 caracterizava-se como um pequeno povoado denominado Lontra, na década seguinte emerge como condição de município transformando-se em uma região socioeconômica estruturalmente de médio porte, sendo que de 1960 a 2010 a população da cidade possui um crescimento de 10.826 habitantes para 150.520, um incremento próximo a 1.300% (SILVA, 2016).

Porém, mesmo com o desenvolvimento econômico e industrial dos Estados na região norte, a ação estatal com o aparelhamento das cidades e a consubstanciação do direito à moradia, através de saúde, educação, segurança, saneamento básico e demais fatores, não acompanharam a velocidade migratória, que como será urdido, possuiu uma taxa de crescimento consubstanciada, principalmente no que diz respeito a troca migratória entre Tocantins e o Estado do Maranhão, observa-se também que, há fatores subjetivos imbuídos nestes processo migratório, como será dialogado.

2.5 Os aspectos atinentes ao crescimento populacional da região norte, fomentado por economias de fronteiras

O processo de crescimento da região norte fora conflituoso e fragmentado em diversos aspectos, há que reconhecer que as ações estatais desenvolveram-se com práticas discursivas na tentativa desenfreada para o desenvolvimento, tais práticas discursivas também foram utilizadas com a criação do Estado do Tocantins através dos discursos proferidos por Siqueira Campos.

Acontece que, a visão internacional exploratória da região e as práticas estatais exógenas de crescimento com o intuito de implantação acelerada da malha tecnopolítica desrespeitaram os saberes locais, gêneros de vida e o habitat em que foram historicamente construídos, a forma de crescimento não possuiu um planejamento adequado e o espaço da região norte foi tratado de forma homogênea e constante, não observando as especificidades da região.

No se pueden solapar los procesos «extractivistas económicos» con los procesos de apropiación «extractivistas epistémicos» y «extractivistas ontológicos» como si fueran equivalentes. Sin embargo, intuyo que hay una fuerte relación entre todos ellos. Quizás sería más adecuado ver el «extractivismo epistémico» y el «extractivismo ontológico» como las condiciones que hacen posible el «extractivismo económico». Lo que todos tienen en común es una actitud de cosificación y destrucción producida en nuestra subjetividad y en las relaciones de poder por la civilización «capitalista/patriarcal occidentalocéntrica/cristianocéntrica moderna/colonial» frente al mundo de la vida humana y no-humana. La cosificación es el proceso de transformar los conocimientos, las formas de existencia humana, las formas de vida no-humana y lo que existe en nuestro entorno ecológico en «objetos» por instrumentalizar, con el propósito de extraerlos y explotarlos para beneficio propio sin importar las consecuencias destructivas que dicha actividad pueda tener sobre otros seres humanos y no-humanos (GROSGUÉL, 2016, p.126)⁶.

Outro ponto conflituoso do crescimento da região norte é a posição ambientalista sobre o desenvolvimento da região. No ano de 1996 foi traçado um novo

⁶ Os processos econômicos "extrativistas" não podem ser sobrepostos com processos de apropriação "extrativistas epistêmicos e extrativistas ontológicos" como se fossem equivalentes. No entanto, sinto que existe uma forte relação entre todos. Talvez seja mais apropriado ver "extrativismo epistêmico" e "extrativismo ontológico" como as condições que tornam possível o "extrativismo econômico". O que todos nós temos em comum é uma atitude de reificação e destruição produzida em nossa subjetividade e nas relações de poder pela civilização capitalista / patriarcal civilizada ocidental / cristã / moderna / colonial contra o mundo da vida humana e não humana. A costificação é o processo de transformar o conhecimento, formas de existência humana, formas de vida não humanas e o que existe em nosso ambiente ecológico em "objetos" a serem instrumentalizados, com o objetivo de extraí-los e explorá-los para seu próprio benefício, independentemente de as consequências destrutivas que tal atividade pode ter sobre outros humanos e não humanos (GROSGUÉL, 2016).

marco no progresso nortista, o governo retoma o planejamento do programa Brasil em Ação o qual em suma propagava a implantação de grandes corredores de desenvolvimento, através utilização da malha rodoviária já construída, assim como com a implementação de novas rodovias, retomando o modelo endógeno de crescimento.

Em contraponto a tal cenário, na década de 1990 cresce o movimento ambientalista fomentado o desenvolvimento endógeno regional, os quais com posições políticas e ideológicas diversas do interesse econômico estatal, começam a expressar os alardes para o crescimento desenfreado da região propondo a criação de áreas de proteção permanente e corredores ecológicos, devido à extração econômica e cultural sem planejamento, o crescente desmatamento e os famosos círculos de fogo constantes na região.

Configura-se, então, uma forte disputa entre as potências pelo controle do capital natural da região, ao mesmo tempo em que movimentos sociais pressionam por sua preservação. Tais forças encontram terreno fértil para ação na região, graças às mudanças estruturais geradas pelas políticas públicas anteriores e pelas lutas sociais, sobretudo a conectividade, a urbanização e a organização da sociedade civil em movimentos e projetos alternativos. (BECKER, 2001, p. 143).

Observa-se que o movimento expansionista nortista foi marcado por situações conflituosas o que estende-se até a contemporaneidade, mobilizado pela demanda internacional e propagado pela exploração exógena, através de uma política ideológica discursiva governamental de desenvolvimento, mas com fortes bases exploratórias, e com as mobilização endógena com a “catequização” da população local para sua utilização de mão de obra laboral com o fomento de economias de enclaves.

Por mais que os conflitos inerentes supramencionados através da estrutura nortista de desenvolvimento, obtempera-se que a demanda de crescimento populacional em tal região através dos dados aduzidos é notável, as promessas de crescimento ocasionaram o deslocamento populacional para tal região.

A expansão da região amazônica serviu como base de crescimento para outros estados da Federação, como no caso do Estado do Tocantins e mais precisamente a cidade de Araguaína, os quais são frutos deste desenvolvimento e objeto de análise a abordagem da pesquisa em questão.

2.6 A expansão exógena e endógena da Amazônia e suas similitudes com a criação do Estado do Tocantins

Quando o Estado do Tocantins fora criado, buscava-se mão de obra laboral e capital para região, a discurso de “criação” de um novo Estado, de novos recursos e novas fronteiras, era o mobilizador de expectativas, principalmente daqueles das regiões circunvizinhas, como os estados do Maranhão, Pará, Piauí e Goiás.

Como salienta Silva (2013), por mais que a experiência singular do homem seja a responsável pela atribuição de sentidos realizada pelo mesmo, não há de se negar que os discursos propagados, como no caso supramencionado a “criação de um novo Estado da federação”, acabam influenciando na relação do sujeito com o mundo.

Ressalta - se que a região agora denominada Tocantins, já fazia parte do chamado norte goiano, com cidades já instaladas e com certo grau de expansão “antes mesmo da emancipação política-administrativa do norte goiano, já haviam nesta porção do território municípios instalados com autonomia administrativa” (RODRIGUES, 2008, p. 23).

Ocorre que devido à ausência de proximidade da capital do Estado (Goiânia), havia uma dificuldade no escoamento de recursos para dada região, mobilizado também pela política centralizadora de capital nas capitais dos Estados, recorrente no Brasil.

Becker (2001) ao trabalhar a expansão para a região norte do País, na qual está incluso o Estado do Tocantins, salienta que esta fora fomentada por dois movimentos exógeno e endógeno, construídos por um aparato discursivo.

Por exógeno Becker (2001), temos a influência internacional que mobilizou a governo federal na criação de uma frente de expansão no território amazônico, devido à demanda do capital externo na região ainda pouco habitada e pouco explorada.

Assevera-se, que tal mobilização fora motivada pela demanda do capital estrangeiro, o qual almejava o produto advindo das terras brasileiras ainda poucos exploradas e sem estruturação, pois, na região amazônica o principal meio de locomoção era fluvial, não havia ferroviárias ou rodovias, o que dificultada adentrar neste território.

Mas em busca de capital, na procura de alavancar as relações econômicas estatais, o país foi impulsionado a buscar recursos nas terras nortistas pouco

exploradas, Becker (2001) salienta que a conjectura e as demandas internacionais foi um dos fatores determinantes para o desenvolvimento da região.

O destinador (influência internacional) através de uma promessa de recompensa, com o investimento do capital estrangeiro, leva o destinatário (Estado Brasileiro) a realizar a exploração exógena da região, com o intuito de suprir a demanda internacional pela busca de matéria prima.

Os investimentos foram concentrados nos locais onde seria possível adquirir os recursos tão cobiçados pelo mercado externo, as frentes expansionistas da Era Vargas vislumbraram e se locomoveram imbuídos pelas forças externas que as impulsionaram na busca do capital. Assim, a malha ferroviária e rodoviária fora sendo desenhada por este capital impulsionador da marcha para o oeste:

O verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para oeste. No século XVIII, de lá jorrou a caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o continente das cobiças e tentativas aventurosas. E lá teremos de ir buscar: os vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das estradas de terra, o metal com que forjara os instrumentos da nossa defesa e de nosso progresso industrial.” (BECKER, 2001, p. 18).

Em decorrência desta mobilização, o governo brasileiro observou que as frentes expansionistas exógenas não seriam suficientes para a exploração de tais terras e para suprir o mercado internacional seria necessária também a mão de obra para a retirada de tais suprimentos, daí deu-se início a uma exploração endógena da região.

O movimento endógeno de expansão da região norte, tinha como o intuito a atração dos seus habitantes ou das suas regiões circunvizinhas para garantir a mão de obra com que iria extrair os suprimentos do mercado internacional:

Os modelos exógeno e endógeno se combinam sob novas formas. Ao nível territorial, domina o endógeno, em extensas áreas isoladas associadas a populações e recursos naturais locais. As relações com os centros externos de poder – nacional e internacionais – são intensas, mas não dependem de articulações territoriais, físicas e sim das telecomunicações. A principal estratégia do conjunto de atores são as redes de telecomunicação, utilizadas, contudo, com objetivos diferentes. Os agentes externos são motivados pelo acesso à informação sobre o capital natural e o saber local, por interesses geopolíticos ou ambientais. A abertura e o controle de região se fazem, assim, num outro patamar, por redes de informação que só se materializam no território em pontos dispersos, não necessariamente localizados nas cidades (BECKER, 2001, p. 144, grifo nosso).

Por causa deste fator, intensificou-se as práticas discursivas com o intuito de atração dos migrantes advindos das regiões circunvizinhas, mas também preocupava-se com a atração de outra figura que iria contribuir nesta exploração da região, o qual era a figura do migrante possuidor de poder aquisitivo acentuado para a exploração, advindo das regiões sudeste e sul, sendo que a partir de 1968 conjecturas fiscais e creditícias subsidiaram o fluxo de capital advindo de tais regiões, através de bancos oficiais como o BASA (Banco da Amazônia), como obtempera Becker:

Mas foi somente entre 1966-85 que se deu o planejamento regional efetivo da região. O Estado tomou a si a iniciativa de um novo e ordenado ciclo de devassamento amazônico, num projeto geopolítico para a modernidade acelerada da sociedade e do território nacionais. Nesse projeto, a ocupação da Amazônia assumiu prioridade por várias razões. Foi percebida como solução para as tensões sociais internas decorrentes da expulsão de pequenos produtores do Nordeste e do Sudeste pela modernização da agricultura (BECKER, 2001, p. 137).

No tocante ao outro perfil de migrante, a busca exógena e endógena também exigia mão de obra, por isso, o deslocamento preocupava-se com esse perfil, o que ajudaria a consubstanciar a busca pelo capital econômico internacional, a forma endógena da expansão amazônica induziu a migração através de múltiplos mecanismos, inclusive projetos de colonização, visando ao povoamento e à formação de um mercado de mão de obra local.

No tocante a busca endógena, observa-se que a manipulação do imigrante realizada pelo Estado poderá ser retratada por duas vertentes, tentação e sedução.

Mobiliza-se a prática discursiva criacionista de um novo ente federativo e com este fenômeno as novas oportunidades advindas com esta criação, à vinda do imigrante para o novo estado será recompensada com a melhoria de vida deste, influenciando desta forma as atribuições de sentido deste e o desejo de conhecer e ser bem sucedido nesta nova terra.

Essas conjecturas migratórias e expansionistas elencadas por Becker (2001) dialogam com o movimento de deslocamento para o Estado do Tocantins, a criação do novo ente político da federação brasileira, formou-se neste contexto supramencionado, a qual em busca de um desenvolvimento político para o território chamado norte goiano, foi mobilizado uma estruturação da região.

Observa-se que o caso do Tocantins representa a ressignificação de um espaço, a criação do novo Estado, vai além de uma delimitação territorial, criam-se

símbolos, estruturas, formas culturais, novos espaçamentos e equipamentos urbanos, toda esta estrutura para consubstanciar a criação de território acolhedor de imigrantes do país.

A base criacionista do Estado do Tocantins deu-se numa prática discursiva, com o intuito de atrair o imigrante e conseqüentemente o capital, tanto como o perfil do modelo exógeno como endógeno referenciado por Becker (2001), procurava-se o investidor e o migrante que poderia fornecer mão de obra para construção deste novo território:

A expressividade dessa diferença foi tomada na construção do discurso autonomista regional, a partir das peculiaridades que identificariam, diferentemente, Tocantins e Goiás. Desta forma, observa-se que cada momento histórico, caracterizado por diferentes contextos, produziu suas argumentações que justificavam a formação do Tocantins (RODRIGUES, 2012a, p. 129).

Por ser um novo Estado e por trazer consigo propostas econômicas expansionistas, dentre outros fatores, o Tocantins recebe um crescente fluxo migratório, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2015, cerca de 30% da população tocantinense são migrantes de outros estados, perfazendo um total aproximado de 450 mil pessoas, dentre as quais 29,7% são de pessoas advindas do Estado do Maranhão.

Observa-se que tais expectativas mobilizaram o imaginário dos migrantes que não possuíam capital monetário, mas tinham a força laboral para o manejo da terra e a ajuda com a construção do novo ente político da federação, tal capital fora construído principalmente com os migrantes advindos da região nordeste, em especial do Estado do Maranhão.

3 AS TERRITORIALIDADES E OS SENTIDOS ATRIBUÍDOS NO PROCESSO MIGRATÓRIO: O TOCANTINS, SUA CRIAÇÃO E A TERRITORIALIZAÇÃO DOS SUJEITOS

“Naquela viagem arrastada, em tempo de seca braba, quando estavam todos morrendo de fome, a cadelinha tinha trazido para eles um preá. Ia envelhecendo, coitada.

Sinha Vitória, inquieta, com certeza fora muitas vezes escutar na porta da frente. O galo batia as asas, os bichos bodejavam no chiqueiro, os chocalhos das vacas tiniam” (RAMOS, 1938).

3.1 Os espaços, as territorialidades e as multiterritorialidades decorrentes do processo migratório de acordo com a Teoria da Representação Social

A análise das implicações migratórias dos indivíduos maranhenses ao Estado do Tocantins, especialmente na cidade de Araguaína-TO, mobiliza dispositivos analíticos que perpassam os aspectos identitários, como preleciona Hall (2005, p. 21):

Uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. Ela tornou-se politizada. Esse processo é, às vezes, descrito como constituindo uma mudança de uma política de identidade (de classe) para uma política de diferença.

O deslocamento envolve aspectos territoriais. O indivíduo que migra do seu espaço para outro lugar passa por processos de desterritorialização e territorialização, dois movimentos que estão imbuídos aspectos semânticos, intencionais, discursivos e simbólicos.

O novo território a ser descoberto passa por um processo de significação individual. O sujeito através da atribuição de sentido transforma o ambiente desconhecido em cognoscível, com as ligações culturais estabelecidas e as ações do cotidiano vivenciadas.

Os espaços mobilizados em detrimento do recorte da pesquisa, são os Estados do Tocantins e Maranhão e a cidade de Araguaína-TO, a base analítica será dos estudos de representação cultural, baseado nos dispositivos trazidos por Moscovici (1998) e Gil Filho (2005).

Os espaços mencionados passam por processos de significação atribuídos pelos sujeitos, através da ancoragem e objetivação, desenvolvidos pelo cotidiano e vivências humanas.

Convém trazer as discussões sobre os espaços e territórios imbuídos neste processo migratório analisado, como os sentidos consensuais e reificados são mobilizados na busca da transformação do espaço em território, através dos deslocamentos ocorridos. De acordo com Moscovici (2003), os estudos de representações sociais se propõem a tornar algo ou alguém não familiar em algo ou alguém familiar. Esta é a tentativa de conceber um universo consensual em contrapartida a um universo reificado.

Os deslocamentos dos indivíduos entrevistados é um fator responsável pela territorialização do espaço tocantinense. Os migrantes maranhenses ao realizar a saída do seu lar através das suas relações sociais tornam o espaço vivido em território semântico atribuindo-o sentidos.

A discussão do espaço de representação representa o arcabouço para a compreensão de pertencimento territorial e os sentidos atribuídos pelos atores sociais maranhenses representantes do processo migratório, a qual ajuda nas discussões arguidas no decorrer da pesquisa.

Para Moscovici (2003, p. 43)

Quando estudamos representações sociais nós estudamos o ser humano, enquanto ele faz perguntas e procura respostas ou pensa e não enquanto ele processa informação, ou se comporta. Mais precisamente, enquanto seu objetivo não é comportar-se, mas compreender.

A representação social é uma forma de conhecimento, que possui duas premissas, o sujeito e o objeto. Moscovici (2003) utiliza-se dos estudos sociais pautados na sociologia e psicologia de Durkeim com base para compreensão de tal categoria de análise. O espaço de representação está ligado às questões atinentes à historicidade, socialidade e espacialidade dos atores sociais envolvidos.

As representações coletivas se constituem em um instrumento explanatório e se referem a uma classe geral de idéias e crenças (ciência, mito, religião, etc.), para nós, são fenômenos que necessitam ser descritos e explicados. São fenômenos específicos que estão relacionados com um modo particular de compreender e de se comunicar – um modo que cria tanto a realidade como o senso comum. É para enfatizar essa distinção que eu uso o termo 'social' em vez de 'coletivo'. (MOSCOVICI, 2003, p.43).

O deslocamento humano, mais precisamente, a migração maranhense rumo a cidade de Araguaína-TO traz à tona as discussões mobilizadas pela história, antropologia e pelas noções inerentes ao espaço, pois o processo que trouxe estes indivíduos perpassam categorias de análise a serem discutidas e estudadas, o que será mobilizado no decorrer do texto.

Há um trajeto criacionista de Estado, o qual antes espaço denominado norte goiano, transforma-se em Estado do Tocantins com um movimento simbólico construído através da prática discurso e pela atribuição de sentidos, através do universo reificado, consensual e pela prática política.

A discussão traçada visa salientar o processo de mobilização maranhense rumo a territorialização ao Estado do Tocantins, perpassando a história da criação do Estado e os fatores discursivos de atração destes sujeitos, o discurso propagado de criação de um novo ente federativo afeta (ou não) em quais aspectos na atração destes indivíduos a cidade de Araguaína-TO.

Como citado, a representação cultural tem como uma das suas bases a historicidade, uma vez que, esta influência na experiência espacial do indivíduo, com o intuito de o inserir em um contexto projetando para o mundo, através da atribuição de ambientes vivenciados. A trajetória da criação do Estado, e os espaços mobilizados na pesquisa como as cidades Maranhenses citadas, a cidade de Araguaína-TO e a Vila Maranhão corpus de análise, junto com os estudos de representação cultural servirão como material de análise do contexto territorial advindo do processo de deslocamento maranhense e os aspectos históricos atinentes a tal conjectura.

Há necessidade de discutir alguns apontamentos a respeito da base teórica da Representação Social, antes de mobilizarmos os espaços territoriais, conjurando as suas categorias de análise com o objeto da pesquisa em questão.

Moscovici (1998) discute que representação são experiências espaciais do indivíduo, com o intuito de o inserir em um contexto o projetando para o mundo, é uma materialidade simbólica, é a atribuição semântica em ambiente vivenciados, as coisas estão postas de forma objetivas e inseridas em um contexto, estão dispostas de certo modo e forma, mas no espaço de representação social, a percepção do indivíduo edifica o conhecimento do espaço e, assim, estrutura um segundo espaço, ou seja, o espaço é uma construção social.

As experiências do cotidiano, através das interações entre os grupos e indivíduos, e por meio da comunicação, vão adquirindo significados que explicam a

realidade social, o intuito é tornar algo ou alguém não familiar em algo ou alguém familiar. No dizer de Schopenhauer (2001), se tudo o que existe está para o sujeito e depende do sujeito, então o mundo é uma representação.

O migrante ao se deslocar passa por um processo de territorialização do ambiente que está posto, há um novo espaço a ser conhecido, e tal compreensão do novo habitat dependerá dos sentidos que o indivíduo irá atribuir ao novo território.

Interessante salientar que, para Moscovici (2003) o espaço de representação perpassar dois universos, conhecido como reificado e consensual. O primeiro representa o conhecimento social desenvolvido com base científica e política, o ser humano é o cerne da questão do conhecimento, mas neste universo os papéis sociais são desiguais, pois os detentores do saber científico e político são os responsáveis pela atribuição de sentidos aos objetos.

Esta é a tentativa de conceber um universo consensual em contrapartida a um universo reificado; o jogo de forças entre o *opus proprium* e *opus alienum*, que representa a divisão profunda do conhecimento da realidade. Classicamente era o que distinguia as esferas da ciência sagrada e da ciência profana, e que foi substituído pelos conceitos de universos consensual e reificado. Sob o âmbito consensual de sociedade existem a equanimidade e a liberdade de representar o grupo devido a determinadas circunstâncias complexas e ambíguas em mundos institucionalizados. Todavia, um universo reificado é intrinsecamente desigual, constituído de classes de papéis. A competência é determinada de acordo com o mérito atribuído e o direito de exercer determinada função. São sistemas preestabelecidos, onde a permuta de papéis sociais é hierarquicamente condicionada (GIL FILHO, 2005, p.56).

O universo consensual mobiliza os aspectos sociais voltados para a igualdade, os sujeitos possuem papéis igualitários na atribuição semântica em detrimento do objeto, o processo de conhecimento e compreensão é acessível a cada um, as pessoas são iguais e livres, todos possuem o direito de falar em nome do grupo.

Para Moscovici (2003), as representações sociais baseiam-se no conhecimento construído na e pela sociedade, o universo reificado e o consensual por mais que distintos, não são forças excludentes, ao contrário sensu, a sua formação são medidas que contribuem para a construção de sentidos atribuídas pelos sujeitos ao objeto.

Podemos explicar tais proposituras através do recorte empírico da pesquisa, as conjecturas separatistas preparam um campo para a divisão do norte do Estado do Goiás e a conseqüente criação do Estado do Tocantins, por mais que o universo reificado, se sobressaindo as conjunturas políticas, foi um dos fatores essenciais para

a emancipação, e tal campo de compreensão influenciem na significação do sujeito maranhense ao migrar para o Estado, estes no seu universo consensual atribuem os seus próprios sentidos.

De acordo com Rodrigues (2008, p. 101):

No caso da produção de um espaço de representação tocaninense, as necessidades de meios e instrumentos que atribuísem sentidos aos fatos político e religioso inseridos ao longo do processo de sua construção atuaram na perspectiva de objetivar discursos e mitos políticos enunciados em diversos momentos. A produção e constante reatualização da historiografia e, portanto, da construção de uma memória coletiva, conforme vimos nos capítulos anteriores, foi um dos meios utilizados para a materialização discursiva de um espaço de representação que habitava o universo consensual dos sujeitos que foram envolvidos, de certa maneira, no ato “criacionista” do Estado do Tocantins.

Pois, no universo consensual, ausente desigualdades, o migrante maranhense situado na Vila Maranhão torna-se a medida de todas as coisas, por mais que os discursos políticos propagados através da criação do Estado influenciem na trajetória dos moradores maranhenses situados na Vila, o cotidiano vivenciado por estes é o que transforma o não familiar em familiar.

O enxerto do depoimento do entrevistado 5, advindo de São Raimundo das Mangabeiras-MA, e com 60 (sessenta) anos de idade, reflete as suas impressões a respeito da cidade de Araguaína-TO, as suas percepções do universo consensual envolta da sua realidade, senão vejamos:

[...] Aqui é muito bom, aqui não falta nada aqui não, na Araguaína, assim você ter o dinheiro, não falta nada aqui, é lugar rico essa Araguaína, tudo que você procurar, você acha [...] Lá meu filho, mudou assim, porque lá tudo era preciso a gente se virar, tudo, tudo, tudo. E aqui não, você tendo o dinheiro olha (ENTREVISTADO 5).

Ao realizar uma comparação com a realidade e as condições do território em que vivia na cidade de São Raimundo das Magabeiras-MA, o entrevistado 5 comparando sua atual situação, relaciona sua prosperidade ao território da cidade de Araguaína-TO.

A compreensão que decorre do conhecimento na representação se dá por dois movimentos, ancoragem e a objetivação, conforme Moscovici (2003), são esses dois procedimentos que o sujeito realiza para torna o objeto desconhecido em algo familiar. A ancoragem é a forma de significação dos objetos desconhecidos, é o movimento

que o homem realiza a compreensão de tais, os denominando com o intuito de compreensão da nova realidade que está a sua volta. Já a objetivação são as comparações realizada pelo indivíduo também com o intuito de tornar o desconhecido em algo semanticamente próximo a sua realidade.

A cidade, os seus sentidos, os símbolos atribuídos vão ganhando forma conforme as vivências do sujeito são acrescidas no novo espaço vivenciado, o indivíduo passar por processo de desterritorialização e territorialização.

Para uma melhor elucidação, Moscovici (2003) aborda a representação social em três categorias, utilizando como base a dualidade do sagrado e do profano espacial, o traduzindo como: o espaço antropológico, aporta-se de uma abordagem fenomenológica, restringindo ao escopo das vivências, neste local há ausência de abstrações, o mítico não é o fator principal de análise neste caso em apreço; a segunda abordagem traz a construção do sagrado no cerne da questão, é o que Moscovici (2003) denomina como espaço da hierofanias, ou seja local de revelação do sagrado, onde o aporte religioso possui incidência nas questões discutidas; na terceira ênfase, o espaço de representação leva em consideração as discutidas aportadas pela política, o “mítico” é o que o aportes de poder político denomina das questões abordadas e da questão territorial também.

Na pesquisa em apreço, as abordagens territoriais realizadas no capítulo levaram em consideração os aspectos antropológicos atinentes das questões suscitadas pela discussão abordada pelos aspectos identitários em decorrência do processo latente de imigração, como o pano de fundo da abordagem, e as categorias políticas, principalmente no que diz respeito a criação do Estado do Tocantins e as conjecturas organizacionais dos poderes interessados no desenvolvimento estatal.

O espaço religioso, que desenvolve a revelação do sagrado não será o nosso foco, mas também o mesmo não estará ausente nas discussões uma vez que, como o próprio autor ressalta o sagrado e o profano fazem partes dos diálogos no que diz respeito as noções espaciais de discussão do indivíduo. Na discussão sobre espaço de representação Bettanini (1982, p.3) classifica tal análise em três categorias distintas:

- (i) O espaço mítico como modalidade do espaço antropológico, sendo, na abordagem fenomenológica, uma restrição ao vivido. No dizer de CASSIER (apud BETTANINI, 1982), o espaço mítico cumpriria a mesma função simbólica do espaço geométrico ao conferir objetividade à natureza. A visão mítica do espaço é a reprodução de algo que em si mesmo não é espacial.

Segundo CASSIER (1997), sob a dimensão do pensamento primitivo o espaço é um espaço de ação, é impossível um sistema de espaço ou um esquema de sua representação. A relação do homem primitivo com o espaço seria concreta e nítida, não carecendo de uma intermediação abstrata. Já o espaço geométrico abstrai totalmente a heterogeneidade da própria natureza e nos apresenta um espaço homogêneo abstrato ideal. (ii) O espaço sagrado como restrição classificada do espaço mítico; terreno de mediação entre a terra e o céu. Trata-se de uma ruptura qualitativa que no dizer de ELIADE, seria o espaço das hierofanias (Local da revelação do sagrado).(iii) O espaço de representação seria edificado pela religião laica da política. Também é visto como consagração do poder político. Neste sentido, o espaço de representação

Há espacialidades que necessitam ser abordadas na pesquisa em apreço, um dos primeiros pontos a serem salientados é o território do Tocantins, os aspectos atinentes a sua emancipação e a análise da sua criação levando em conta os universos reificados e consensuais. Outro ponto de destaque são as territorialidades advindas do processo de deslocamento, os depoentes possuem territorialidades diversas imbuídas no processo migratório, uma vez que, o tal fato acontece através do êxodo do seu espaço de origem para a entrada em outra região. Ainda mais, utiliza-se como objeto empírico territorial analítico a vila Maranhão situada na cidade de Araguaína-TO.

3.2 A teoria da representação social e suas implicações no Estado do Tocantins

A trajetória pela criação do Estado do Tocantins inicia-se antes do marco legislativo que dá início a sua divisão territorial, o ato de disposição constitucional nº 13 (ADCT) aprovado juntamente com a Constituição Federal em de outubro de 1988, o qual desmembra o Estado do Goiás a partir de 1º de janeiro de 1989, representa um dos aspectos do movimento de emancipação inaugurado com Theotônio Segurado, história reificada por Siqueira Campos em seus discursos propagados com o intuito de criação do Estado (BASTOS, 2013).

As conjecturas instauradas para o movimento emancipatório são dotadas de sentidos, os quais são reificados através de Siqueira Campos, sendo um dos seus intuítos estabelecer um espaço de representação coletivo e consensual que justificasse a criação de um novo ente federal.

Urdindo com a representação social de Moscovici (2003), utiliza-se da construção histórica para o desmembramento da região, há uma luta para

emancipação territorial que advém desde 1809, quando o território é ainda considerado capitania do Goiás.

De acordo com Póvoa (2004, p. 39) o alvará de 18 de março de 1809 é o responsável pela divisão da capitania hereditário de Goiás em duas comarcas: a Comarca do Sul e a Comarca do Norte, está fora denominada “Comarca de São João das Duas Barras”, e o seu administrador foi o desembargador Joaquim Theotônio Segurado, um dos fatores para o desmembramento da região à época é que a capitania possuía um extensão territorial acentuada, o que acabava dificultando as comunicações e o desenvolvimento, diante da ausência estrutural, pois não havia estradas.

O dia 18 de março fora denominado como o “Dia da autonomia”, pois representava o desmembramento da Comarca de Goiás, e a gênese da conseqüente emancipação do Estado do Tocantins. Ressalta-se que geograficamente a comarca ficava possui limites fronteiriços com as províncias do Pará, Maranhão e Piauí, ao norte; ao leste com a Comarca de São Francisco em Minas Gerais; e ao oeste com a província de Cuiabá, conforme alude:

De acordo com a história oficial publicada pela Secretaria de Estado da Cultura do Estado do Tocantins em seu site, a Comarca do Norte compreendia os julgados de Porto Real (atual Porto Nacional), Natividade, Conceição, Arraias, São Félix, Cavalcante, Traíras e Flores. O Arraial do Carmo, que já tinha sido “cabeça de julgado”, perdeu essa condição, a qual foi transferida para Porto Real, julgado que começava a prosperar com a navegação do rio Tocantins. Enquanto não era fundada a Vila de São João das Duas Barras, Natividade seria a sede da ouvidoria. A função primeira de Joaquim Theotônio Segurado era designar o local onde deveria ser fundada a nova vila (RODRIGUES, 2008, p. 12).

Outro ponto, é que as proximidades das capitanias do Maranhão e do Pará facilitava a exploração de riquezas da região, as minas goianas estavam sendo exploradas pelas capitanias vizinhas em decorrência da proximidade territorial já explanada, o que corroborou ainda mais para a divisão territorial da região.

A sede da Comarca do Norte foi autorizada por Dom João VI através do Alvará de 25 de janeiro de 1814, a mesma foi denominada Vila de Palma, pois localizava-se na confluência dos rios Palma e Paranã, atualmente é conhecida como cidade de Paranã, e a atual capital do Estado do Tocantins recebeu o nome de Palmas em detrimento a primeira sede estabelecida no território em que futuramente seria criado o Estado.

Em cumprimento ao alvará de 25 de fevereiro de 1814, o Ouvidor Segurado, fazendo-se acompanhar dos vereadores e do Procurador da Câmara de Natividade e de várias outras pessoas de destaque, mandou lavrar, em 25 de fevereiro de 1815, o Auto de Criação da Comarca, levantando o pelourinho com as insígnias reais. Instalada a Vila da Palma, foi demarcado o termo, com a presença do Ouvidor, dos vereadores e do Juiz Ordinário e foi feita a abertura do pelouro para a eleição dos Juizes Ordinários, dos Oficiais da Câmara, dos Juizes de Órfãos, Almotacéis, Alcaldes e outras autoridades (PÓVOA, 2004, p. 41).

O projeto de emancipação de São João das duas Barras não logrou êxito, o imperador regente Dom Pedro I através da decisão nº 99 de 23 de junho de 1823 desaprovou a separação da capitania do Estado do Goiás, a qual viria a ser chamada de Província de São João da Palma.

Importante ressaltar neste ponto, que o patrimônio histórico da divisão territorial é utilizado por Siqueira Campos para justificar na divisão ocorrida do Estado do Tocantins. Não são apenas os estudos técnicos e sociológicos que justificam a divisão do território, a construção histórica regional também é utilizada como meio de reafirmar as suas justificativas, demonstrando a importância da criação de um novo ente federativo.

É interessante que, tanto na historiografia como nos discursos políticos, Joaquim Theothônio Segurado aparece como um dos primeiros articuladores da idéia de emancipação do então norte goiano. De articulador a herói, sua história é constantemente relembada e inserida inclusive no Hino do Estado, e seu nome batiza uma das principais avenidas de Palmas, capital do estado. Siqueira Campos soube associar sua imagem à de Segurado, dando à história um novo sentido: se foi Segurado quem iniciou o “sonho” da emancipação, foi somente com Siqueira Campos que ele se tornou realidade, ignorando, inclusive, a participação e contribuição de outros importantes personagens na luta pela emancipação e criação do estado. Dessa forma, o Estado do Tocantins possui seu novo herói, que passa a fazer parte, inclusive, do discurso oficial do Estado sobre a sua criação (RODRIGUES, 2008, p. 15).

A ausência de aparelhamento estatal é uma das bases que urge a necessidade de criação do Estado do Tocantins, riquezas sendo exploradas por outros Estados, e a população desassistida, havia uma discrepância a ser ressaltada realizando uma comparação com as condições de vida do sul goiano.

Essa divisão geográfica da Capitania goiana contribuiu para a diferenciação da economia e da cultura das comarcas. A partir disso, o anseio para a criação de um estado no Norte de Goiás era fundamentado, principalmente,

na diferença da situação política e financeira das capitâneas, que na região norte era precária. (SILVA, 2013, p. 6).

As pessoas que viviam e migravam para o norte necessitavam de uma assistência para subsistir, o que se encontrava na região eram situações precárias de vida, a emancipação territorial é uma das maneiras de dá dignidade de viver para aquelas pessoas que se estabeleciam no território norte do Estado do Goiás.

Interessante, que a justificativa de necessidade de desmembramento do território para a possível construção de um aparelhamento estatal utilizada por Siqueira Campos em suas intervenções, como a necessidade melhoria nas condições de vida humana, o aparelhamento estatal na região, e o desenvolvimento econômico, transparecem com as entrevistas dos depoentes localizados na Vila Maranhão, o porquê da escolha do Estado do Tocantins para se territorializar geralmente se dá por uma estrutura que a cidade de Araguaína-TO os fornecem que não é correspondida no Estado do Maranhão, “Rapaz, a vida no Maranhão lá não foi fácil não é, foi muito difícil, então pra cá, facilitou mais as coisas não é, lá era muito difícil. Em relação a emprego, a tudo não é, a saúde, educação, mais difícil” (ENTREVISTADO 6).

O intuito não é somente analisar as implicações políticas estabelecidas com a criação do novo Estado, e sim, realizar uma análise das representações sociais estabelecidas para tornar plausível o desenvolvimento territorial, de tal forma que a atribuição semântica perpassasse os sujeitos atraídos a se deslocarem do Estado do Maranhão para situar-se no Estado do Tocantins mais precisamente em Araguaína-TO.

De acordo com Póvoa (2004) o discurso fundador criacionista do Estado propagado por Siqueira Campos é dotado de aspectos simbólicos, o enunciador, imbuído de intencionalidades, inicia sua trajetória pela expansão territorial em 1972 na condição de deputado federal e presidente da Comissão da Amazônia, propõe a criação do Estado do Tocantins no projeto de redivisão da Amazônia Legal, e dois anos após apresenta a Emenda ao Projeto de Lei Complementar nº 187, com o intuito de criação do Estado do Tocantins.

Interessante salientar que quem encabeçava a comissão de Estudos da Redivisão Territorial do País por meio do Projeto de Resolução nº 88/1973 era o deputado Federal José Wilson Siqueira Campos, o qual futuramente viria a ser torna Governador do Estado do Tocantins, o mesmo corroborava a sua fundamentação da

divisão com a justificativa da desproporcionalidade territorial brasileira, tanto em aspectos físicos, quanto em fatores políticos e econômicos.

Utiliza ainda mais, como justificativa, estudos desenvolvidos pelo IBGE, e a facilidade de governabilidade destes territórios advindos da nova subdivisão do espaço Federativo Brasileiro.

Siqueira Campos reifica no seu discurso que fundamenta sua justificativa de divisão na década de 1970 pelo estudo desenvolvido por Severino Alves Monteiro (1972), o qual realiza uma redivisão do país em 38 unidades federadas, sendo 22 provinciais, 15 territórios mais o distrito federal. O intuito era a facilidade administrativa das regiões e o escoamento de bens, pessoas e riquezas atribuídas a tais territórios decorrentes de um novo processo separatista.

A redivisão do território o brasileiro, com o objetivo de alcançar um maior desenvolvimento para as diversas regiões do país, e assunto bastante antigo. Vez ou outra volta à baila, com maior ou menor intensidade, quase que ciclicamente, como resultado de estudos realizados que por iniciativa de estudiosos do problema como por orientação do Poder Executivo. E conhecido o plano de PAULO DE FRONTIN que, tomando por base o equilíbrio geográfico, sugeriu a criação de 17 unidades federadas. A seguir, SEGADAS VIANA aventou a possibilidade se dividir o país em 66 unidades, com a área média de 128.000 quilômetros quadrados. Posteriormente, TEIXEIRA MENDES, adotando um critério que tinha por base principal a equivalência de área e população, assim como a localização o dos grandes centros econômicos, sugeriu fosse o Brasil dividido em 30 estados. (CAMPOS e SANTOS, 2008, p. 2).

Urindo com as abordagens de Moscovici (2003), Siqueira Campos utiliza do universo reificado do campo da ciência e da geografia para justificar um intuito pessoal de redivisão territorial para a criação do Estado do Tocantins, o mesmo também faz jus dos aspectos atinentes a historicidade, pois utiliza de aspectos da construção histórica para realizar a abordagem de divisão de território para corroborar com plausibilidade da divisão do Estado do Goiás, ao abordar que o movimento separatista se inicia com Theotônio Segurado, quando ainda o território era uma capitania hereditária.

A causa é das mais justas. Sr. Presidente. A emancipação que o nortenordeste de Goiás Buscam há 178 anos é hoje uma ideia amadurecida, não somente em termos de Constituinte, mas também em termos nacionais. A opinião pública brasileira apoia a redivisão territorial da Amazônia, iniciada precisamente com a criação do Estado do Tocantins. (DIÁRIO DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p. 2.822).

Em um primeiro momento o chefe da divisão separatista utiliza como base e fundamentação o Projeto de Severino Alves Monteiro, o mesmo estudou durante o período de dez anos a divisão do território Brasileiro conforme já citado, e de acordo com enxerto retirado do Projeto nº 88/1973, senão vejamos:

O projeto de SEVERINO ALVES MONTEIRO prevê a 'redivisão do país em 38 unidades federadas, sendo 22 Províncias (antigos Estados), 15 territórios e o Distrito Federal, baseando -se no princípio da unidade estratégica de ocupação territorial de desenvolvimento econômico'. Considerou a unidade político-administrativa do país como sendo o espaço territorial adequadamente ocasionado em termos de área, população, recursos econômicos e condições naturais. Além disso, segundo o autor, essa unidade da Federação deve ser convenientemente abrangida pela esfera de influência de seu núcleo urbano central, além de ajustada as proporções e delimitações das unidades limítrofes (BRASIL, 1973).

No projeto que aborda a nova reestruturação territorial Brasileira, Siqueira Campos repete em alguns enxertos do texto que a questão vem sendo estudada há algum tempo, que toda sua construção e motivação se baseia num arcabouço teórico fundamentação histórica, antropológica, econômica e política.

mesmo alega que o norte do Goiás é uma região pobre, desumana, desassistida e desservida, uma das únicas formas de solucionar tais distinções é através da autonomia administrativa própria realizando o desmembramento da região sul do Estado.

Representante de um Estado grande e rico, cujo desenvolvimento se circunscreveu as áreas próximas aos grandes centros econômicos, interessei-me pelo paradoxo que representava o norte de Goiás, pobre, desumano, desassistido e desservido. Depois de muito examinar os problemas daquela vasta região, conclui que a única solução a permitir seu desenvolvimento seria dar-lhe administração própria, desmembrando-a do sul do Estado (BRASIL, 1973).

O deserto verde, denominado pelas palavras do presidente da comissão de redivisão no Projeto de Resolução nº 88 de 1973 o incomodava, primeiramente porque as riquezas como os minérios advindos das regiões eram inexploradas, o que poderia descentralizar as riquezas concentradas nos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro que na época contabilizam cerca de 60 % dos meios de produção no país, outrora, a baixa arrecadação tributária das regiões demonstrava a carência regional do mesmo, assim como a ausência de administração em tais espaços (BRASIL, 1973).

Numa das primeiras tentativas de separação territorial do Estado, Siqueira Campos justifica o seu pleito trazendo delimitações territoriais, é interessante salientar que a justificava demonstra o intuito de progresso consubstanciado em suas palavras e a plausibilidade da delimitação do território.

Na década de 1970 o espaço territorial do Estado do Tocantins compreenderia ao norte do paralelo 10 (dez) o Estado de Goiás, estendendo-se ao sul até o Distrito Federal, e abrangendo a área maranhense ao sul do rio Pedra Furada.

O então Presidente a época, José Sarney veta o projeto apresentado por Siqueira Campos na Comissão de Redivisão da Amazônia Legal, no que diz respeito especificamente ao Estado do Tocantins, o mesmo justifica a sua razão do veto realizado em 3 (três) de abril de 1985, que o desmembramento do Estado do Goiás agravaria economicamente a região, e alega uma questão de incompetência, pois a Assembleia Nacional Constituinte seria a legitimada para trabalhar com tais questões.

Embora houvessem sido aprovados outros projetos e emendas, dos quais dois lograram a aprovação tanto pela Câmara como pelo Senado, o então Presidente José Sarney vetou-os, em 3 de abril de 1985 e em 9 de dezembro de 1985, respectivamente, fazendo desmoronar o sonho de todos aqueles que se dedicaram à causa separatista. As razões de seus vetos, segundo

justificou o Presidente José Sarney, teriam tido como principais fundamentos, dentre outros, o agravamento das diferenças entre as duas regiões a serem desmembradas e a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, que seria competente para tratar daquela matéria (PÓVOA, 2004, p. 82).

Porém, importante ressaltar, que de acordo com Póvoa (2004), existia outras intencionalidades pessoais do Presidente José Sarney para vetar a criação do novo Estado, a qual seria o impacto econômico que o desmembramento do Goiás iria causar no Estado do Maranhão.

No entanto, sua negativa em permitir a criação do Estado estava no temor de que, com o previsível desenvolvimento do então norte de Goiás, a importância do Estado do Maranhão, fronteiro do novo Estado, sofreria um baque, por razões históricas. No decorrer de toda a sua História do Tocantins, o Maranhão sempre teve a tendência de anexar a seu território a parte hoje pertencente ao Tocantins, conforme se pode constatar (PÓVOA, 2004, p. 82).

Ressalta-se também, a importância da rodovia Belém-Brasília para o desenvolvimento regional e justifica que a ligação com a capital federal seria de suma importância, pois juntamente com a abundância dos recursos naturais implementados haveria a junção dos dois fatores para o desenvolvimento da região, alega ainda mais que, a capital do Tocantins ficaria em Porto Nacional, em detrimento de sua posição geográfica centralizada (BECKER, 2001).

O discurso fundador de Siqueira Campos necessitava justificar o pertencimento territorial, o mesmo utiliza de artifícios no seu discurso para que comprove a necessidade de criação do novo ente Federativo.

Como já ressaltado, o patrimônio histórico iniciado com Theotônio Segurado é um dos assuntos ressaltados pelo “criador” do Estado, não há como justificar uma identidade, e desassociá-la do Estado do Goiás, se este novo território não possuir sentidos para a sua criação, deste modo, as atribuições semânticas ocorrem de diversas formas, sendo uma delas o aspecto histórico.

Theotônio Segurado representa aquele que deu início ao processo de emancipação, em épocas longínquas, mais precisamente no século 19 (dezenove), as necessidades daquela época para que ocorra a separação continua subsistindo em tempos atuais, os aspectos históricos ajudam a construir a necessidade de atribuir a separação do território uma identidade própria, Siqueira Campos mobiliza a categoria memória, atribuindo sentidos e símbolos que corroborassem com a justificativa da criação estatal.

Siqueira Campos, ao referir-se a Joaquim Theotônio Segurado em seus discursos na Assembléia Nacional Constituinte, coloca-se como herdeiro de uma luta iniciada há 179 anos que possui a figura do desembargador como patrono e maior sustentador da luta pela criação do Estado. Ele coloca-se como herdeiro dessa árdua tarefa e possui como missão concretizar esse “sonho” há tempos iniciado. Essa representação de Siqueira Campos torna-se clara em dois momentos distintos. (RODRIGUES, 2008, p. 46).

Ainda mais, atribuir novos sentidos ao discurso fundador, mobilizaria a memória daqueles que seriam influenciados pela construção do novo Ente Federal, o novo Estado não seria construído apenas por investidores, mas sim por aqueles que seriam afetados pelo discurso de aparelhamento de um novo território repleto de novas oportunidades de crescimento, como na pesquisa em questão os migrantes maranhenses advindos de várias localidades do Maranhão.

Um dos sentidos que justificavam a emancipação era justamente as pessoas que já residiam na região e o desenvolvimento que com a criação do Estado seria gerado.

A construção histórica do Estado do Tocantins também é utilizada para a reificação dos sentidos, observa-se que há uma polarização e dualidade construída nas partes norte e sul do Estado do Goiás, enquanto a primeira parte foi influenciada pela região nordeste do país, a segunda recebeu influência do centro sul brasileiro, principalmente do Estado de São Paulo. Tal fato, gerava uma diferenciação em aspectos territoriais, costumeiros, culturais e identitários, o que corroborava com as afirmações para a justificativa do novo território.

O discurso fundador preconiza a atribuição semântica em objetos, para legitimar um movimento, como no caso em concreto, a luta pela emancipação do Estado do Tocantins, o jogo de palavras com o intuito de atribuição de sentidos faz parte do universo de representação social que através de processos de ancoragem e objetivação, tornam o objeto não familiar em familiar.

Representante de um Estado grande e rico, cujo desenvolvimento se circunscreveu as áreas próximas aos grandes centros econômicos, interessei-me pelo paradoxo que representava o norte de Goiás, pobre, desumano, desassistido e desservido. Depois de muito examinar os problemas daquela vasta região, conclui que a única solução a permitir seu desenvolvimento seria dar-lhe administração própria, desmembrando-a do sul do Estado (BRASIL, 1973).

Na ótica criacionista tocantinense, alguns elementos semânticos foram urdidos, como até já descritos anteriormente. Observa-se que a separação para norte do

Estado do Goiás foi mobilizada por alguns fatores, primeiramente estabelece-se uma distinção entre a população nortista da sulista do Goiás, as influências são diferentes, os costumes, as crenças, a construção histórias dos indivíduos envolvidos se divergem.

Salienta-se que a historiografia é um dos fatores delimitados para a emancipação do Tocantins, as influências migratórias também são levadas em consideração, pois, uma vez que, no norte os jesuítas foram os responsáveis pelo processo de catequização, e as trocas migratórias aconteceram mais com os Estados do Maranhão e Pará, na parte sul do Estado as influências foram dos grupos bandeirantes e as trocas migratórias ocorreram mais com os Estados sul e sudeste, em destaque São Paulo e Minas Gerais.

De acordo com Rodrigues (2008) para criação do Estado do Tocantins, houve uma articulação que visava recriar e reatualizar os sentidos do novo Ente Federativo, não haveria justificativa para o novo Estado se este não possuísse uma identidade própria que o distinguísse do seu Estado-Mãe, ademais, sentidos através das lutas históricas travadas primeiramente com a figura do Theotônio Segurado foram reificados no decorrer do discurso fundador estatal, ainda no século XIX, quando aqui era a capitania norte do Goiás.

A polarização entre os dois espaços eram ressaltadas, as influências migratórias foram distintas, o processo de ocupação também, os sentidos atribuídos distinguiam os dois territórios, o processo de ocupação da parte norte deu-se através dos jesuítas, o que reafirmava e gerava uma conotação religiosa para a região, tais eram os protetores dos saberes locais, assim como da cultura indígena e camponesa que aqui habitava. De um lado os jesuítas no norte, e de outro os bandeirantes, os “demônios” no sul (RODRIGUES, 2008).

A ocupação da parte sul do Estado do Goiás deu-se por influência bandeirante, grupos financiados pelo poder público para suprir a demanda do capital interno e externo explorando áreas ainda inexploradas, advindo predominantemente do Estado de São Paulo.

Observa-se que os sentidos mobilizados, a história, as figuras heroicas, os sentimentos religiosos, o aparelhamento estatal criado com a nova região, tem como o intuito de delimitar uma identidade, e vender uma imagem de prosperidade e êxito para o no Estado da Federação, ressalta-se que, para a construção do novo Estado haveria necessidade que os sentidos atribuídos atingissem os migrantes possuidores

de capital para investimentos, e aqueles que serviriam como mão-de-obra para a manutenção e o labor desenvolvido no Estado.

Para ressaltar ainda mais o aspecto histórico da criação, há uma reificação de valores na construção do Estado e na sua criação, o movimento se inicia em 1809 com a luta de Theotônio Segurado para emancipação do Estado, no discurso de Siqueira Campos, ele viria depois de 179 anos a dá continuidade a construção de um “sonho” iniciado a bastante tempo.

Siqueira Campos, em seus discursos propagado, projeta-se como continuidade na história iniciada com Theotônio Segurado de desmembramento da região, o primeiro em seus discursos resalta que o ouvidor da comarca do Norte já se preocupava com a separação com as mesmas motivações que o novo interventor realizava, com o desenvolvimento político, social e econômico regional, Póvoa (2004, p. 74) esclarece a questão ao aludir que:

A partir de maio de 1975, começou a circular o jornal **O Estado do Tocantins**, na região de Araguaína, inicialmente de forma artesanal, em edições mimeografadas, publicadas de acordo com o sabor dos acontecimentos, tendo ocorrido, certa época, edições diárias, que eram difundidas, de forma a manter aceso o ideal separatista idealizado por Lysias Rodrigues e Feliciano Machado Braga que continuavam a obra de Joaquim Teotônio Segurado, Felipe Antônio Cardoso e outros, dentre os quais José Wilson Siqueira Campos, que desde 1970 já elegera a criação do Estado como meta principal de seus sucessivos mandatos. O ideal separatista mantinha-se em algumas cidades, como Miracema do Norte (hoje, do Tocantins), Pedro Afonso, Tocantínia, Porto Nacional e agora Colinas de Goiás (hoje, do Tocantins), onde Siqueira Campos iniciava sua carreira política totalmente dedicada à causa tocantinense, principalmente no Congresso Nacional, levando avante o determinismo histórico de Segurado, somando esforços ao **Comitê Pró-Tocantins**, à **CENOG** e à **CONORTE**, cujas articulações políticas fizeram com que a idéia da independência do Norte de Goiás e a conseqüente criação do Estado do Tocantins saíssem do plano ideal e se transformasse em realidade palpável (PÓVOA, 2004, p. 74).

O criador do Estado do Tocantins transforma em sua missão pessoal o novo ente da federação, além dos sentidos atribuídos e já discutidos através da divisão do território, Siqueira Campos através do seu discurso fundador também se transforma em pai criador do Estado, articulando as referências históricas, políticas e religiosas o criador do Estado dá sequência a uma luta que perdura mais de cem anos.

Há em seus discursos a luta não apenas desenvolvida por ele, mas de um povo desassistido pela região sul do estado do Goiás, o mesmo também defendia a emancipação territorial, a qual representava melhoria de vida para aqueles que já se encontravam na região, assim como, para o das regiões circunvizinhas, como o

Estado do Maranhão, para o ex-deputado a criação do Estado representava uma libertação para o povo sofrido e explorado da região norte, Orlandi (2009) ressalta que o discurso proferido possui um intuito de formação ideológica através da formação de sentidos do enunciador:

O que faz ele diante de um texto? Ele o remete imediatamente a um discurso que, por sua vez, se explicita em suas regularidades pela sua referência a uma ou outra formação discursiva que, por sua vez, ganha sentido porque deriva de um jogo definido pela formação ideológica dominante naquela conjuntura. (ORLANDI, 2009, p.26)

Siqueira Campos mobiliza o universo consensual com o intuito de atingir uma coletividade de pessoas a aderirem sua ideia, este não falar por si só, representa um povo que em decorrência da área nortista do Estado do Goiás está desassistida, os mesmos encontravam em situação de desamparo.

3.3 As Representações sociais na criação do Estado do Tocantins

Segundo Schopenhauer (2001) “se tudo o que existe está para o sujeito e depende dele, então o mundo é uma representação”, todo indivíduo realiza representação do ambiente que está inserido, representar envolve o contato do homem como sujeito e os objetos que estão relacionados em sua volta, os quais os dois elementos constituem a cosmovisão do mundo.

A representação envolve espacialidades e temporalidades, os dois elementos conjugados configuram a matéria posta ao indivíduo, mas apesar dos elementos subjetivos, o autor aduz que é na razão que a representação do indivíduo se solidifica, a cosmovisão, é a atribuição individual através de como os objetos estão dispostos e inseridos no mundo, mas os sentidos é um movimento subjetivo e individual, uma vez que, de forma singular, cada um atribui semanticamente a forma para cada objeto.

A prática mental e social do homem imprime transformações na natureza que, através do entrelaçamento das relações sociais, configuram uma particular representação do espaço. Por outro lado, a ação simbólica aponta para um espaço de representação. Cabe asseverar que espaço e tempo não são inseparáveis, mas um implica o outro (GIL FILHO, 2005, p. 8).

No caso do Estado do Tocantins, como já discutido e difundido, os estudos de representações sociais servem como escopo que traduz as atribuições semânticas

dos sujeitos dentro do novo espaço da federação, no que tange ao desenvolvimento da pesquisa, principalmente no que diz respeito ao aspecto discursivo propagados pelos autores, e pelos sujeitos migrantes advindos do Estado do Maranhão.

O espaço de representação é construído com as vivências do cotidiano, é esta que dita o ritmo, o migrante idealiza um espaço a ser conquistado, através do deslocamento da sua região, geralmente as vivências que os outros lhe repassam, ou que são perpassadas por discursos fundadores como no caso do Tocantins “O espaço de representação é um espaço vivo, lócus da ação e das situações vivenciadas. É relacional em percepção, diferencialmente qualitativo e dinâmico e de natureza simbólica” (GIL FILHO, 2005, p. 9).

Ao realizar o deslocamento e se territorializar no novo espaço este constrói e reconstrói uma nova realidade através das vivências cotidianas, e da habituação com o novo espaço e os novos objetos apresentados para este indivíduo.

Para Moscovici (2003), o sujeito, como no caso em análise o migrante, através das representações sociais, este realiza dois processos ao territorializar em outra região, o primeiro chama-se ancoragem, a qual representa em tornar objetos, ideias e contextos estranhos e alheios ao indivíduo em um contexto familiar; o segundo é denominado de objetivação é o movimento de trazer elementos abstratos para o mundo da concretude, é tornar algo sólido através das vivências humanas.

Conforme preleciona Gil Filho (2005) a ancoragem representa o ato que o sujeito nomeia e classifica as coisas que não fazem parte das suas vivências. Ao realizar tal ato, o sujeito descreve o objeto o categorizando e atribuindo características; o distingue das outras coisas que estão em sua volta; e objeto descrito agora torna-se usual e convencional para o grupo em questão, ou seja, a classificação ou nomeação enseja em atribuir uma identidade. Já o processo de objetivação representa a materialização de ideias, do conteúdo abstrato em algo concreto.

Observa-se a concretização de tais processos em um dos depoimentos colhidos na Vila Maranhão, o entrevistado demonstra suas experiências na cidade de Araguaína-TO desde 1978 ao migrar do município de Zé Doca-MA, ao ser questionado sobre aspectos de paisagem e territorialidade desta urbe o depoente responde:

Araguaína em 1978 era só o matagal, só existia a Vila Aliança e o bairro São João, o resto era só o chão pisado e mato, eu me lembro que a rodoviária era perto da APAE, nós descia da BR e atravessava aquilo tudim a pé e no mato.

Por isso, que eu sei que essa Vila Maranhã vai crescer, porque quem viu Araguaína-TO como eu vi, não dava nadinha por essa cidade, e hoje tá essa mundaréu de riqueza. Aqui, na Vila Maranhão vai construir a malha rodoviária, vai passar bem por aqui nesta rua de baixo, e aí vai ver as casas dessa vila valorizar (ENTREVISTADO 10).

Para Moscovici (1998), os modos de produção de conhecimento na teoria de representação social se divide em dois universos: consensual e reificado. O primeiro, refere-se ao modo como o homem vê e se porta com o mundo, refere-se ao cotidiano, a vivência diária, e é disseminada em locais comuns, já o segundo é a forma como o universo é apresentado ao homem, principalmente no que diz respeito ao universo científico, político e religioso.

Os dois universos (consensual e reificado) e as formas como o indivíduo significa o seu mundo (ancoragem e objetivação) fazem parte dos sentidos atribuídos ao Estado do Tocantins no que diz respeito a sua criação, a historiografia recriada, a atribuição de sentidos com a luta histórica, as intencionalidades atribuídas com o intuito de atração do capital financeiro e laboral humano.

Na teoria da representação social, realizar o movimento de ancoragem é gerar uma identidade para o objeto não familiar, é torna-lo identificável e parte do contexto inserido nas relações sociais, um dos seus objetivos é a formação de opiniões e compreensão de características e intencionalidades no universo em que o sujeito participa.

Como no caso em questão, o processo de apropriação da Vila Maranhão representa o movimento de atribuição de sentidos e intenções que o grupo de sujeitos ao ocuparem a área, realizaram com o intuito de ali estabelecer sua morada, a ocupação se deu não apenas em aspectos objetivos que envolve a delimitação da área, a construção de casas, a abertura de ruas, e outros métodos de subsistência como viabilização da energia elétrica e a passagem de água para o local.

Em outro momento, o Entrevistado 2 alega que a Vila Maranhão ficou conhecida pelo seu processo de ocupação além de ser a priori realizada por um grupo de Maranhense, e também por um grupo de ocupantes do Tocantins, os quais além de estudar em ocupar a terra, viabilizaram a implantação de rede de energia e água encanada.

O Entrevistado 2 ainda afirma que, a região ocupada foi “batizada” como Vila Maranhão, em razão do líder do grupo que possui tal apelido, mas que o mesmo não

estava sozinho na empreitada, havia um grupo de maranhenses e também indivíduos pertencentes ao Estado do Tocantins

O grupo de migrantes maranhenses realizaram processos de atribuições de sentidos, tal mobilização é um dos fatores para sua permanência, a territorialização não se dá apenas por aspectos físicos, é um processo que envolve a atividade humana em atribuir sentidos para o seu lugar de pertencimento, os depoimentos dos indivíduos que estão localizados na Vila Maranhão, demonstra o processo de representação social que tais indivíduos realizam.

A ancoragem também é utilizada pelos ocupantes da Vila Maranhão para justificar a sua ocupação, a qual de acordo com tais, não foi realizada de forma ilegítima, a própria atribuição de invasores é rechaçada por tais migrantes, pois gera uma conotação pejorativa de ilegalidade no ato cometido pelos ocupantes da área.

O Entrevistado 10 reforça tal argumento ao ressaltar, que após o processo de ocupação realizado por um grupo de Maranhenses, várias situações legitimaram os direitos dos posseiros, dentre elas estão: o reconhecimento e distribuição de lotes pela Prefeitura do município; a instalação de rede elétrica; a distribuição de água encanada; dentre outras hipóteses. Importante ressaltar, que o Entrevistado 10 respalda a importância do Bairro ao salientar que “ (...) a BR vai passar aqui nessa avenida principal debaixo da Vila”.

Os mesmos alegam que a ocupação ocorreu de forma legítima, e justificam através de algumas ponderações, como no fato que não houve a desapropriação de indivíduos e nem a ocupação desenfreada através de movimentos que de forma agressiva esbulham os ocupantes das áreas; relatam que por ser área pública, e pelas políticas públicas voltadas para a reforma urbana serem escassas na região de Araguaína-TO, pelo menos à época da ocupação, o ato delimitar a terra e ali construir morada, é um direito e garantia que eles possuem na suas condições de subsistência.

Há outros fatores que os legitimam na ocupação espacial, alguns dos ocupantes possuem documentação comprobatória representada por cessão de direito, documento de transferência realizado por instrumento particular que comprova alguma forma de alienação do bem imóvel (compra e venda, doação, troca), e em alguns casos, em tal documento, os ocupantes alegam que a doação foi realizada pela Prefeitura conforme ressaltado no depoimento acima, o que simbolicamente representa a legitimidade da ocupação da terra.

Outro fator importante, foi a chegada de água encanada e rede de energia elétrica, mas especificamente no ano de 2012, após três anos de ocupação da Vila Maranhão, as empresas que realizam o fornecimento de tais serviços, implementaram o escoamento de água e energia elétrica para a Vila Maranhão, tal fator justifica ainda mais a legitimidade de apropriação da área, como demonstra a fala de um dos moradores da região.

(...) só três anos depois chegou água e energia, foi uma vitória para nós, porque antes era muito dificultoso, ficar na vela e lamparina era coisa muito ruim meu filho, eu sei que eles querem ganhar em cima de nós, mas isso só mostra para a prefeitura que aqui é um bairro e não uma invasão, o que tá faltando é o asfalto, mas aí é mais complicado (ENTREVISTADO 2).

Observa-se que os fatores supramencionados, são forma de representar o espaço ocupado e territorializado pelo migrante maranhense na ocupação do espaço araguainense, a ausência de movimentos conflituosos, a falta de prestação de políticas públicas que garantam o direito à moradia, o crescimento da Vila através da aderência de demais moradores, assim como documentação comprobatória e redes de energia elétrica e água encanada, legitimam o argumento de ocupação regional.

3.4 Espaço de representação - Maranhão, Tocantins, Araguaína-TO e Vila Maranhão

Os contextos territoriais apresentados, através das problematizações, mobilizam três espaços difundidos através do processo migratório, Maranhão – Tocantins, Araguaína e finalmente a Vila Maranhão localizada em tal urbe.

Necessário se faz uma abordagem teórica sobre a teoria da representação em detrimento do objeto de estudo discutido nas análises realizadas na pesquisa em apreço, pois como já mencionado, não apenas nos atemos aos aspectos físicos problematizados na pesquisa, mas sim, aos sentidos atribuídos pelo sujeito maranhense no processo de deslocamento ao Tocantins.

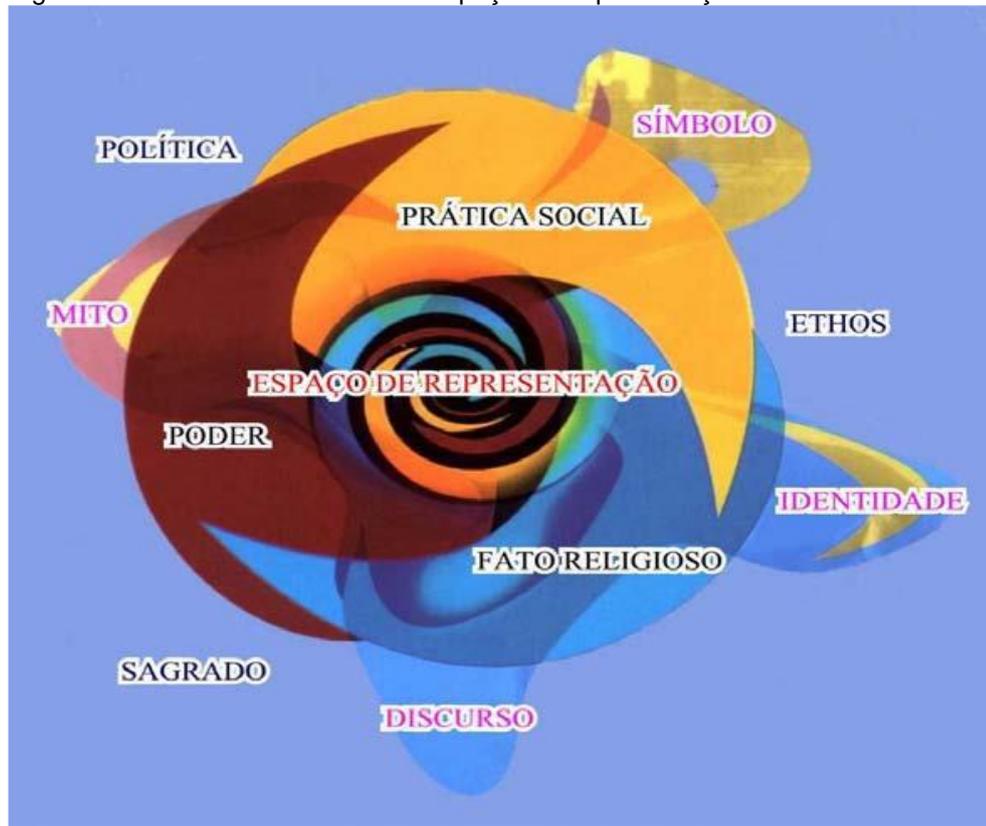
Falar do espaço de representação, de acordo com Gil Filho (2005), é o campo de experiência humana, o qual transforma o seu espaço através das suas vivências realizando a atribuição de sentidos.

Para autores como Bettanini (1982), há três formas espaciais: o mítico, ligado ao conhecimento antropológico; o sagrado, é o terreno responsável pela mediação

entre o céu e a terra, é a busca do sentimento religioso através da atribuição de sentidos ao objeto pelo sagrado; e o por fim, o espaço de representação, é o terreno onde o indivíduo produz os significados, através das experiências vivenciadas.

Para Gil Filho (2005), o espaço de representação possui três níveis conceituais: o primeiro refere-se aos reinos da política, do sagrado e do *ethos*; o segundo as categorias de mediação, as quais estão situadas no mito, discurso, identidade e símbolo; e por fim as categorias centras: poder, fato religioso e a prática.

Figura 2 – Redimensionamento do Espaço de Representação



Fonte: Gil Filho (1999, p.116). Título conforme consta no original. Uso e reprodução autorizada pelo Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho.

Realizando uma contextualização com o objeto da pesquisa em questão, observa-se através das entrevistas realizadas que a crise identitária em razão do deslocamento de migrantes maranhenses para a cidade de Araguaína-TO, mobiliza algumas das categorias apresentadas na teoria da representação social, em detrimento do recorte teórico, serão mobilizados a prática social como elemento central; as categorias de mediação, os aspectos do discurso, identidade, símbolo; e por fim, política e *ethos*.

Necessário se faz, realizar alguns apontamentos no que diz respeito as categorias mobilizadas do espaço de representação e a sua aplicação na pesquisa em questão.

O deslocamento através do movimento migratório, representa o pano de fundo em detrimento da crise identitária instaurada através da simbiose ocorrida com a chegada maranhense em Araguaína-TO, a prática social de apropriação de um novo espaço, faz surgir algumas questões em detrimento do movimento semântico da atribuição de sentido realizado por maranhenses ao se deslocarem para cidade de Araguaína-TO.

Salienta-se que, o movimento de apropriação espacial, através da territorialização faz surgir diversas questões, é interessante notar que a subsistência está presente em todas as falas dos depoentes, este é um dos principais fatores de mobilização do território maranhense em decorrência das condições ínfimas de vida os quais eram submetidos em sua grande maioria.

No que diz respeito aos fatores de atração destes sujeitos, o discurso como categoria de mediação necessita ser analisado com sutileza, pois, os depoentes possuem subjetividades diversas que os motivam ao realizar o deslocamento, o cerne da questão está, em detrimento das motivações, qual a justificativa para o deslocamento para o Estado do Tocantins?

Observa-se que o Estado do Maranhão faz divisa com os Estados do Piauí (leste), Tocantins (sul e sudoeste) e Pará (oeste), além do Oceano Atlântico (norte). Independente das motivações arguidas por tais sujeitos, o que levam a migrarem justamente para o Estado do Tocantins e não para os demais territórios fronteiriços?

Em alguns depoimentos, observa-se que o discurso de aparelhamento estatal e melhoria de condições de vida para aqueles que se apropriassem e migrassem para o Estado do Tocantins, e juntamente com Siqueira Campos ajudasse a construir o novo Estado, possuiria condições de subsistências bem melhores.

Siqueira Campos não é, mudou o Tocantins foi o Siqueira Campos. O Siqueira Campos fez um bocado de coisinha aqui. Governador igual o Siqueira esse Tocantins nunca mais vai ter, porque quando eu cheguei aqui, meu Deus não tinha nada, depois que o Siqueira lutou para criar o Tocantins foi que as coisas começou a mudar, foi obra atrás de obra meu filho, por isso que hoje quase todos meus filho moram aqui. Sem falar que essa Araguaína tem coisa demais para se trabalhar (ENTREVISTADA 10).

Alguns dos depoentes, justificam a sua vinda para a cidade de Araguaína-TO em detrimento do aparelhamento estatal urbano proporcionado pela cidade, e pela ausência de tais fatores no espaço onde moravam, em aspectos de educação, saúde, segurança, trabalho, dentre outros fatores que fomentam a subsistência.

Não cumpre em tal capítulo realizar a análise das intencionalidades e subjetividades atribuídas a tais sujeitos, o objeto retratado é a ação motivada pelas vivências destes sujeitos e a atribuição de sentidos através do deslocamento humano.

3.5 Expansão migratória em Araguaína-TO

Para compreensão da expansão migratória no contexto da cidade de Araguaína, interessante ressaltar algumas informações de cunho técnico trazidas por Morais (2014,p. 40):

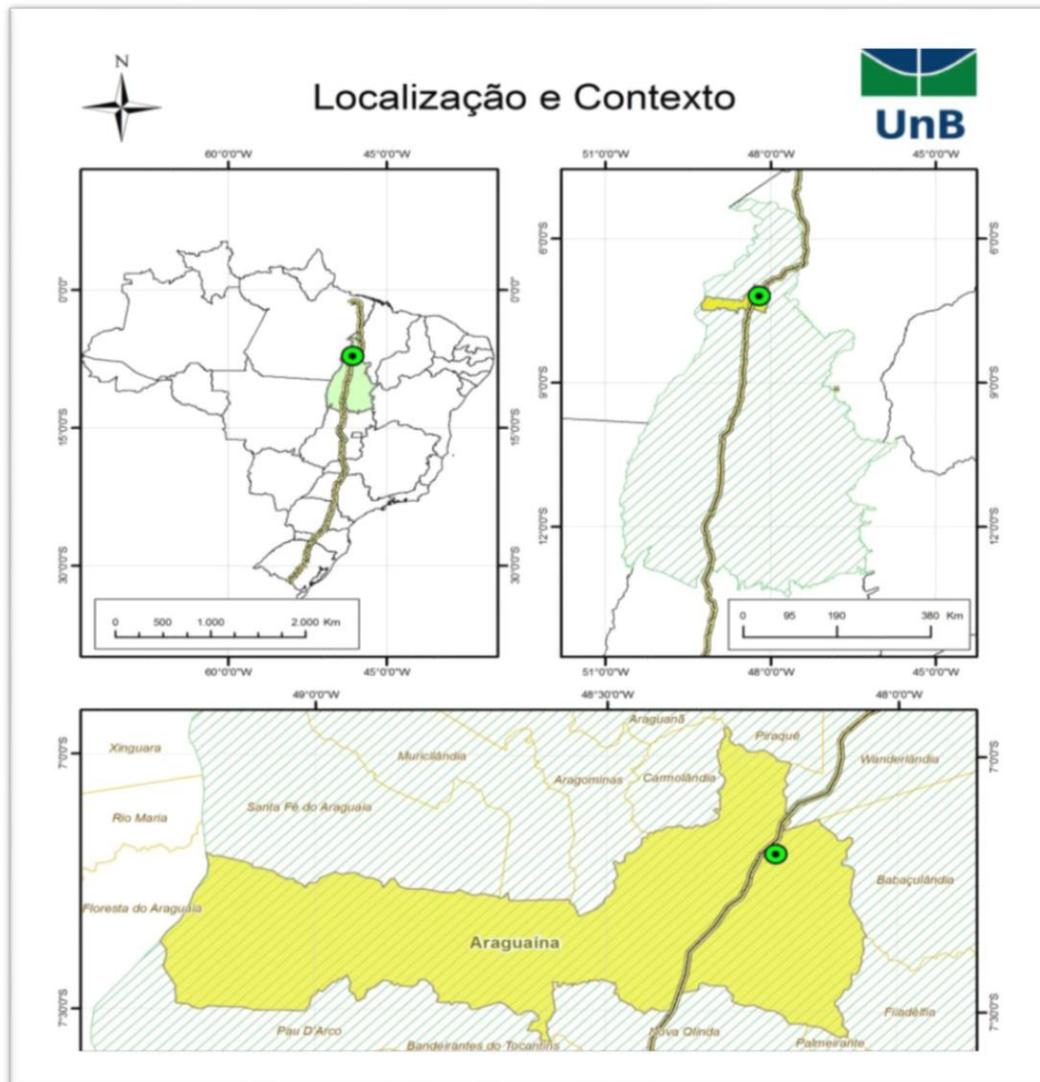
O município de Araguaína está localizado no norte do Estado do Tocantins e faz parte da Mesorregião Ocidental do Estado. Segundo o IBGE (2010), a sede do município fica a uma altitude de 227m em relação ao nível do mar, distando cerca 368 km da capital do estado – Palmas. Apresenta, dessa forma, uma posição geográfica privilegiada, numa região cortada por rodovias de fácil acesso, devido à proximidade do mercado consumidor dos estados do Pará e Maranhão. Isso lhe proporciona uma importância singular. Araguaína localiza-se entre os paralelos: 7° 11" 28" de latitude Sul e 48°12"26" de longitude Oeste.

Ainda ressaltando o contexto populacional da cidade de Araguaína-TO, o autor Morais (2014, p.41) informa que:

(...) a cidade de Araguaína situa-se na região norte do Estado do Tocantins, composta por dezoito municípios localizados em seu entorno, com um contingente populacional de 270.280 habitantes, onde a maioria da população habita a cidade, aproximadamente 164.093 habitantes, ou seja, o maior contingente populacional da região (IBGE, 2010). Tais elementos são essenciais para a compreensão de sua configuração espacial como cidade média do norte tocaninense.

A história de Araguaína também é marcada por processos migratórios, inclusive de povos advindos do Maranhão. O discurso e a criação do novo Estado também afetou de forma pontual o processo migratório para a cidade, a qual era a prometida para galgar o êxito de ser a nova capital do Estado, o que por questões políticas não chegou a acontecer.

Figura 3 - Base cartográfica do Tocantins - IBGE



Fonte: (MORAIS, 2014, p.41) Título conforme consta no original. Uso e reprodução autorizada pelo Prof. Ms. Itamar Araújo Morais.

Foram os índios da tribo Karajá os primeiros habitantes da região localizada entre os rios Andorinha e Lontra, afluentes do Araguaia, futuramente conhecida como Araguaína. Segundo o pesquisador Claudivan Santiago de Araújo (2000) foi no ano de 1876 o marco da chegada da Família de João Batista da Silva e sua esposa Dona Rosalina de Jesus Batista com seus dez filhos, advindos de Paranaguá, Estado do Piauí.

A família se estabeleceu à margem do Rio Lontra e denominou o local de “Livres nos Deus”, uma referência ao temor dos ataques de animais. Pouco meses depois, ainda no mesmo ano, outras famílias advindas das regiões circunvizinhas começaram a habitar o povoado agora denominado de Lontra devido ao rio que banhava a região (ARAÚJO, 2000).

A chegada de novos migrantes faz com que a região passasse a sofrer processos de ressignificação. Depreende-se pelos relatos do autor que as memórias cativas e a sua formação cultural faz com que o homem realize esse processo de significar o seu novo habitat, para que este seja denominado de “seu”, numa clara demonstração de poder, o que implica que faz-se necessário além de demarcações territoriais advindas das relações sociais, realizar também processos de significações, decorrentes de práticas discursivas.

Inicialmente o Povoado Lontra pertenceu ao município de Araguatins, anos mais tarde ao município de Tocantinópolis. Devido ao isolamento da região imposto pela ausência de estradas, condições geográficas e insalubridades climáticas houve um período de estagnação que durou até 1925, com a chegada das famílias de Manoel Barreiro, João Brito Guilhermino Leal e José Lira. A partir daí houve um novo entusiasmo aos antigos moradores, e sob a lideranças dessas famílias foi erguido um templo católico dedicado ao Sagrado Coração de Jesus, padroeiro da cidade.

O município de Filadélfia foi criado pela Lei Municipal nº154 de 08 de outubro de 1948 sendo que o Povoado Lontra passou a integrá-lo. Um ano depois a denominação deste foi mudada para povoado Araguaína em homenagem ao rio Araguaia (ARAÚJO, 2000).

Pela Lei Municipal nº 86 de 30 de Dezembro de 1953 o povoado foi transformado em Distrito com a mesma denominação, sendo designado para subprefeito o senhor Cassimiro Ferreira Soares, natural da cidade de Riachão-Maranhão (ARAÚJO, 2000).

Visando a expansão e desenvolvimento regional houve a culminação da criação do Município de Araguaína. A Lei nº 52 de 20 de Julho de 1958 autorizou o seu desmembramento, sendo o marco da sua criação a Lei estadual nº 2.125 em 14 de novembro de 1958, sua instalação oficial aconteceu em 1º de Janeiro de 1959.

Os três primeiros gestores da cidade de Araguaína são oriundos do Estado do Maranhão. O subprefeito Cassimiro Ferreira Soares, natural de Riachão, nomeado em 1954, chegou à região em 1927 ainda quando o povoado era conhecido como Lontra. O primeiro prefeito nomeado foi Henrique Ferreira de Oliveira em 1959, maranhense da cidade de Balsas, que mudou-se para o distrito de Araguaína em 1954, filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD) e através de um ato do Governo do Estado de Goiás foi nomeado prefeito interino, permanecendo no cargo até o ano de 1961. O primeiro prefeito eleito foi Anatólio Dias Carneiro, oriundo de Carolina (MA), era líder do Partido

Social Democrático e com uma expressiva maioria nos votos foi empossado Prefeito da cidade de Araguaína em 31 de janeiro de 1961 (ARAÚJO, 2000).

3.6 Dilemas migratórios- a ocupação da Vila Maranhão

O fenômeno migratório possui diversas vertentes, ao mobilizar os discursos dos atores envolvidos neste processo observa-se como ao deixar seu território e ir para outro espaço há trocas imbuídas e valores a serem analisados.

Como supramencionado, ao se deslocar de sua região, o migrante procura meios para garantir a sua subsistência, o seu sustento e mantimentos, o que o mobiliza a realizar o deslocamento para outro lugar do qual não é o pertencente.

E a moradia, como garantia nesta subsistência, é um dos fatores aparentes no discurso destes personagens, observa-se nas falas dos depoentes que tal fator ganha uma importância especial, ao se deslocar da sua origem e da sua terra, este migrante busca se territorializar.

Nota-se que a moradia, a obtenção da terra, a manutenção da sua condição como ser humano é uma das buscas primordiais deste migrante ao se deslocar do seu local de origem para outra região, pois atrela-se a sua própria subsistência.

No caso em concreto, os migrantes localizados na vila maranhão, bairro localizado na cidade de Araguaína (TO), ao ocuparem tal região buscam neste conflito de terra, na dicotomia entre invasão e ocupação encontrar um espaço para garantir o seu direito à moradia e concretizar suas expectativas advindas com o deslocamento, como salienta Saquet (2003, p. 28), há questões políticas, econômicas e culturais imbuídas nesta questão:

[...] as forças econômicas, políticas e culturais, reciprocamente relacionadas, efetivam um território, um processo social, no (e com o) espaço geográfico, centrado e emanado na e da territorialidade cotidiana dos indivíduos, em diferentes centralidades/temporalidades/territorialidades. A apropriação é econômica, política e cultural, formando territórios heterogêneos e sobrepostos fundados nas contradições sociais (SAQUET, 2003, p. 28).

Realizando uma abordagem a respeito do objeto de pesquisa a ser analisado, a cidade de Araguaína-TO é marcada pela presença de antigos e recentes migrantes advindos de diversas regiões do país. De acordo com Silva (2016) há dois bairros na

cidade em que se destacam a presença de Maranhenses, sendo estes, a Vila Maranhão e o Monte Sinai.

No tocante a Vila Maranhão a sua própria denominação é um reflexo simbólico e representativo das origens de seus ocupantes, o autor salienta que o processo de sua ocupação começou a ocorrer no primeiro semestre do ano de 2009 numa chácara sem uso e sem documentação, as ruas foram abertas pela própria população, e devido ao seu estado de irregularidade há a ausência de políticas públicas que garantam a urbanização adequada do local.

A escolha do contexto em delimitar a Vila Maranhão como objeto de análise, se dá devido à construção e desenvolvimento do bairro, o qual a priori, foi ocupado por um grupo de migrantes maranhenses, conforme salienta Silva (2016, p. 12):

A Vila Maranhão começou a ser ocupada para moradia no primeiro semestre do ano de 2009. De acordo com um dos primeiros ocupantes na época e um líder comunitário, logo no início daquele ano começaram as discussões sobre a possibilidade de ocupação de uma chácara sem uso e sem documentação, conforme informação repassada aos ocupantes por um morador vizinho. Por ordem judicial uma parte das casas construídas foi demolida há poucos meses, mas os moradores ocuparam novas áreas.

Interessante notar, que há uma ausência de prestação estatal efetiva na região, pois não há nenhum serviço público à disposição, e que as ruas foram abertas pela própria população, Rodrigues (2008, p. 78) menciona que a “desigualdade expressa pelas áreas de pobreza representam, na lógica dominante, problemas relacionados com o aumento da população, em especial da população migrante”.

Diante deste paradigma, é presente nas falas dos depoentes as questões relacionadas à ocupação de terra, os quais mobilizam categorias diferentes de sentidos, os depoentes consagram-se como ocupantes e não invasores, pois mesmo sem o aparelhamento estatal, ausentes na vila Maranhão, estes nos seus discursos mobilizam as categorias de ocupação da terra como real detentores e pertencentes daquele espaço.

Observa-se das figuras 4 (quatro) a 6 (seis) demonstram algumas condições estruturais da vila Maranhão, acentuando as duas entradas principais, e construção de moradias situadas no local.

Figura 4 – Entrada da Vila Maranhão, pelo setor Araguaína Sul, bairro ocupado da cidade de Araguaína-TO



Fonte: Elaborado pelo próprio autor Ítalo Danyel A. G. dos Santos.

Figura 5 – Entrada da Vila Maranhão, pelo setor Topázio, bairro ocupado da cidade de Araguaína-TO



Fonte: Elaborado pelo próprio autor Ítalo Danyel A. G. dos Santos.

Figura 6 – Construção na Vila Maranhão, Igreja Assembleia de Deus.



Fonte: Elaborado pelo próprio autor Ítalo Danyel A. G. dos Santos.

Figura 7 – Casas na Vila Maranhão.



Fonte: Elaborado pelo próprio autor Ítalo Danyel A. G. dos Santos.

Para os migrantes maranhenses e ocupantes da vila maranhão, a ocupação se dá de um movimento legítimo, consubstanciado por relação de forças, levando em consideração que o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz (ORLANDI, 2009), e concretizado pela ausência estatal em garantir o direito à moradia, previsto em sede direitos de igualdade, segunda geração humanitária dos direitos e garantias fundamentais do homem.

A segunda geração, advinda logo após a Primeira Grande Guerra, compreende os direitos sociais, econômicos e culturais, os quais visam assegurar o bem-estar e a igualdade, impondo ao Estado uma prestação positiva, no sentido de fazer algo de natureza social em favor do homem. Aqui encontramos os direitos relacionados ao trabalho, ao seguro social, à subsistência digna do homem, ao amparo à doença e à velhice (BULOS, 2014, p. 528).

Por mais que o conhecimento técnico e jurídico não estejam elencados e concretizados na mente dos migrantes advindos do Maranhão, é interessante como o caráter jurídico, suas garantias e direitos são mobilizadas no seu imaginário e nos discursos, saliente Orlandi:

O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas nossas palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele (ORLANDI, 2009, p.32).

É interessante notar como ao serem abordados sobre os fatores que motivaram tal deslocamento é constante nas falas dos depoentes as questões envolvendo a ausência de moradia, o apego a terra, a mobilização territorial em decorrência da ausência de recursos.

A migração também é influenciada por uma reprodução das experiências positivas que outros migrantes ao virem para cidade de Araguaína-TO obtiveram, e a notícia do êxito se espalha pela região que residiam, aumentando as expectativas e o imaginário daqueles que almejam melhorias nas suas condições de vida, Orlandi (2009, p.45) dialoga com a questão ao afirmar :“Como diz M. Pêcheux o sentido de uma palavra, uma expressão, de uma proposição etc., não existe em si mesmo, mas ao contrário é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio histórico [...]”.

Estes não se retratam como invasores de terra, ou como ocupantes indevidos de uma região, mas sim, como pessoas detentoras de um direito à moradia, o qual foi negligenciado pela atuação estatal, que mobilizado por uma ideologia capitalista consubstancia-se numa relação de assujeitamento do indivíduo, submetendo-o a condições de vida consideradas ínfimas.

É o exemplo do entrevistado 2, de 30 anos, morador da Vila Maranhão, o mesmo a ser questionado sobre os fatores que a influenciaram a vir para Araguaína-TO, não titubeia ao falar que o acesso à terra que a motivou, pois assim quando

chegou na cidade já conseguiu um lugar para morar com sua família, através da doação de um pedaço de terra advindo do irmão do seu esposo, ocupante da Vila Maranhão.

Aduz ainda mais, quando relata que na cidade onde residiu no Maranhão, o acesso à moradia era “difícil”, que não possuía residência fixa o que a obrigava a ir de casa em casa dos seus parentes juntamente com sua família, e que a facilidade do acesso a “terra”, foi o que encantou ao chegar à cidade de Araguaína.

Interessante notar, que a experiência relatada na fala do entrevistado 2, se reproduz em alguns dos depoentes, mesmo estes vivendo em condições de subsistência pouco apropriadas na vila Maranhão, devido à ausência de uma prestação estatal no bairro como recursos advindos do saneamento básico e pavimentação urbana, esta celebra com êxito sua conquista ao acesso a moradia em dada região.

A pesquisa ainda torna-se mais instigadora, ao indagarmos como eram as condições de vida destas pessoas no território onde era considerado seu, no seu local de origem antes do seu deslocamento, uma vez que as condições apresentadas na Vila Maranhão também não condizem com garantias e direitos fundamentais, que consubstanciam o direito a dignidade da pessoa humana, prelecionadas na Constituição Federal de 1988.

3.7 Invasores ou ocupantes maranhenses? A representação e os sentidos advindos da ocupação maranhense na Vila Maranhão

Importante traçarmos o diálogo sobre estes termos ocupação e invasão e porque a dicotomia entre os dois é tão latente entre a população maranhense que se desloca para Araguaína (TO).

Por invasão depreende-se uma tomada de terra de forma ilegítima, usurpadora de direitos e de garantias que deveriam ser observadas, é a adentramento sorrateiro de espaços que já possuem proprietário ou são terras estatais (HAESBAERT, 2008).

Já por ocupação, entende-se um movimento de adentramento legitimado pela ausência prestacional do Estado na garantia do direito à terra urbana ou rural, chamada a política pública de reforma agrária ou rural:

Invasão, de certo, possui um sentido construído em torno de alguma ilegalidade. Como afirmam os dicionaristas, denota algo contrário ao juízo de valor social, algo reprovável. De seu turno, a ocupação mitiga essa

ilegalidade e nos põe a par de um sentido mais brando, é posse legalizada de algo; significaria ter a posse legal de uma coisa abandonada ou ainda não apropriada. Ocupação, aliás, possui até mesmo um sentido outro: o de trabalho, de labor, de emprego de força intelectual ou física para auferir renda ou para produção de algo (ALMEIDA, 2006, p.1).

Interessante notar, que por mais que o migrante não reconheça os aspectos técnicos e jurídicos propostos pelo fenômeno da ocupação, estes através das suas vivências e dos seus discursos demonstram que possui legitimidade para ocupação daquela terra, como condição de subsistência, como ausência da mão prestacional estatal.

O entrevistado 3, de 40 anos, não se reconhece como um invasor da Vila Maranhão, e possui legitimidade ao está naquele lugar, na terra onde lhe é por direito devido a uma vida sem recursos e longe da assistência estatal.

O depoente supracitado, alega ainda mais, que a chegada do acesso à energia e água serve como um parâmetro de pertencimento espacial, que os antigos “gatos” agora substituídos por postes e rede de passagem de água, concretizam um aparelhamento estatal e refletem a legitimidade dos ocupantes daquela área, “O lugar pode adquirir profundo significado para o adulto mediante o contínuo acréscimo de sentimento ao longo dos anos” (TUAN, 2012, p. 47).

O migrante introjeta esses valores através de um fenômeno de reprodução que é transmitido aqueles que participam da comunidade em questão, interessante notar que os avanços mínimos na Vila Maranhão consubstanciam ainda mais a legitimidade daqueles que possuem a terra.

Como explicitado, a criação do Estado do Tocantins além dos seus aspectos pragmáticos, é e foi uma prática discursiva, dotada de ideologias, e como supra alegado, influenciou pessoas a serem atraídas para um novo espaço, já existente, mas simbolicamente construído por uma conjectura política e que através dos constantes fluxos migratórios passa por processos de ressignificação. Para a compreensão do discurso criacionista necessário se faz vislumbrar o objeto simbólico e sua produção semântica, investida de significância para os sujeitos afetos aos fluxos migratórios.

4 A MIGRAÇÃO MARANHENSE NO ESTADO DO TOCANTINS, OS DISCURSOS E OS SENTIDOS ATRIBUÍDOS NO PROCESSO MIGRATÓRIO

“Olhou a catinga amarela, que o poente avermelhava. Se a seca chegasse, não ficaria planta verde. Arrepiou-se. Chegaria, naturalmente. Sempre tinha sido assim, desde que ele se entendera. E antes de se entender, antes de nascer, sucedera o mesmo – anos bons misturados com anos ruins. A desgraça estava em caminho, talvez andasse perto. Nem valia a pena trabalhar” (RAMOS, 1938).

4.1 As trocas migratórias entre os Estados do Maranhão e do Tocantins

Mobilizando a expansão tocaninense observa-se similitudes com os movimentos de deslocamento discutidos no primeiro capítulo. Para compreensão do panorama migratório tocaninense, necessário se faz a construção histórica e discursiva traçada na pesquisa em apreço, a análise do desenvolvimento geopolítico amazônico, os quais foram fatores propulsores mesmo antes de existir o próprio Estado e este fazer parte do chamado norte goiano.

A região centro-oeste foi marcada na década de 1970 e 1980 por importantes investimentos agroindustriais que corroboraram com a expansão regional, tais conjecturas foram estabelecidas principalmente consubstanciados pelo capital estatal, através de incentivos fiscais e créditos subsidiados pelos órgãos oficiais de apoio do governo, Cunha (2003) dialoga sobre a questão:

Na década de 60 a Região Centro-Oeste passou por um intenso processo de modificação de sua base produtiva, fortemente impulsionada pela ação estatal, que tinha por objetivo modernizar a agropecuária e integrar a Região aos mercados interno e externo (CUNHA, 2003, p.136).

Ressalta-se que, assim como no processo amazônico supramencionado com as reflexões de Becker (2001) a expansão do centro-oeste também sofreu uma influência exógena mobilizada pelo capital internacional para a exploração do local.

A marcha modernizadora ao oeste impulsionou a migração na região centro oeste na década de 1970, através de incentivos na modernização agrícola, contudo este movimento de atração obteve um freio através da diminuição de incentivos fiscais

do governo o que acabou ocasionando um declínio migratória nas décadas de 1980 e 1990.

Ressalta-se que tal declínio, não alcançou o recém-criado Estado do Tocantins, uma vez que o discurso criacionista da região impulsionou o crescimento da mesma, impedindo que o novo Estado da Federação seguisse a tendência da região o qual fazia parte.

Os movimentos para expansão do Estado contribuíram para o saldo migratório da região do Tocantins que apresentava-se positivo no tocante ao movimento de entrada e saída populacional, conforme demonstra Cunha (2002), com base nos dados demográficos do IBGE entre as décadas de 1970 a 1990, conforme demonstra a tabela 1:

Tabela 1 – Evolução da população e taxas de crescimento médio anual centro-oeste ampliado 1970/96

Unidades da Federação	População				Taxa de Crescimento		
	70	80	91	96	70/80	80/91	91/96
Rondônia	111.064	491.069	1.130.874	1.219.958	16,03	7,88	1,53
Tocantins	516.447	743.750	920.116	1.048.643	3,71	1,95	2,65
M. G. do Sul	998.211	1.393.019	1.778.741	1.927.834	3,39	2,25	1,62
Mato Grosso	579.360	1.039.350	2.022.524	2.235.832	6,02	6,24	2,03
Goiás	2.414.325	3.125.354	4.012.562	4.515.868	2,61	2,30	2,39
Distrito Federal	537.492	1.176.935	1.601.094	1.821.946	8,15	2,84	2,62
Total	5.176.418	8.068.818	11.480.156	12.781.129	4,54	3,26	2,17

Fonte: Cunha (2002, p.92)

Observa-se ao realizar uma análise dos dados que o Estado do Tocantins possuiu crescimento no número de migrante para região, demonstrando uma taxa acentuada entre as décadas de 1970/1980 coadunando com as informações elencados por Becker, pois marcava a expansão para a região amazônica, na qual estava situada a região denominada norte goiano (Estado do Tocantins).

Entre as décadas de 1980 a 1991 houve uma baixa no tocante a expansão migratória do Estado do Tocantins, observa-se que este alcançou seu ápice migratório conforme os dados elencados pelo censo demográfico entre os anos de 91 a 96, o qual simboliza as datas de sua criação, inclusive superando a expansão migratória dos outros estados da região centro oeste.

Já no caso do Tocantins, como não poderia deixar de ser, este apresenta volumes e taxas crescentes de imigração no período, acompanhados de uma redução dos índices relativos à emigração.

Certamente, em função da criação do Estado do Tocantins, ainda na primeira metade dos anos 1990, apresentava taxas de crescimento acima dos 2,5%a.a., o que reflete o crescimento de seu saldo migratório.

O último processo de divisão regional vivido pelo Brasil ocorreu no fim da década de 1980, com a criação do estado do Tocantins em 1988 e sua implantação em 1989. A nova unidade federativa foi constituída a partir do desmembramento da porção norte do território do estado de Goiás, conhecida como “norte goiano”. (RODRIGUES, 2012a, p. 128).

De acordo com os dados apresentados, percebe-se pelos gráficos abaixo que Tocantins tem intercâmbios populacionais importantes com os Estados de Goiás, Pará e Maranhão.

É interessante notar que entre os Estados citados, o Maranhão é uma das principais áreas de emissão de migrantes para o Tocantins, não figura como área preferencial para as pessoas que deixam esse Estado, o que pode ser entendido tendo presentes às poucas oportunidades existentes naquela área, seja para os nativos eventualmente retornados ou mesmo para outros migrantes.

Tabela 2 – Principais trocas migratórias líquidas Tocantins – 1986/96

Unidades da Federação	86/91	91/96
Goiás	-5.198	-4.843
Maranhão	10.035	18.895
Pará	-6.358	3.288
Piauí	2.274	3.538
Distrito Federal	-2.023	-1.256
São Paulo	1.081	1.001
Minas Gerais	2.400	621
Outros	8.312	7.602

Fonte: Cunha (2002, p.106)

Contudo, o processo de deslocamento é perpetrado por nuances, não há fórmulas precisas que descrevam que apenas o discurso de desenvolvimento da região e a abertura de novas oportunidades foram os fatores propulsores do processo migratório.

A criação do Estado e toda a construção histórica de desenvolvimento gera o que na análise do discurso é conhecido como interdiscurso, não há que se falar em

coincidência nas falas dos enunciadores, por mais que não seja latente a construção do desenvolvimento regional, ou do discurso mobilizado por figuras como Theotônio Segurado e Siqueira Campos que propagavam a “libertação” política, legislativa e administrativa do território, os sujeitos maranhenses e suas narrativas demonstram os sentidos atribuídos por estes personagens.

O discurso dos migrantes maranhenses, além de dotados de subjetividades e motivações no deslocamento, são atravessados pelo “Outro” dotado de intencionalidades para atração de capital humano com intuito do crescimento estatal.

Entre as entrevistas realizadas com migrantes maranhenses na Vila Maranhão, há uma voz dissonante neste processo de deslocamento e retorno para a sua origem e que vai de encontro com os dados mencionados.

Observa-se que ao ser questionado sobre a sua habitualidade na região, o discurso do migrante maranhense relaciona-se com as condições de vida ao qual está submetido na cidade de Araguaína-TO.

Em quase todos os discursos, o desejo de permanecer na cidade de Araguaína-TO e ver o crescimento pessoal e de sua família é isonômico, a paisagem deixada pela abstenção de trabalho, de comida, moradia, lazer, e meios de subsistência, abarrotada a vontade de retornar para sua terra de origem.

Contudo, uma voz dissonante ecoa nos discursos dos entrevistados mencionados, é o desejo de retorno do entrevistado 1, com 40 anos de idade que nos chama a atenção, e o porquê da sua dissonância? Talvez seja em decorrência do infortúnio que a acometeu na vinda para a cidade de Araguaína como esta menciona:

Foi o irmão dele (...) que fundou esse bairro que nos incentivou a vim para Araguaína. Em um primeiro momento eu fiquei animada, porque assim quando chegamos ele nos deu uma terra e um barraco para morar, e isso em São João dos Patos nós não tínhamos, vivíamos de casa em casa dos parentes, e no início aqui tudo está muito bem, montamos uma horta e ele tinha o motor que ajudava na irrigação da horta, o Edson até vendia bem os produtos da hortinha, e aí veio o ladrão e levou o motor dele, e sem este não tem como ter irrigação o que impossibilitou vender os produtos da horta. Depois veio minha doença das costas que não pude mais trabalhar, e outra coisa foi que o Edson fez o serviço de pedreiro na casa de uma mulher aqui da cidade e essa fez pouco caso dele e não pagou nenhum centavo do serviço, acho que esse foi o dia mais triste da minha vida. Então em razão desses acontecidos, eu tenho vontade de morar a viver no Maranhão, porque lá pelo menos eu tenho meus parentes para me ajudar e outra coisa lá é até mais fácil de caçar do que aqui, como posso te explicar, aqui as pacas chegam pertinho aqui de casa, mas não podemos matar porque se não a polícia prende, e lá no maranhão a gente mata a vontade e ninguém não prende nós por isso não (ENTREVISTADO 1).

O entrevistado 1 é fruto de um processo migratório infrutífero que ocasionou a sua decepção e o conseqüente desejo de retornar a sua origem, é uma voz dissonante no meio daqueles que não demonstram o desejo de retornar para o Maranhão, por mais que as condições de subsistência não tenham sido garantidas como deveriam, a grande maioria dos entrevistados declinam pela ausência de desejo em está retornando para sua terra de origem.

Com base nessa compreensão e entendendo que a materialização dos eventos de linguagem em entidades textuais é heterogênea em sua própria natureza, escolhemos estudar as não coincidências do dizer – um dos modos de representação da heterogeneidade enunciativa. Especificamente, nosso objeto de estudo são as relações entre as não coincidências do dizer e a argumentação. A escolha desse objeto se deu porque a seleção de marcas de heterogeneidade enunciativa sinaliza, a nosso ver, para certos propósitos argumentativos. Ao assumir os postulados de Authier Revuz (1982;1990; 1998; 2004) sobre a heterogeneidade enunciativa, assumimos que a linguagem é o ambiente do não-Um, do heterogêneo, do múltiplo, do plural, da alteridade, do 'outro' (BRITO, 2016, p. 208).

A utilidade da análise das características de migração em termos socioeconômicos e demográficos se configura não apenas porque permite estudar uma dimensão qualitativa do fenômeno, mas, sobretudo, porque possibilita, por um lado, entender a forma como as especificidades do processo de desenvolvimento econômico e ocupação territorial acabam influenciando no perfil da migração e, por outro lado, estudar o impacto que tais movimentos têm sobre as áreas de emissão e recepção.

4.2 A “criação” do Estado do Tocantins e a sua influência no processo migratório maranhense

Os processos migratórios sempre se fizeram constantes e presentes na nossa história. É inegável que os diversos deslocamentos humanos contribuíram e continuam a contribuir para a formação cultural dos povos, e devido a esse processo, torna-se difícil definir o que seria cultura originária de um povo.

Argumenta-se, entretanto, que são exatamente essas coisas que agora estão "mudando". O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas. Correspondentemente, as identidades, que compunham as paisagens sociais "lá fora" e que asseguravam nossa conformidade subjetiva

com as "necessidades" objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais tornou-se mais provisório, variável e problemático (HALL, 2005, p. 12).

O autor discute questões atinentes as identidades dos sujeitos como indivíduos ou coletividades, que com a complexa realidade cultural difundida na pós modernidade, ocorre o fenômeno da desarticulação das identidades estáveis construídas no passado, gerando a possibilidade de novas articulações, um dos aspectos para esta desconstrução identitária se dá pelo deslocamento dos sujeitos (HALL, 2005).

O Tocantins por ser o Estado mais novo da Federação, criado com a Constituição Federal de 1988, através do Ato de Disposição Constitucional Transitório nº 13, trouxe consigo promessas de renovações, objetivando uma ruptura com o velho território "norte goiano". Para tanto, forja-se uma identidade cultural, com o intuito de legitimar a criação política de um novo espaço dentro do antigo território, conforme esclarece Rodrigues (2010): "foi uma identidade cultural inventada, para dar suporte a uma elaboração discursiva por um grupo social interessado na criação do Estado do Tocantins que implicou em uma nova divisão regional do Brasil".

No tocante ao ato de disposição constitucional transitório nº 13 que legitima a criação do Estado do Tocantins, este faz menção a expansão territorial a nível político e governamental, explicando o processo de transição ao qual o novo ente político brasileiro passara:

Art. 13. É criado o Estado do Tocantins, pelo desmembramento da área descrita neste artigo, dando-se sua instalação no quadragésimo sexto dia após a eleição prevista no § 3º, mas não antes de 1º de janeiro de 1989.

§ 1º O Estado do Tocantins integra a Região Norte e limita-se com o Estado de Goiás pelas divisas norte dos Municípios de São Miguel do Araguaia, Porangatu, Formoso, Minaçu, Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Campos Belos, conservando a leste, norte e oeste as divisas atuais de Goiás com os Estados da Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e Mato Grosso.

§ 2º O Poder Executivo designará uma das cidades do Estado para sua capital provisória até a aprovação da sede definitiva do governo pela Assembléia Constituinte.

§ 3º O Governador, o Vice-Governador, os Senadores, os Deputados Federais e os Deputados Estaduais serão eleitos, em um único turno, até setenta e cinco dias após a promulgação da Constituição, mas não antes de 15 de novembro de 1988, a critério do Tribunal Superior Eleitoral, obedecidas, entre outras, as seguintes normas:

I - o prazo de filiação partidária dos candidatos será encerrado setenta e cinco dias antes da data das eleições;

II - as datas das convenções regionais partidárias destinadas a deliberar sobre coligações e escolha de candidatos, de apresentação de requerimento

de registro dos candidatos escolhidos e dos demais procedimentos legais serão fixadas, em calendário especial, pela Justiça Eleitoral;

III - são inelegíveis os ocupantes de cargos estaduais ou municipais que não se tenham deles afastado, em caráter definitivo, setenta e cinco dias antes da data das eleições previstas neste parágrafo;

IV - ficam mantidos os atuais diretórios regionais dos partidos políticos do Estado de Goiás, cabendo às comissões executivas nacionais designar comissões provisórias no Estado do Tocantins, nos termos e para os fins previstos na lei.

§ 4º Os mandatos do Governador, do Vice-Governador, dos Deputados Federais e Estaduais eleitos na forma do parágrafo anterior extinguir-se-ão concomitantemente aos das demais unidades da Federação; o mandato do Senador eleito menos votado extinguir-se-á nessa mesma oportunidade, e os dos outros dois, juntamente com os dos Senadores eleitos em 1986 nos demais Estados.

§ 5º A Assembleia Estadual Constituinte será instalada no quadragésimo sexto dia da eleição de seus integrantes, mas não antes de 1º de janeiro de 1989, sob a presidência do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Goiás, e dará posse, na mesma data, ao Governador e ao Vice-Governador eleitos.

§ 6º Aplicam-se à criação e instalação do Estado do Tocantins, no que couber, as normas legais disciplinadoras da divisão do Estado de Mato Grosso, observado o disposto no art. 234 da Constituição.

§ 7º Fica o Estado de Goiás liberado dos débitos e encargos decorrentes de empreendimentos no território do novo Estado, e autorizada a União, a seu critério, a assumir os referidos débitos (BRASIL, 1988).

Como se observa no texto da ADCT⁷, a nova ordem constitucional preocupa-se em estabelecer os limites territoriais e o governo de transição, organiza-se uma estrutura política e jurídica, uma vez que, para a consubstanciação desta nova estrutura seria necessário o capital monetário e humano para a construção do Estado chamado denominado Tocantins⁸.

Araújo e Haesbaert (2007), discutem a questão envolvendo fluxo migratório ao relacionar que a cultura desenvolve-se em um espaço e que este é construído através das movimentações do homem.

De acordo com Araújo e Haesbaert (2007, p.28),

[...] toda identidade cultural é 'espacial', na medida em que se realiza no/através do espaço, mas nem toda identidade é 'territorial', no sentido da centralidade adquirida pelo referente espacial em estratégias de apropriação, culturais e políticas, dos grupos sociais – ou seja, realiza-se claramente, neste caso, o elo entre espaço, política e cultura.

⁷ Ato de disposição constitucional transitório

⁸ O nome Tocantins, para uns pesquisadores, significa “nariz de tucano”, que designava uma tribo da região cujos componentes possuíam o nariz comprido; para outros, deve-se ao fato de viver na região deste grande rio a valente tribo dos índios Tocantins, que teriam dado nome ao rio (PÓVOA, 2005).

São vários os fatores que colaboram para o intercâmbio entre o Maranhão e o Tocantins. A presente pesquisa mobilizara as discussões de algumas destas categorias e assevera-se que o fator territorial é um destes aspectos, o que facilita o tamanho fluxo migratório entre as duas regiões, ao urdir os dados abordados com as narrativas dos migrantes maranhenses, transparece as subjetividades destes sujeitos.

É inegável que tal proximidade e intercambialidade exercem influências no que diz respeito a aspectos identitários e culturais das regiões. Na obra “Presenças do Outro”, Landowski (2002) sintetiza a maneira como estas duas articulações entre indivíduo e o outro se aproximam, e valores como alteridade são mobilizados nestas vertentes. De acordo com (LANDOWSKI, 2002, p. 73) “como se vê, assimilação e exclusão não passam, em definitivo, das duas faces de uma única e mesma resposta à demanda de reconhecimento do dessemelhante”.

Salienta-se que a pesquisa possui o intuito de problematizar questões, levando em consideração a migração como um cenário para o contexto da pesquisa a ser desempenhada, urdindo as questões levantadas pelo movimento migratório na Vila Maranhão na cidade de Araguaína-TO, região que foi ocupada predominantemente por sujeitos oriundos do Estado do Maranhão. A pesquisa desenvolve-se através dos depoimentos dos migrantes os quais, com suas vivências e narrativas problematizam as questões abordadas, sendo estes os protagonistas da sua história no processo migratório em discussão.

Abordar a questão das mobilidades espaciais relacionadas às lutas por reconhecimento que os deslocados, das mais diversas categorias sociais, buscam para legitimar-se como sujeitos de direito no mundo contemporâneo é tarefa complexa. E, sobretudo, levando em conta as situações específicas nas quais se encontram (GUIMARÃES NETO, 2017, p. 40).

Obtempera-se, que para a compreensão do deslocamento abordado, necessário se faz, compreender o discurso histórico reproduzido com a construção migratória rumo a região norte brasileira. É interessante salientar as similitudes que identificamos deste movimento, desde o desenvolvimento geopolítico amazônico e a criação do Estado do Tocantins, haja vista que observa-se no contexto de deslocamento e das vivências dos grupos de expansões como os bandeirantes, jesuítas, encontram-se semelhanças com os sujeitos do processo migratório.

Os personagens nesse espaço são, na maioria, figuras em movimento, cruzando espaços e lugares, alternando atividades. Mesmo quando não são

migrantes sazonais, são castanheiros, caucheiros, barqueiros, tropeiros, comerciantes, garimpeiros e mariscadores. Por exemplo, devido a dedicação quase exclusiva à atividade extrativa, os gêneros básicos para a sobrevivência dos moradores eram importados do Nordeste e do norte de Goiás através do rio Tocantins (SANTIAGO, 2000, p. 33).

Como será discutido posteriormente, as práticas estabeleceram-se primeiramente em discursos, os quais possuíam o intuito de mobilizar as pessoas de diversas partes do país para a construção e exploração da região, vendida e propagada ainda como inexplorada, inabitada, com riquezas a serem descobertas e usufruídas por aqueles que realizam a migração.

4.3 Por que discutir o deslocamento maranhense ao Estado do Tocantins?

Diante da problemática e dos levantamentos supracitados, há uma grande possibilidade que as promessas de melhoria econômica juntamente com a proximidade territorial foram uns dos fatores que contribuíram para que a população maranhense seja o maior número de migrantes para o Tocantins, exercendo conseqüentemente de forma mais latente influencia no Estado através do seu fluxo migratório, o que ocasiona muitas vezes uma simbiose cultural.

O Tocantins faz divisa com o Maranhão ao nordeste, se descartando em relação a proximidades as cidades de Tocantinópolis (TO) e Porto Franco (MA), Carolina (MA) e Filadélfia (TO), e a ponte localizada na cidade de Estreito (MA) que liga os dois Estados.

Os estudos dessas influências tornam-se necessários, não com o intuito de fazer delimitações identitárias entre as duas populações pois com o mundo globalizado essa tarefa a cada dia que se passa vem se tornando mais árdua, mas sim, para estabelecer pontos dessa influência e a sua contribuição para uma identidade cultural derivada do fluxo migratório entre esses dois territórios.

Hall (2005, p. 69) elucida bem o trecho supracitado ao descrever as conseqüências da globalização no tocante às identidades:

As identidades nacionais estão se desintegrando, como resultado do crescimento da homogeneização cultural e do 'pós-moderno global'. As identidades nacionais e outras identidades 'locais' ou particularistas estão sendo reforçadas pela resistência da globalização. As identidades nacionais estão em declínio, mas novas identidades – híbridas – estão tomando seu lugar (HALL 2005, p. 69).

Estudar a migração maranhense com ênfase na influência na identidade cultural tocantinense é um reflexo dos deslocamentos que ocorrem no decorrer no país, com similitudes e oposições, mas, dotados de construções discursivas e subjetividades no processo migratório.

Por mais que seja necessária a delimitação do objeto de estudo, é impossível de forma analógica não observar a contribuição de tal pesquisa com os demais fluxos migratórios que ocorrem no Brasil, mesmo que diversas as motivações, pois tais movimentos sempre contribuíram e continuam a contribuir na construção de um país tão rico e diversificado culturalmente como o nosso.

O que está sendo tratado em destaque são os referenciais de cultura, identidade e território, estes são indissociáveis quando tratamos do tema influência de fluxos migratórios, pois como já expostos, não só os fatores de enaltecimento econômico trazem consigo os migrantes na sua bagagem, mas também, são os aspectos sócio culturais os mais afetados com as movimentações humanas.

Ao estabelecer ligações entre os Estados do Maranhão e do Tocantins, observamos duas identidades que se confundem, que por mais que sejam separadas por espaços representativos territoriais (cartograficamente falando) observamos que ambas são representações construídas por atores políticos interessados em elaborar suas próprias visões de mundo e apresentá-las, de forma discursiva, simbólica e hegemônica, como o mais legítimo espaço de representação coletivo.

4.4 A influência do discurso fundador do Estado do Tocantins na Migração Maranhense

O Tocantins por ser o Estado mais novo criado da Federação trouxe consigo o discurso de promessas de crescimento pessoal para pessoas de outras regiões, que devido ao abarrotamento do seu espaço laboral acabou sendo um dos fatores que influenciou a migração dos “seus” para essa nova região. Tal fato causa implicações não apenas restritas ao sentido econômico, mas também no que diz respeito a aspectos culturais, identitários, paisagísticos, dentre outros:

Entendemos que a formação do estado do Tocantins é resultado de um conjunto de atos políticos exercidos por diversos atores. Ele é produto de uma clara imbricação e articulação entre política e cultura na elaboração de

discursos e de construção de um universo simbólico pelos interessados na emancipação da região até então definida como “norte goiano”. Esses atores, por meio de discursos e elaborações simbólicas, construíram um imaginário coletivo em torno do espaço de representação tocaninense manipulando, inclusive, a formação de uma identidade cultural territorial (RODRIGUES, 2011, p.34).

Dialogando com o relato do autor supracitada para a criação do novo estado, os poderes e as forças interessadas nessa região não apenas tiveram que realizar delimitações territoriais, houve a preocupação também de criação de uma identidade, de uma cultura, de novas manifestações que identificasse o Tocantins como um estado autônomo dos velhos paradigmas do norte goiano, Conforme diz Hall (2005) “a identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, "sutura" o sujeito à estrutura). Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis”.

E é no processo migratório entre os povos que essas inter-relações humanas se aprimoram. No que diz respeito à realidade tocaninense, por mais que possua referenciais forjados por uma conjectura política econômica, os processos migratórios contribuíram e continuam a contribuir na formação de um novo Estado, principalmente no que diz respeito à migração dos estados fronteiriços. Little (2002), dialogando com a questão, nos faz refletir sobre a história das fronteiras em expansão no Brasil ao problematizar que elas necessariamente são uma história territorial, já que a expansão de um grupo social, com sua própria conduta territorial, entra em choque com as territorialidades dos grupos que residem aí.

O Maranhão é um dos estados que se destacam nesse processo migratório que influencia a cultura tocaninense, sendo a vasta fronteira entre os dois estados e a facilidade de acesso entre os dois territórios os fatores que contribuem com essa interação.

De acordo com Silva (2010, p. 119):

A questão da formação/criação do Estado do Tocantins é um debate em aberto; [...] a nota que podemos, brevemente, registrar a respeito da identidade tocaninense, nas narrativas, é que a separação se deu por manobras políticas de caráter personalista. Desse modo, concordamos com a interpretação de que a ação política em torno da questão ‘colou’ os fragmentos da história para dar uma dramaticidade ao desfecho, mas, de algum modo, paradoxalmente, é justificada e legitimada por um desejo popular e cultural de ‘longa duração’ que se apoia na sensação de ‘esquecimento’ e não pertencimento a Goiás. Além disso, culturalmente, havia uma ligação muito mais significativa com o Pará, com o Maranhão (Norte e Nordeste) do que propriamente como o sul de Goiás (Centro-Oeste).

O Maranhão foi um estado colonizado por portugueses e franceses, e teve um número acentuado de africanos em seu território, possuindo junto com o Estado da Bahia, as duas maiores populações negras do Brasil (BARROS, 2008). Devido às precárias condições do Estado, a população maranhense possui em si um referencial migratório para outras regiões do País, em busca de soluções econômicas para a sua realidade.

A população maranhense migra para regiões onde há uma especulação de necessidade de força laboral, como no caso do Estado do Tocantins, que através da sua criação como Estado recém-criado, se transforma da extinta terra norte goiana para um lugar visível a exposição do capitalismo. Depreende-se, assim, que todo um trabalho discursivo em cima da proposta de um novo estado foi mobilizado para a busca de mão obra para a “construção” dessa nova terra.

Acontece que essa migração, a priori com intuito econômico, acabou gerando outras implicações, ao migrar da sua terra, a população maranhense não traz apenas na bagagem as expectativas de uma vida melhor em novas terras tocaninense, mas carrega consigo toda a sua identidade cultural e subjetividades, pois não é a promessa de uma nova realidade que o desassocia da sua origem, ao contrário, este acaba imprimindo as suas manifestações culturais, paisagens, histórias, imagens, memórias, narrativas e credos dentro do novo espaçamento territorial em que vive., Em entrevista ao Jornal do Tocantins (2015) em matéria divulgada em 29/11/2015, com o título “Tocantins é 8,9% maranhense, 6,5% goiano e 2,8% piauiense”⁹ a costureira maranhense Genoeide Mota exemplifica bem a situação descrita:

Nossa vida mudou uns 70% para melhor depois que mudamos para cá. Com três anos aqui, a nossa renda dobrou [...]. Eu tinha sonho de voltar para Imperatriz, mas quando olhamos para Palmas, não temos dúvidas. Vamos ficar por aqui mesmo. Não tenho coragem de abandonar [...]. Tem uma coisa que eu nunca esqueço. Meu marido veio morar aqui primeiro, e eu ficava em trânsito entre Palmas e Imperatriz. Quando eu chegava aqui, ainda estava amanhecendo, via as luzes e uma cidade tão bonita que me encantava. Não tiro essa imagem da cabeça.

Não cumpre a pesquisa fazer delimitações do que ser Maranhão ou do que ser Tocantins, porque no atual cenário que vivemos essas concepções estanques e

⁹ Consultado em <https://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/noticias/tocantins-%C3%A9-8-9maranhense-6-5-goiano-e-2-8-piauiense-1.997302>

unívocas de cultura e identidade estão ultrapassadas, o que se busca é problematizar as implicações que essa tamanha migração ao Tocantins da população maranhense traz consigo principalmente no que diz respeito a realidade da cidade de Araguaína/TO:

O próprio conceito com o qual estamos lidando, 'identidade', é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova. Como ocorre com muitos outros fenômenos sociais, é impossível oferecer afirmações conclusivas ou fazer julgamentos seguros sobre as alegações e proposições teóricas que estão sendo apresentadas' (HALL, 2005, p.8).

Maranhão e Tocantins, a simbiose entre dois povos acabam gerando similitudes culturais, identitárias, de paisagens, territórios e memórias entre as regiões compositoras dos dois estados, as manifestações culturais de ambas estão intimamente relacionadas. A maneira específica como cada grupo constrói sua memória coletiva depende em parte da história de migrações que o grupo realizou no passado. A memória espacial nem sempre se refere a um lugar primordial de origem do grupo, mas pode se modificar para atender a novas circunstâncias e movimentos.

4.5 Os maranhenses na vila Maranhão- os sujeitos e seus discursos proferidos através do deslocamento interno

Por que mobilizar migração maranhense para o Estado do Tocantins? O que o seu deslocamento contribui na discussão sobre a crise identitária estabelecida no novo ente federativo? Quais as discussões abordadas pelos maranhenses situados na vila Maranhão para o objeto de análise da pesquisa?

Diante de tais problematizações, o intuito não é trazer respostas, mas sim discussões no que diz respeito ao objeto de pesquisa urdido em questão, pois na verdade, os próprios dispositivos analíticos trazidos através dos depoimentos problematizam questões discutidas no decorrer do texto.

O discurso não é conclusivo, ele é dotado de ideologias propagadas pelos sujeitos, e os depoentes da vila Maranhão possui atribuições de sentidos em decorrência das suas vivências, experiências e do seu local de fala, como indica Baronas (2005) ao salientar que “a noção de efeito de sentido está ligada umbilicalmente desde a sua gênese à noção de discurso”.

Insta salientar, que como escopo elucidativo, a autoatribuição de sua origem foi um atributo de análise para a escolha dos depoentes, interessante notar que o deslocamento, a saída do Maranhão para Araguaína-TO, não há que se falar em identidades, mas em processos de identificação entre os sujeitos.

Hall (2005) dialoga com a questão, ao ressaltar que na pós-modernidade, não há que se falar em identidades uníssonas, o intercâmbio entre culturas, o processo de trocas culturais, ocasiona diversas formas de identificação dos indivíduos.

O que ocorre, é que não há que se falar em identidades fixas, mas sim em processos de identificações realizados pelos indivíduos e em detrimento das interpelações dos sistemas culturais que os rodeiam. Atribuir ao sujeito uma única identidade é uma utopia, o que existe na verdade, são processos de identificações, que não são unificados, são dependentes dos estímulos apresentados.

Observa-se que, os deslocamentos também são formas propulsoras de identificações, o processo de busca e pertencimento de um novo espaço, faz com que o indivíduo passa por significações de formas temporárias, como o que ocorre com o migrante deslocado do seu local de origem.

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, como cada uma das quais poderíamos nos identificar- ao menos temporariamente (HALL, 2005, p. 13).

Tal pertencimento, territorialização e mobilização é presente nas falas dos depoentes da Vila Maranhão, na maioria das histórias de vida, a vinda para Araguaína-TO, o pertencimento a Vila Maranhão foi exitoso, o que demonstra um contentamento com a migração, há vozes dissonantes neste processo, em que a recepção com o novo território, assim como o pertencimento a tal não obteve êxito.

Para uma análise do perfil dos depoentes e migrantes será traçado um gráfico com as características dos indivíduos, levando em consideração o tempo de permanência na cidade de Araguaína-TO, e atributos como o sexo, idade, escolaridade, local de origem e o tempo de permanência nesta urbe, senão vejamos:

Quadro 1 - Perfil dos depoentes e migrantes

Entrevistado	Sexo	Idade	Escolaridade	Local de Origem	Tempo em Araguaína-TO
Entrevistado 1	Feminino	40 anos	Ensino Fundamental Incompleto	São Domingos-MA	Desde 2009 (9 anos)
Entrevistado 2	Masculino	51 anos	Ensino fundamental incompleto	Passagem Franca-MA	Desde 2008 (10 anos)
Entrevistado 3	Feminino	87 anos	Analfabeta	São Raimundo das Mangabeiras-MA	Desde 1985 (33 anos)
Entrevistado 4	Feminino	54 anos	Ensino fundamental completo	São Raimundo das Mangabeiras-MA	Desde 1979 (39 anos)
Entrevistado 5	Feminino	60 anos	Ensino fundamental completo	São Raimundo das Mangabeiras-MA	Desde 1978 (40 anos)
Entrevistado 6	Masculino	25 anos	Ensino fundamental incompleto	Fortuna do Maranhão-MA	Desde 2009 (9 anos)
Entrevistado 7	Feminino	75 anos	Ensino médio completo	Esperantinópolis-MA	Desde 1982 (36 anos)
Entrevistado 8	Masculino	24 anos	Ensino superior incompleto	Esperantinópolis-MA	Desde 2012 (6 anos)
Entrevistado 9	Feminino	34 anos	Ensino Médio Completo	Barra do Corda-MA	Desde 2006 (12 anos)
Entrevistado 10	Feminino	62 anos	Ensino fundamental incompleto	Município de Zé Doca-MA	Desde 1978 (40 anos)

Fonte: Elaborado pelo próprio autor Ítalo Danyel Amorim Gonçalves dos Santos.

Dos dez entrevistados, pode-se ressaltar que há histórias de vida diversas que se aproximam e se afastam se traçarmos linhas de aspectos comparativos, as suas motivações ao realizarem o movimento migratório também diferem umas das outras, mas por que escolher o Estado do Tocantins para o deslocamento realizado?

Além das subjetividades imbuídas no deslocamento, observa-se que a criação do Estado e toda a sua propagação através de uma promoção de aparelhamento estatal influenciou a trajetória dos sujeitos, há um interdiscurso, reproduzido, uma memória coletiva que é reificada naqueles que fizeram a sua escolha para o Estado do Tocantins.

A memória também é uma das formas de produção de sentido na análise do discurso, a mesma também faz parte da produção discursiva, em relação ao discurso, é tratada como uma forma de interdiscurso, o qual é definido como aquele que fala antes, é o já dito, o pré-construído.

De acordo com Orlandi (2009), há determinadas condições de produção do discurso, que devem ser verificadas, sendo o contexto imediato da produção do discurso e um contexto sócio-histórico.

Aparenta a autora que, a produção do discurso também está relacionada a socialização do indivíduo pelas instituições sociais. Assim, a autora discute que o discurso repetido, que se fixa na nossa memória, chama-se de interdiscurso, que assimila os sentidos do exterior (ORLANDI, 2009).

Interessante observar que o discurso não é só aquele criado pelo indivíduo, mas é também aquele reproduzido por ele, onde nós, enquanto seres sociais, assimilamos determinados discursos que se perpetuam ao longo da história, reproduzindo-os, onde na maioria das vezes, essa reprodução se verifica pela assimilação do discurso das agências de socialização.

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem; suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

Diz Foucault (2005, p. 96) que:

Não se deve imaginar um mundo do discurso dividido entre o discurso admitido e o discurso excluído, ou entre o discurso dominante e o dominado; mas, ao contrário, como uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes. [...] Os discursos, como os silêncios, nem são submetidos de uma vez por todas ao poder, nem opostos a ele. É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz poder; reforça-o mas também o mina, expõe, debilita e

permite barrá-lo. Da mesma forma, o silêncio e o segredo dão guarida ao poder, fixam suas interdições; mas, também, afrouxam seus laços e dão margem a tolerâncias mais ou menos obscuras.

Como salientado, a memória é o pré-construído, são os saberes mobilizado pelo indivíduo dentro do contexto social e cultura que está inserido, tal categoria é responsável pelas construções ideológicas atreladas ao indivíduo, é o interdiscurso, aquele que afeta o sujeito no modo como este significa o mundo que está em sua volta.

Ao seu questionado sobre o Estado do Tocantins, a sua criação e construção como novo ente federativo, alguns dos entrevistados realizaram ponderações que coadunam com o já dito e pré-construído através da memória:

É o seguinte, assim eu sempre assisti televisão, que essas coisas passam mais em televisão, não é? Mas eu acompanhava mais, eu não acompanhava jornal e só passa mais em jornal, não é? Mas eu via passando aquelas propagandas, aquelas imagens do Tocantins, que lá passam, TV Anhanguera, aí mostra aquelas imagens mais linda do mundo. E nascia no coração aquela vontade de vim para cá, eu não conhecia, mas aí quando meu irmão se mudou e as coisas começaram dá melhorar, aí que a curiosidade aumentou (ENTREVISTADO 4).

Observa-se que, havia uma propagação de imagens e discursos pela mídia acessível a época, o que corrobora com o discutido através das intencionalidades criacionistas do novo Estado em atrair material humano com o intuito de investimento na região, assim como mão de obra laboral.

Alguns dos depoentes também ressaltam o poder simbólico do Siqueira Campos como criador do Estado do Tocantins, os discursos propagados e as representações construídas, como já discutido, permearam os sujeitos, através do universo consensual, o elencando como a figura do interventor e criador Estatal, é que se observa nas falas de um dos depoentes:

Após o norte goiano ser transformando em Tocantins, houve alguma mudança? Siqueira Campos não é, mudou o Tocantins foi o Siqueira Campos. O Siqueira Campos transformou o Tocantins. O que o Sarney não fez lá no Maranhão, o Siqueira fez aqui no Tocantins, ele mandou arrumar "tudin" assim essas cidadezinhas. Araguaína depois do Tocantins só cresceu (ENTREVISTADO 8).

Há um consenso nas falas dos depoentes apresentadas que o Estado propicia um melhor aparelhamento estatal, o que ocasiona melhoria de vida para estes sujeitos, embora os fatores que os trouxeram são diversos, o aparelhamento do

Estado, advindo pós sua criação é uma das motivações que impulsionaram e atraíram tais sujeitos para o Estado do Tocantins, alguns dos depoimentos colhidos, demonstram o mencionado.

E outra, uma das razões que me faz permanecer aqui em Araguaína-TO é esse menino que estuda aqui no Colégio da Polícia Militar, porque ele quer terminar e ele fala que quer ser policial não é, aí eu não quero tirar o sonho dele. Lá não tem, lá não tem não. Só tem eu acho só em São Luís, lá na cidade nossa mesmo não tem escola militar não (ENTREVISTADO 1).

São os fatores educacionais, como mobilizado pela depoente umas das causas que lhe faz permanecer em Araguaína-TO, dentre outros, pode-se ressaltar as questões atinentes a saúde, a estrutura da cidade e o acesso a uma propriedade.

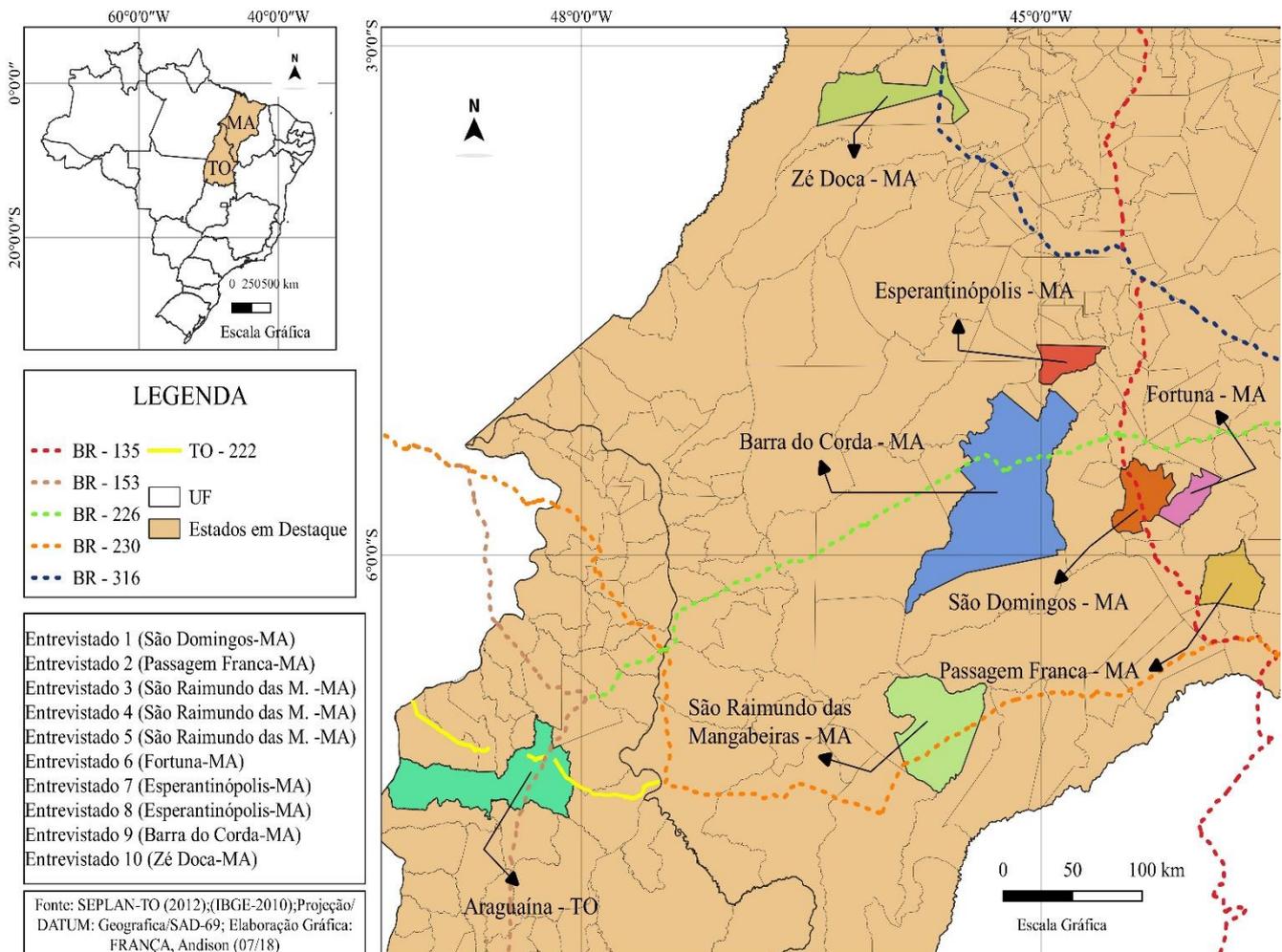
Lá no Maranhão é sofrido, para começar quando você só vai para a escola com sete anos. Sete anos, não é? Sete anos meu amigo. Isso é errado demais, olha a idade que vai. Será que isso mudou? Não mudou. Aqui (Araguaína-TO) esses meninos já vão para a creche. Aqui tem creche perto para eles? Aqui tem. Lá não tem creche. Mesmo que a vida aqui não seja uma das melhores não é, mais vocês tem uma qualidade melhor, de ir pra uma creche, uma escola. A saúde, educação, tudo aqui muda. Você já vai pro colégio já atrasado. Já vi a mulher falando que tem vontade de voltar, mas é complicado não é, porque aqui vocês tem mais, porque assim o Brasil todo tá em crise não é, mas tu falar assim, eu vou voltar pro Maranhão, tem que ser uma coisa assim, eu tenho um parente, tem uma fazenda pra trabalhar, alguma coisa ajeitada pra tu ir lá trabalhar e ganhar dinheiro. Mas a crise do Brasil, a maior crise do Brasil tá no Maranhão. Que o Maranhão nunca saiu da crise (ENTREVISTADO 6).

Observa-se que o depoente faz um apanhado das formas de vida na cidade que residia no Maranhão e das condições que se deparou ao chegar para a cidade de Araguaína-TO, o mesmo pondera que não descarta a possibilidade de retorno para o Maranhão, porém ao comparar as condições de vida as quais eram submetidos compreende que houve melhoras, mesmo diante das adversidades também aqui enfrentadas, ressaltando setores como saúde e educação e sua diferença com a região que residia no Maranhão, de acordo com Moraes (2014) no tocante a fatores como saúde e educação:

Araguaína assume de vez a sua posição como principal polo prestador de serviços dessa natureza, na região em que está inserida, atuando também nos estados vizinhos como o Pará e o Maranhão. A função de prestadora de serviço, exercida por Araguaína no decorrer dos anos, foi se consolidando e, sempre foi um fator preponderante no papel regional exercido por essa cidade (MORAIS, 2014, p. 37)

Há fatores espaciais que facilitam o intercâmbio entre Maranhão e o Tocantins, existe uma proximidade fronteiriça entre os dois territórios, o que pode ser um dos fatores que contribuem para a migração e intercâmbio cultural e populacional entre os Estados do Tocantins e Maranhão, senão vejamos:

Figura 8 –Trajetórias e origens dos moradores da Vila Maranhão



Observa-se que há fatores espaciais atinentes ao deslocamento, que aliados ao discurso de aparelhamento estatal propagado, assim como, as subjetividades de cada indivíduo, corroboram com a construção discursiva e atrativa dos migrantes para Araguaína-TO, de acordo com Morais (2014, p.41):

A posição geográfica do município de Araguaína, em Tocantins, assume uma função de prestadora de serviço devido a sua posição estratégica, permitindo, com isso, o convívio de interações espaciais com as cidades tanto de seu entorno e até mesmo com cidades dos Estados vizinhos (Pará e Maranhão), devido à proximidade com áreas pertencentes àquelas unidades federativas.

Convém trazer à baila, os entendimentos de Corrêa (1997, p. 279), onde afirma que “as interações espaciais constituem um amplo e complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informações sobre o espaço geográfico”. Assim, nas interações que se constituem a partir de Araguaína, ocorrem a curta e a longa distância, envolvendo cidades de tamanhos distintos, em uma rede de articulação que promove mudanças nos centros envolvidos.

Tendo em atenção a atração que o ensino superior de Araguaína exerce sobre os estados vizinhos, tornou-se interessante observar a procedência dos estudantes por estados brasileiros. Em primeiro lugar, observou-se que dos inquiridos, apenas 34,1% são da cidade, o que denota a real atração que o ensino superior exerce sobre as outras regiões. Do restante dos alunos, é importante perceber o seu local de origem. Ora, os dados dos alunos inquiridos que não são provenientes da cidade, 16,6% são provenientes do estado do Tocantins. Para além desta atração sobre a região, é ainda mais elucidativo a influência da cidade, nomeadamente através do ensino superior, sobre os outros estados, o fato de 49,3% dos restantes serem de fora da cidade e do estado, o que permite concluir que 66% dos estudantes não são da cidade de Araguaína (GASPAR, 2011, p. 111).

Sem dúvida, é relevante o papel de Araguaína na oferta de serviço de educação em nível superior, valendo registrar o número significativo de alunos de municípios com até 100 km de distância, que se deslocam diariamente em busca do ensino nas instituições ali existentes, tendo predominância de indivíduos provenientes do Estado do Maranhão, com 21,5%, sendo que a influência estende-se para outros estados: Pará, 19,0%; Goiás, 15,1%; Piauí, 3,6%; Minas Gerais, 3,5%, e outras unidades federativas, 10% (GASPAR, 2011). De acordo com Becker (1982), a difusão espacial dos serviços urbanos constitui importante agente da organização regional. Os núcleos atuam como apoio à organização capitalista do espaço, reforçando a condição de Araguaína como uma cidade polo ou localidade central para a região do seu entorno, onde os serviços de educação superior, entre outros, atraem em um raio próximo aos limites geográficos do Tocantins e outros estados vizinhos (GASPAR, 2011). Sobre o assunto, Becker (1982, p. 37-38) diz que:

A associação habitual de polos de crescimento com desenvolvimento e urbanização não deve ser simplista. Com efeito, o elemento decisivo para a existência de um centro de crescimento é o *clustering* geográfico de

atividades inter-relacionadas com alta capacidade inovativa, função que pode ser preenchida não só por vários tipos de atividades produtivas, como também por atividades no setor terciário. A difusão do desenvolvimento gerado pela área circundante é ainda condição para um centro de crescimento. Os centros de crescimento devem, pois, ser considerados locais de atividades que servem à demanda extra regional (export. base), mas que estão funcionalmente relacionados a atividades que servem à região (*central place*) e de onde são transmitidos para outras áreas.

Observa-se que o aparelhamento estatal na cidade de Araguaína-TO, fomenta o seu raio de influência nas regiões circunvizinhas, o que corrobora na atração migratória dos sujeitos afetos a tais regiões e necessitam de uma prestação de serviço.

Os dados apresentados, até aqui, permitem observar a existência de um processo de ampliação do raio de influência de Araguaína, abrangendo cada vez mais cidades de outros estados, promovendo fluxos que redesenham as interações espaciais no cenário regional e nacional. A prestação de serviços tanto relacionada à saúde quanto na área da educação deve ser pensada como arranjos indispensáveis na compreensão da constituição de algumas cidades médias, uma vez que se faz necessário ao processo de análise, observar e respeitar as especificidades de cada cidade, buscando compreender as peculiaridades que redefinem a funcionalidade destas. (MORAIS, 2014, p.118).

Salienta-se que, a cidade de Araguaína-TO possui espaços de contradições, por mais que, como no caso em análise, a Vila Maranhão não possua o aparelhamento estatal que garantam condições de subsistência para seus moradores, a mesma fornece subsídios escassos em outras regiões, como no Estado do Maranhão, o que acaba fomentando o desenvolvimento migratório permanente e flutuante.

4.6 As Subjetividades dos sujeitos no deslocamento Maranhão e Araguaína-TO

As entrevistas realizadas com os migrantes maranhenses situados na Vila Maranhão em Araguaína-TO são dotadas de sentidos através do universo construído e desconstruído, os quais transparecem nos depoimentos apresentados pelos migrantes.

Observa-se que as motivações do deslocamento são múltiplas, os sujeitos possuem sua subjetividade que os motivam a migrarem para um espaço que ainda não os pertencem, nos discursos colhidos, vislumbra-se que há duas atribuições semânticas presentes nos depoimentos dos migrantes a respeito do fator de atração destes para o Estado do Tocantins, como salienta Orlandi (2009, p. 30) “Os dizeres

não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presente no modo como se diz [...]”.

O primeiro são aspectos intrínsecos a história de vida de cada um, os quais serão abordados, o segundo é o fator de aparelhamento estatal, advindo com a criação do Estado do Tocantins.

Por mais que fatores imbuídos por um universo estabelecido pela prática discursiva, como a memória e o já dito, tenha influenciado no deslocamento maranhense para a cidade de Araguaína-TO, há fatores que envolvem subjetividades a serem dialogados.

A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pre-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada (ORLANDI, 2009, p. 31).

O migrante a se deslocar traça o seu caminho com objetivos e metas a serem correspondidas, no trecho acima dialogamos a respeito da trajetória, e o porquê escolher o Estado do Tocantins para realizar o deslocamento, sendo um dos fatores mobilizados o aparelhamento estatal advindo com a criação do novo Ente Federativo.

Contudo, insta salientar, que há outros questionamentos que transparecem nos depoimentos dos migrantes, como o que se busca no processo de migração? O que estes indivíduos desejam encontrar ao realizar a sua desterritorialização?

Antes de urdimos os depoimentos colhidos com os aspectos atinentes a subjetividade de tais sujeitos, de acordo com Cunha (2003) os municípios de médio porte, como Araguaína-TO, possui uma taxa de crescimento demográfico acentuada a partir de 1980 em detrimento do crescimento econômico regional, o que já fora mobilizado no primeiro capítulo com as questões problematizadas com Becker (2001).

A região Norte – e de forma semelhante, a região Centro-Oeste – apresentou crescimento populacional na década de 1980, devido à imigração de população para a conquista da fronteira agrícola do país. Porém, o fim de programas de incentivo governamental, bem como dificuldades técnicas e operacionais características da região, provocaram certa redução deste movimento. Mesmo assim, o saldo migratório para essa região permanece positivo, e seu crescimento demográfico – em decorrência também da alta taxa de natalidade – acima da média nacional, *pode-se deduzir facilmente*

que o efeito da migração foi decisivo nesse processo de distribuição espacial da população brasileira, chama atenção que o volume de pessoas residindo há menos de dez anos nas várias unidades da Federação aumentou significativamente, sugerindo, a princípio, um crescimento da mobilidade interna no país (CUNHA, 2003, p.32, grifo nosso).

Observa-se que o aparelhamento estatal foi um dos fatores que corroboraram com o desenvolvimento migratório da região, contudo, não é um dos únicos fatores que levaram os indivíduos a se deslocarem do seu espaço de origem.

Um dos aspectos subjetivos em comum entre tais sujeitos é a busca por uma qualidade de vida, o caminho para subsistência, encontrar um novo lugar para chamar de lar, e deixar de lado, de certo modo, as mazelas as quais eram subjulgados no lugar onde encontravam-se.

Interessante notar, que o percurso migratório, a saída da sua cidade natal ou onde estava residindo até o novo caminho é dotado de sentidos, e de esperanças de novos começos, a migração a uma terra prometida, o novo eldorado, um lugar onde suas expectativas serão concretizadas, o que nem sempre acontece na realidade.

Observa-se que a priori o depoente possui expectativas ao migrar para cidade de Araguaína-TO, não apenas com a sua melhoria de vida, mas também com as transformações que poderiam ocorrer com os seus filhos através do estudo, no caso em questão, ocorre que algumas expectativas de melhoria de vida no decorrer da sua trajetória não foram correspondidas como se observa:

Ao ser questionado se as expectativas com a vinda para Araguaína-TO foram cumpridas? O Entrevistado respondeu : A gente vai achando que vai ser tudo maravilhoso, que vai ser tudo legal. Porque uma assim, eu acho que tudo enquanto que depende vai depender da condição da gente também e outra eu imaginava que quando eu chegasse aqui a primeira coisa que ia acontecer comigo, eu ia trabalhar de carteira assinada, o meu marido também. Mas aí veio tudo ao contrário não é. Aí daí nós fizemos uma horta aqui. Aí daí nós já tava bem desenvolvidozinho, a horta já tava bem bonita, mas aí lá se veio o ladrão roubou o nosso motor da irrigação, acabou a horta. Mas acabou a horta, hoje tá só o mato lá, mas quando roubaram o motor, por nada eu acho que já tinha uma base de 20 canteiro tudo plantando só na base, quase no ponto de colher, salsinha, alface, couve, cheiro verde, cebola, tinha bastante coisa, mas aí morreu não é, roubou o motor acabou. A gente não arranja o dinheiro para comprar o motor assim de cima da hora não é? Aí acabou. Prejuízo não é, canteiro de 20 metro plantado, só um canteiro de 20 metro plantado já é um prejuízo enorme não é? Aí foi o que aconteceu, aí eu também fiquei um pouco triste com isso daí, claro que não tinha quem não ficasse não é, porque eu trabalhava aí dentro dessa horta, ele vendia e eu passava pra dentro, meus meninos me ajudava molhando e tudo e aí um dia o solzão quente eu batalhando lá e o bandido vim e roubar o motor? Quem que não fica deprimido não é? Fica. Aí eu passei um bocado de dia ruim, mas graças a Deus eu me ergui de novo, tô aqui pronta para lutar novamente (ENTREVISTADO 1).

O depoimento da migrante possui alguns sentidos a serem mobilizados, a priori demonstra expectativas que não foram cumpridas através das intempéries da vida, explicita que a depoente antes de realizar o deslocamento para a cidade de Araguaína-TO já realizava atribuições de sentidos e desejos com a sua migração, construída pelo imaginário migratório, de melhoria de condições de subsistências.

A migração possui categorias simbólicas e subjetividades que impelem o sujeito a realizarem a busca, traçar caminhos e partir em retirada, é um processo que envolve o abandono de um lugar conhecido, dotado de segurança ou não, em prol de um desejo, de uma conquista, de expectativas e esperanças supridas, como salientar a autora Castro (2004):

Esse caminho que o migrante percorre em sua vida objetiva representa a concretização de um outro caminho, no nível psíquico, de permanente confronto da consciência com o inconsciente, com o psiquicamente desconhecido. Como o migrante, a consciência constrói-se dinamicamente nesse processo. A personalidade vai sendo ampliada e transformada no decorrer dessa jornada(CASTRO, 2004, p.76).

Por isso, que no mundo pós-moderno, ocorre uma desconstrução do que entendia por identidade, o intercâmbio estabelecido através das migrações e deslocamentos, é um dos fatores que ocasionam a quebra de paradigmas identitários, Hall (2005) contribui informando que a globalização possui caráter assimétrico e desconstrói as ideias estabelecidas sobre as identidades nacionais, principalmente por interconectar comunidades e organizações, ocasionando o crescimento de questões (homogeneização cultural, reforço de identidades nacionais, identidades híbridas) múltiplas e por vezes divergentes.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento–PNUD (2009), verifica que o deslocamento poderá representar uma melhoria de vida em tais indivíduos, através de uma maior probabilidade de acesso a serviços básicos e essenciais, por outro lado, a migração também ocasiona perda afetivas para tais sujeitos, ao serem questionados sobre do que sentiam falta do Maranhão, alguns entrevistados ponderam algumas perdas ocasionadas pelo deslocamento:

Questão de sentir falta do Maranhão eu sinto, porque todo mundo sente falta do seu lugar não é, mais em questão de emprego aqui é mais desenvolvido de emprego do que lá, não vou mentir não é, porque pra começar a cidade é

maior. Quem tem a família grande que nem eu, sai dum lugar daquele, vem pra cá e sente falta mesmo, não é? (ENTREVISTADO 1)

Ao ser questionada se sentia falta de alguma coisa do Maranhão? A Entrevistada respondeu: Eu sinto. Tinha água boa não é, as águas para a gente banhar, os cocos para quebrar. As minhas amizades, minhas colegas, minhas madrinhas, professora de aula, minhas brincadeiras, que brincava muito mais eles. Festa. E além disso, tem algo mais que a senhora sente falta lá do Maranhão? O que eu estava falando, os passeios da escola, os professores, as brincadeiras (ENTREVISTADO 3).

Nada meu fii, só as pessoas que eu deixei lá, boa amizade que eu deixei graças a Deus, que eu deixei uma boa amizade lá, quando eu chego lá, se fosse pra comer nas casa tudin eu tinha que levar 05 barriga, minhas cunhada nunca mudaram, a (...) nunca mudou pra mim, continua sendo a minha sogra, boa demais, gente boa, só amizade, só a amizade do povo, mas saudade de lá nem pensar, se fosse pra morar em (...), meu Deus, não me castigue não, porque oh meu Deus quando eu vou chegando lá meu coração fecha, parece que vai fechando assim olha, quando eu desço aquela serra meu coração faz assim, fecha, aí quando eu subo aquela serra que venho me embora que vai descambando pra ir pro rumo de (...) que vem vindo embora aí meu coração se abre, desse jeito (ENTREVISTADO 7).

Observa-se que ao serem questionados sobre do que sentia falta, o principal aspecto ressaltado era a ausência familiar, o deslocamento gera rupturas, e uma desses rompimentos representa a quebra de vínculos familiares, em razão de que nem sempre a desterritorialização ocorre com todo o núcleo familiar.

Além do mais, a memória afetiva está presente no discurso dos depoentes, os costumes como os banhos realizados nos riachos, as festas realizadas nos povoados, a cultura das quebradeiras de coco babaçu, transparecem na construção discursiva realizada pelos depoentes.

Entre os benefícios da migração relacionam-se o aumento da qualidade de vida (economia, educação, saúde, lazer) e oportunidades para os migrantes, seus filhos e família estendida, representando maior possibilidade de autonomia, segurança pessoal e social. O PNUD, também verifica que a deslocação significa maior probabilidade de ter acesso a serviços básicos e essenciais, entretanto resalta as perdas afetivas que ocorrem durante o processo que podem ser intensas (SILVA, 2005, p.80).

Assevera-se que a migração é um processo sócio histórico complexo, possui diversas nuances, assim como vários fatores condicionantes, como a construção histórica, espacial, a globalização, as práticas discursivas atrativas, sociedades hospedeiras, desenvolvimento tecnológico, dentre outros elementos, como observa-se com o entrevistado 9, em seu depoimento sobre os aspectos de atração para a cidade de Araguaína-TO:

A senhora já tinha ouvido falar de Araguaína lá, do Tocantins? Antes da senhora vim pra cá a senhora já tinha ouvido falar do Tocantins lá? O que que o povo falava do Tocantins aqui? Disse que era bom e tinha uma mulher lá dizia Santa: - tu vai pra lá, mas lá é lugar quente, lá ninguém sente frio. A Maria do Bastião. Aqui é muito bom, aqui não falta nada aqui não, na Araguaína, assim você ter o dinheiro, não falta nada aqui, é lugar rico essa Araguaína, tudo que você procurar, você acha (ENTREVISTADO 9).

Ao dialogarmos com o objeto de pesquisa urdido, alguns destes fatores são discutidos através das falas produzidas pelos imigrantes maranhenses na Vila Maranhão, não é o intuito da pesquisa em questão mobilizar conceito, uma vez que, para ciências humanas, não há que se falar em conceitos no que diz respeito a migração, como preleciona Roca (2010, p. 21):

Los propios conceptos de emigrante e inmigrante serán pronto obsoletos, seremos más bien transmigrantes, com identidades culturales fluidas, mixtas y múltiples de acuerdo com los diversos contextos en los que vivem, antes y después de la partida¹⁰.

Os movimentos migratórios possuem graus de desenvolvimento diversificados, complexos e interdependentes, cada grupo e indivíduos possuem suas particularidades e individualidades no processo de deslocamento. Por mais que se vislumbre fatores condicionantes, como a criação do Estado do Tocantins e a promessa por melhorias de vida através do aparelhamento estatal criado, há motivações individuais traçadas.

A própria criação da Vila Maranhão, situada em Araguaína-TO corrobora com o contexto urdido, de acordo com os depoimentos colhidos, o processo se deu em decorrência de um grupo de migrantes maranhenses liderada por um indivíduo advindo do Estado do Maranhão.

Os que participaram do movimento ressaltam que o criador da Vila Maranhão já possuía experiência em construir habitações, que um dos fatores que contribui para o movimento de ocupação, é que o mesmo já conheci a cidade, uma vez que, já residia a um tempo em Araguaína-TO.

Ao ser questionando se o (...) que foi o responsável pela criação da Vila? Sim, ele e sua esposa. Aí ele começou morando por aí assim e tem uns parente

¹⁰ Os próprios conceitos de emigrante e imigrante estão obsoletos, seria mais adequado falar em transmigrantes, com identidades culturais fluidas, mistas e múltiplas de acordo com os diversos contextos em que vivem, antes e depois da partida (ROCA, 2010, p. 21).

nosso aqui que é a irmã da mãe que ele já sabia que morava aqui, mas não sabia o local não é, que morava, em qual rua, tal, que a cidade é grande não é? Aí daí eu acho que ele foi rodando, tentando contato com a família não é e foi indo descobriu onde eles moravam, aí os meninos, nossa eles são umas pessoas muito espertas também não é, gosta daquelas coisas de invasão e tal e ele foi pegando a pisada dos outros. O (...) sabe mexer nas coisas também, ele sabe lutar, sabe entrar na justiça, sabe lutar para alcançar os objetivos dele, aí tinha essa área de terra aí, ele puxou no mapa qual era a área que era da prefeitura, tinha dono, tal, a área verde que chama não é? Aí ele descobriu essa vila aí. Porque sempre quando começa uma vila dessa daí vocês mesmo sabe que quando começa uma vila dessa daí tem que fazer associação não é? Aí vem a associação, vem o presidente, vem o fiscal, vem tudo, vem aquela, aqueles membros da associação, aquele grupo, aí dali, ele como era o presidente, era o cabeça mesmo, os outros ficava ligado com ele que era pra poder dar força um no outro pra poder conseguir. O grupo de associação quando ele fez era de 10 pessoas (ENTREVISTADO 3).

De acordo com a abordagem há complexidades imbuídas no processo de ocupação da Vila Maranhão, Peixoto (2004) e Rocha-Trindade (1995) enfatizam a existência de inúmeras abordagens sobre o processo migratório, porém ressaltam duas teorias que dialogam com o objeto de pesquisa urdido.

A primeira teoria, é que um dos fatores que impulsionam o processo migratório, é que os deslocamentos ocorrem em decorrência dos desequilíbrios na distribuição de terras, trabalho, capital e recursos humanos, tais fatores, fazem com que o indivíduo através de uma análise racional seja impulsionado a se deslocar em função das suas necessidades e da ausência da qualidade de vida no território em que se encontra.

A segunda teoria apresentada por Rocha-Trindade (1995) leva em consideração que a migração em si, é um processo social, cultural e histórico, pois, as sociedades foram construídas através da interferência de grupos ou indivíduos, advindos de regiões onde não era considerada o seu habitat natural.

Interessante notar, que o deslocamento também afeta não apenas o modo de vida do sujeito, mas os valores atribuídos pelos mesmos, os migrantes passam por processos de assimilação cultural e progressivamente vão se inserindo na sua atual sociedade de composição, é o que explica Sasaki e Assis (2000) entende-se que os migrantes passam por um processo de assimilação estrutural e cultural na localidade hospedeira, e de forma progressiva atribui valores e normas da localidade onde está domiciliado.

Abordando tal contexto de subjetividades, instar trazer à tona, um enxerto do depoimento, em que um dos indivíduos entrevistados salienta que na atual condição não se considera mais um sujeito maranhense, “Hoje me considerado mais tocantinense

do que Maranhense, só nunca aprendi a falar o dialeto do tocantinense “nóis vai” “banhar”, isso eu nunca aprendi” (Entrevistado 7).

A migração também vai além da motivação puramente econômica, os laços familiares e sociais, os que realizam o deslocamento podem tornam-se um fator de atração através das experiências de êxito propagadas, como vislumbra-se no depoimento:

Eu morava lá, mas eu morava, não era casa própria, casa de aluguel, vim pra cá, pensando uma coisa e passei um ano morando de aluguel aqui, aí foi indo, é, meu irmão deu meio lote ali, comecei um barraquinho aqui, nem terminei porque não deu de terminar, cobri não é, mas não deu pra terminar (ENTREVISTADO 6).

Mas só que eu ia voltar para o Maranhão de novo, eu não estava nem imaginando de vim para cá, morar aqui não. Eu não trouxe foi nada, eu só trouxe mesmo uma mochila mesmo só mesmo para passar umas semanas eu não estava com plano de voltar mais não aí a vó falou, - não, melhor tu ficar aqui, que lá não tem futuro não. Aí eu fiquei. Aí a mãe, a mãe não queria deixar não a mãe, não queria deixar eu ficar, tal, não sei o que. Tinha o que? Tinha uns 18 anos, 17, 18 (ENTREVISTADO 8).

Só vim quando ela teve a minha neta, foi mais ou menos uns dois anos, aí eu vim para cá, morava naquela Vila Aliança, aí a fossa da casa é dentro de casa, não sabe? A gente ia para a cozinha ficava assim, o buraco da fossa na cozinha, bem ali naquela Vila Aliança, só lama, só lama, só lama vermelha ali, aí pronto, eu tinha que ir me embora, tinha minha lojinha lá, tinha minha casa, digo não posso deixar assim não, de jeito nenhum não, tem que voltar, mas aí fui ficando por causa da minha filha (ENTREVISTADO 6).

Como salienta Singer (1980, p. 240) “A adaptação do migrante recém-chegado ao meio social se dá frequentemente mediante mecanismos de ajuda mútua e de solidariedade de migrantes mais antigos”. Os discursos mobilizados, demonstram as ligações entre os sujeitos as influências destas como fator de atração de tais indivíduos.

Segundo Hall (2012), as identidades não funcionam através de binarismos, mas pertencem a fronteiras tênues, que são contextuais, recriando-se de forma dinâmica nas relações que vão se estabelecendo cotidianamente. Destacar-se que as alterações na vida das pessoas nunca são fáceis de lidar, sendo que os seus efeitos são vivenciados em graus diversos, em conformidade com os sujeitos envolvidos.

Como abordado, a dinâmica migratória implica em diversos fatores e decisões pessoais, familiares e coletivos, a inserção em um novo contexto sociocultural resignifica o indivíduo, causando impactos subjetivos, que em detrimento das tamanhas complexidades, não há como mensurá-los.

4.7 A aplicação da análise do discurso no deslocamento Maranhense ao Estado do Tocantins

Em detrimento dos depoimentos colhidos dos migrantes maranhenses situados na Vila Maranhã, será analisado os sentidos atribuídos através do discurso proferido pelo migrante maranhense, a análise não o desassocia da sua história, utiliza-se do seu patrimônio sócio histórico, tentando compreender a forma que o indivíduo significa o seu mundo.

A categoria de análise discursiva além da construção histórica do sujeito como indivíduo e como coletividade através de uma dimensão espaço e tempo, preocupa-se com os aspectos ideológicos que perpassam o discurso, uma vez que, de acordo com Pêcheux (1975), não há que se falar de discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia, o que existe é uma interpelação das ideologias impregnadas no sujeito e expressas através da prática discursiva.

Insta asseverar, que a análise não exclui os sentidos abstratos atribuídos pela linguística e pelos signos da língua, mas, possui como escopo principal a fala em movimento e a semântica imbuída na análise discursiva.

De acordo com Orlandi (2009) o método analítico do discurso possui o seu início nos anos 1960 (século XX), há uma inovação na análise discursiva, que se desvencilha do aspecto analítico do conteúdo, e abre o espaço para a conjugação de disciplinas como a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise.

A premissa fundante da análise é que o discurso não é transparente, este possui fatores condicionantes, como as ideologias propagadas, o próprio sujeito do objeto discursivo possui sua construção histórica individual e coletiva, cada qual com seus aspectos específicos, por isso, a análise além da conjugação com a linguística e a semântica, toma emprestado o contexto de estudo da psicanálise como papel fundamental para compreensão do sujeito.

Interessante salientar, que ao estudar o deslocamento e as implicações que a migração maranhense ocasiona através de uma crise identitária, os depoimentos propagados pelos sujeitos possuem implicações de natureza subjetiva, como os fatores que os motivaram a migrar, por outro lado, há discursos de caráter coletivo, como por exemplo, a legitimidade que todos possuem na ocupação da Vila Maranhão.

Assim, na análise do discurso a língua possui sua ordem própria, o sujeito e suas significações importa para o objeto de análise; a construção histórica do

indivíduo também possui importância para o objeto discutido; e os aspectos ideológicos propagados pelo discurso são levados em consideração, por isso, o estudo da psicologia é levado em consideração no que diz respeito a tais aspectos.

Para a análise, o discurso não é uma forma linear de elementos, que consiste em transmissão da mensagem ao receptor, esta baseada em códigos transmissores de informações, e o receptor que capta a mensagem possui a função de interpretação.

Nos estudos discursivos, não se separam forma e conteúdo e procura-se compreender a língua não só como uma estrutura, mas sobretudo como acontecimento. Reunindo estrutura e acontecimento a forma material é vista como o acontecimento do significante (língua) em sujeito afetado pela história (ORLANDI, 2009, p. 19).

O que ocorre no discurso não são métodos de transmissão obsoletos e estanques, o que existe é um processo de produção de sentidos com a finalidade de construção da realidade, não há que se falar em papéis divididos entre locutor e receptor, na análise os dois são sujeitos que fomentam sentidos, através dos universos que estão inseridos, as construções históricas que lhe afetam, as ideologias que perpassam, com o intuito de uma construção da realidade.

As palavras, expressões, proposições... mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em relação às formações ideológicas (PÉCHEUX, 1997, p. 160).

A análise do discurso mobiliza três regiões de conhecimento ao realizar a produção de sentidos, a construção histórica e os processos de significação, as ideologias perpassadas pelos sujeitos e a sintaxe e enunciação.

A análise do discurso não se restringe apenas a atividade hermenêutica, é a teoria da significação, e preocupa-se como ela e o sujeito dotam de sentidos o mundo em sua volta, é a interpretação que relaciona o sujeito e os sentidos atribuídos por estes.

Cada objeto analítico mobiliza categorias diferentes de análise urdida, em detrimento do objeto de pesquisa discutido na questão, o recorte atribuído pelo pesquisador, e os elementos discursivos e semânticos atribuídos pelos sujeitos, por não ser uma metodologia estanque, a análise possui uma conjectura que abre margem para a discussão de várias disciplinas, dependendo apenas da

problematização trazida pelos sujeitos e os dispositivos analítico escolhidos para as discussões das questões abordadas.

Todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de sentido para derivar par um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda seqüência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação (PÉCHEUX, 1997, p. 53).

A atribuição de sentidos não leva apenas em consideração o texto exarado no discurso, possui relação com a exterioridade, os fatores condicionantes que estes são produzidos.

4.8 A memória e as discursividades do Migrante Maranhense

A memória representa os sentidos já ditos por alguém, em algum lugar, em determinado momento histórico, o qual é reproduzido e contribui para o indivíduo significar o que está em sua volta.

Interessante salientar neste ponto, que a pesquisa em questão não despreza as subjetividades dos sujeitos, uma vez que, conforme os depoimentos colhidos, cada indivíduo que realizou a trajetória rumo a cidade de Araguaína-TO, possui as suas singularidades imbuídas em tal processo.

O interdiscurso problematiza que nada o que é propagado e disseminado pelo discurso do indivíduo lhe é próprio, “as palavras não são nossas”, há um conjunto de ideias e ideologias pré-construídas no sujeito, sendo uma difícil missão determinar de onde cada uma advém, mas, inegável é não se dar conta que tais proposições contribuem para que o sujeito, de forma individual ou coletiva, atribua sentido para aquilo que lhe está posto.

O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas “nossas” palavras. O sujeito diz, pena o que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele. O que ele sabe não é suficiente para compreendermos que efeitos de sentidos estão ali presentificados (ORLANDI, 2009, p. 32).

Orlandi (2009), também ressalta que assim como há o interdiscurso, um conjunto de dizeres já construídos sobre determinado objeto, há que se falar também

do intradiscurso, o qual seria a forma que o sujeito formula e traduz o objeto que está em sua volta, em detrimento das ideologias já propagadas e repassadas a tal e em tal sujeito.

O intradiscurso são as formulações realizadas pelos indivíduos, e os sentidos já atribuídos por estes, é a forma como o sujeito se expressa, formado por ideologias já construídas na sua análise.

De acordo com Pêcheux (1997, p. 160) as formulações da memória são dotadas de aspectos construídos pelo inconsciente, o interdiscurso possui como base, fatos historicamente relevantes na história de vida do sujeito, que começa a significar e mobilizar o indivíduo em detrimento do dado momento de vida que o mesmo está passando.

O interdiscurso são as formações ideológicas dos indivíduos, a ideologia que nos perpassa é também a que nos ajuda a construir e significar o mundo em nossa volta, de acordo com Orlandi (2009, p. 34):

Essa nova prática de leitura, que é a discursiva, consiste em considerar o que é dito em um discurso e o que é dito em outro, o que é dito de um modo e o que é dito de outro, procurando escutar o não-dito naquilo que é dito, como uma presença de uma ausência necessária.

Realizando uma conexão com o objeto de pesquisa estudado, observa-se que todo o projeto discursivo, e o interesse de atração de indivíduos para o Tocantins perpassam de certa forma os imigrantes advindo do Maranhão observar-se que tais sujeitos deslocaram-se para o novo ente da federação em busca de condições de subsistência que não possuíam no seu território onde residiam, e um dos fatores que impulsionaram tal caminhada, foi o vislumbre pelo novo Eldorado e aparelhamento estatal que o Estado do Tocantins possuía.

O discurso do indivíduo também é construído por formas de esquecimento, para Pêcheux (1975) há dois modos de esquecimento no discurso do sujeito.

A primeira forma é o esquecimento da enunciação, o autor ressalta que tal modo se dá através dos jogos de palavras construídos e escolhidos pelo sujeito que expressam o modo de dizer do indivíduo, são os artefatos linguísticos através das figuras de linguagens e paráfrases utilizadas pelo homem, que o faz escolher por um ou outro sentido. O sujeito acredita que o seu discurso possui uma ligação direta com

o que quer significar, mas, a própria escolha de palavras e a forma que elas farão sentidos, já possui influência dos símbolos humanos.

Observa-se na fala do entrevistado 3, ao ser questionado sobre os costumes e as crenças da sua cidade no Maranhão, o mesmo atribui as mazelas da sua vida as práticas de feitiçarias propagadas na região, e que fatidicamente ocasionou alguns dos seus familiares, senão vejamos:

O nome dele era (...), a (...) arrudiou fogo com ele por padrin. Jogaram um feitiço nele, o filho dele caçando apelo para ele, deitado lá quando jogaram uma rapadura, ele deitado, dormindo, deitado de noite lá onde ele arranchou, o filho dele, aí jogaram uma rapadura dentro da rede dele, do filho dele que tava caçando remédio pro pai que tava desse jeito. Aí tu sabe o que foi que fizeram? Meu filho, botaram um feitiço tão grande nele, que o de comer que foi feito para sentinela virou todin bicho.

O entrevistado 3 demonstra uma das suas formas de cosmovisão, as práticas de feitiçarias representam um traço cultural, que de acordo com o depoente era corriqueiro em sua região e atingia aqueles que eram acometidos de doenças e tragédias, e a única saída para tal fato era a morte daquele acometido pelos feitiços.

A segunda forma de esquecimento é o ideológico, ou seja, é aquele advindo das construções semânticas do inconsciente, na abordagem discursiva, o indivíduo acredita que é o primeiro a propagar o discurso, mas na verdade, o que produz, é fruto de uma reprodução já construída. O que ocorre, é que os discursos já estão em processo, eles não são originários nos indivíduos, de acordo com Orlandi (2009, p.58):

[...] esse esquecimento reflete o sonho adâmico: o de estar na inicial absoluta da linguagem, ser o primeiro homem, dizendo as primeiras palavras que significariam apenas e exatamente o que queremos, na realidade, embora se realizem em nós, os sentidos apenas se representam como originando-se em nós: eles são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história e é por isto que significam e não pela nossa vontade.

Os discursos produzidos e propagados possuem relação entre si, um discurso aponta para o outro que posteriormente representa uma forma de sustentação, assim também relaciona-se com discursos futuros. Desta forma, não há que se falar em pontos finais e iniciais para uma formação discursiva, pois os discursos produzidos e propagados possuem uma auto relação.

No caso em questão, observa-se a construção da expansão territorial rumo a região norte, o discurso em detrimento de necessidade de uma matéria prima, relaciona-se que o desenvolvimento regional, que conecta-se com a necessidade de escoamento de pessoas em detrimento do abarrotamento humano através da migração nordestina para as regiões sul e sudeste.

Observa-se como os discursos são reproduzidos dentro da mesma base ideológica, a expansão territorial de uma região ainda inabitada, e a atração de indivíduos para a concretização e territorialização do novo espaço construído na Federação.

Observa-se também, que os discursos que fomentam a criação do Estado do Tocantins também participam da mesma lógica relacional, uma vez que, Siqueira Campos ao propagar as justificativas ensejadoras de tal movimento criacionista, busca uma justificativa histórica aduzida por Theotônio Segurado, ainda na época em que o território tocantinense fazia parte da capitania hereditária do Estado do Goiás.

Outro aspecto importante a se destacar no tocante ao aspecto relacional do discurso, são as relações de força, pois, cada indivíduo possui um local de fala estabelecido, as construções sociais, os locais na sociedade que cada sujeito possui, projeta de uma forma diferente o discurso propagado, ou seja, dependendo da posição ou ocupação na sociedade que o indivíduo representa, o seu discurso terá uma força diferenciada também, são os denominados de formações imaginárias.

As condições de produção discursiva implica no objeto, na língua, na historicidade, na formação social e nos mecanismos imaginários, o que urdem os seguintes questionamentos de acordo com Orlandi (2009, p.62):

Esse mecanismo produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica. Temos assim a imagem da posição sujeito locutor (quem sou eu para lhe falar assim?), mas também da posição sujeito interlocutor (quem é ele para me falar assim, ou para que lhe fale assim?), e também a do objeto do discurso (do que estou lhe falando, do que ele me fala?)

Observa-se que, as relações de poder contribuem para como o objeto significa no mundo, uma vez que, estas são dotadas de histórias, ideologias e símbolos, o que acaba corroborando que o indivíduo atribua sentidos ao objeto discutido.

Pode-se discutir a questão, o simbólico atribuído a Prefeitura na Cidade de Araguaína-TO, em um dos depoimentos realizados pelos moradores da Vila

Maranhão, tal entrevistado aduz que foi o próprio órgão que realizou a doação do terreno em que hoje encontra-se abrigado juntamente com sua família.

Os sentidos no discurso dependem da formação ideológica do indivíduo, e além disso, da posição sócio histórica que ele ocupa, por isso, a mesma palavra poderá se dotada de sentidos diferentes, dependendo de quem está propagando o discurso, e das ideologias e posições disseminadas por tal sujeito.

As palavras, expressões, proposições... mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em relação às formações ideológicas. (PÉCHEUX, 1997, p. 160).

A formação discursiva para a análise é sinônimo de formação ideológica, a palavra em si começa a possuir sentidos quando esta é inserida no discurso, é quando a linguagem e a ideologia se conjugam. A formação discursiva representa uma conexão entre as palavras através da ideologia, da memória, e do já-dito e construído pelo indivíduo.

Os sentidos não estão predeterminados na língua, ao inseri-la numa formação discursiva é que os sentidos lhe são atribuídos, mas o discurso não é homogêneo, este possui várias nuances e modos de significação, configuram-se e reconfiguram-se continuamente em suas relações.

Dado que o discurso é o lugar do observável e a língua, um lugar de reconstrução teórica que corresponde a um movimento natural do pensamento, os efeitos de sentido nada mais são do que o resultado dos valores atribuídos pelo discurso ao significado em língua (GUILHAMOU, 2005, p. 13).

Importante dizer, que as palavras iguais dependendo de como são alocadas no discurso poderão possuir significados diferentes, ao estarem inseridas em formações discursivas diversas, para a análise do discurso, a noção de metáfora é diferente do sentido atribuído na figura de linguagem, ela representa o modo com as palavras significam no contexto discursivo que estão inseridas, deste modo, como mencionado, um palavra poderá possuir atribuições de sentidos diversas dependendo do contexto discursivo que está inserida.

Quando pensamos discursivamente a linguagem, é difícil traçar limites estritos entre o mesmo e o diferente. Daí considerarmos que todo o funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos

parafrásticos e processos polissêmicos. Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco (ORLANDI, 2009, p. 36).

Na análise a interpretação possui um papel central ao significar o discurso, tal ato contribui para a compreensão do que tal objeto quer dizer dentro do contexto o qual está inserido, o que também corrobora com a elucidação das influências ideológicas perpassada no e pelo sujeito.

Para Pêcheux (1997) as ideologias não são estruturas que influenciam o sujeito, mas sim, que o constrói, o ajuda na sua constituição como ser. Não há discurso sem sujeito, e não há também este sem sua língua, que é dotada de ideologias.

Não há que se falar em realidade sem ideologia, é uma prática significativa, representa a relação do sujeito com a língua e com a história para que esta possua alguma sentido, é através dela que se dá a formação do sujeito, a ideologia além de contribuir na significação do mundo em si, interpela o sujeito na sua construção de vida, importante ressaltar que de acordo com Orlandi (2009) “nem a linguagem, nem os sentidos, nem os sujeitos são transparentes: eles têm sua materialidade e se constituem em processos em que a língua, a história e a ideologia concorrem conjuntamente”.

A ideologia é uma construção que mobiliza memória e esquecimento, pois é só quando passa para o anonimato que o dizer produz seu efeito de literalidade, a impressão do sentido, ou seja, as ideologias mobilizam o inconsciente do ser humano, não é um trabalho de manipulação consciente que perfaz o homem, como já ressaltado, o homem é construído com dotações ideológicas, esta é a responsável pelo processo de significação do indivíduo, a que contribui na construção dos sentidos atribuídos, não apenas pelo interdiscurso através da memória, mas também por fatores que envolvem o esquecimento.

Ao mesmo tempo que o sujeito é livre para expressão do seu pensamento e propagação do discurso, este através de suas ideologias possui amarrações o que lhe condiciona a um processo de assujeitamento.

No interior mesmo da Análise de Discurso construiu-se uma abertura para se pensar não mais o discurso, mas as discursividades, no entanto fugindo de

toda e qualquer redução: do histórico ao político, do político ao ideológico, do ideológico ao discursivo, do discursivo ao sintático (PÉUCHEX, 1997, p. 161).

O homem é uma construção sócio histórica, como já salientado, não é inovador do seu discurso, ao contrário senso, é um reproduzidor do já-dito e pré-construído através da memória discursiva, deste modo, este é livre para se expressar e discorrer sobre o que quer, mas não é livre das amarras discursivas e semântica que a própria linguagem está imbuída.

O assujeitamento ocasiona uma impressão que o discurso propagado pelo indivíduo é um reflexo do seu pensamento, e um fiel representante da sua realidade, o sujeito assujeitado acredita na transparência do seu discurso, entra na situação da prática discursiva adâmica, como se fosse a primeira vez que está propagando tal material, ou como se a prática discursiva disseminada representasse a transparência naquilo que quer enunciar.

Como a própria palavra já ressalta, na verdade, o que ocorre é que o discurso é opaco, e os métodos analíticos da análise do discurso são um dos instrumentos responsáveis para elucidar as questões, o homem está sujeito as suas ideologias, que leva em consideração o seu patrimônio histórico, cultural, social, o seu lugar de pertencimento, assim como o seu lugar de fala, como aborda Orlandi (2009, p.65):

O fato de que ele é produto histórico, efeito de discurso que sofre as determinações dos modos de assujeitamento das diferentes formas-sujeitos na sua historicidade e em relação às diferentes formas de poder. O falante não opera com a literalidade como algo fixo e irreduzível, uma vez que não há um sentido único e prévio, mas um sentido instituído historicamente na relação do sujeito com a língua e que faz parte das condições de produção do discurso.

Não a que se falar em liberdade discursiva, este é um produto do assujeitamento realizado pelas ideologias do indivíduo, o discurso é formado por opacidades, e sua análise depende de categorias que precisam ser problematizadas para uma possível compreensão dos sentidos atribuídos.

Na realidade, o instrumento analítico não possui o intuito de realizar definições, ao contrário sensu, o objetivo é a problematização, pois nem os sujeitos e nem os sentidos estão completos, na verdade o discurso é movimento, não há que se falar em discursos definitivos.

Não há sentidos estáticos, porque o homem é formado por uma construção dinâmica, é inconstância, de acordo com o contato com o objeto, cada qual possui

uma forma de atribuir os seus sentidos, assim como coletividade, significa de forma diferente, o discurso é metafórico, é movimento, é dotado de ideologias que perpassam os sujeitos que estão em sua volta.

Observa-se tal dinamismo nas ponderações estabelecidas com o material discursivo desenvolvido pelos migrantes maranhenses situados na vila Maranhão, compreende-se que os mesmos possuem subjetividades no seu deslocamento, cada qual possui sua construção histórica, cada discurso propagado possui historicidades, as idas e vindas, a chegada, a recepção, o modo de ver a vila, a cidade, o Estado, são diferenciados.

Por mais que a memória discursiva de um aparelhamento estatal propagado pelo discurso criacionista esteja posto e impregnado nos sujeitos, há diversas intencionalidades no movimento de deslocamento, marcação da incompletude discursiva, das ideologias postas e reproduzidas, do interdiscurso, assim como do intradiscurso propagado por tais sujeitos.

O sujeito significa em condições determinadas, impelido, de um lado, pela língua e, de outro, pelo mundo, pela sua experiência, por fatos que reclamam sentidos, e também por sua memória discursiva, por um saber/poder/dever dizer, em que os fatos fazem sentido por se inscreverem em formações discursiva que representam no discurso as injunções ideológicas (ORLANDI, 2009, p. 69).

As cosmovisões dos indivíduos são formadas por diversas estruturas, interessante que ao se deparar com as histórias de vida de cada sujeito maranhense, suas histórias produzem sentidos diversos também, mesmo que sobre o mesmo fato, sobre o mesmo infortúnio ou não pelo processo de se deslocar, o homem faz atribuições semânticas diferenciadas.

Pela natureza incompleta do sujeito, dos sentidos, da linguagem (do simbólico), ainda que todo sentido se filie a uma rede de constituição, ele pode ser um deslocamento nessa rede. Entretanto, há também injunções à estabilização, bloqueando o movimento significativo. Nesse caso, o sentido não flui e o sujeito não se desloca. Ao invés de se fazer um lugar para fazer sentido, ele é pego pelos lugares (dizeres) já estabelecidos, num imaginário em que sua memória não reverbera. Estaciona. Só repete (ORLANDI, 2009, p.62).

O discurso não se confunde com o mero conteúdo, este possui sentidos, dotados de ideologias propagadas, a qual é constituída pela memória, de que o

homem não detém o controle, e mesmo acreditando que o possui, encontra-se no entrave no assujeitamento em decorrência das ideologias que o perpassa.

4.9 O processo de Segregação Interna em desfavor do Maranhense na cidade de Araguaína-TO

O Brasil é um país que possui um fluxo substancial migratório, através de migrantes advindos de várias regiões, como também os deslocamentos internos ocasionados entre indivíduos das suas regiões, no caso em análise, as trocas são difundidas pelos Estados do Maranhão e do Tocantins, tal fato traz alguns desafios a nível social e estrutural, principalmente no que diz respeito a utopia da “democracia racial” e de que o nosso país é formado por um “povo acolhedor”, e independente de origem, cor, religião, gênero, identidade, dentre outros fatores, todos são bem vindos.

Interessante salientar, que o Brasil possui um número crescente de emigrantes, e os mesmos em outros países sofrem políticas segregativas, todavia, em nível interno, o próprio brasileiro fomenta tais práticas com aqueles que advindos de outras regiões do próprio país, ocasionando uma segregação interna entre seus pares.

A partir da década de 1990, o Brasil passou a ser um país de emigrantes, de modo que o número de brasileiros no exterior ultrapassou a quantidade de estrangeiros no país. Ainda assim, os discursos xenófobos persistem, embora não incluam recomendações aos países que acolhem brasileiros para que os expulsem ou os tratem de forma discriminada (FARAH, 2007, p.15).

A xenofobia representa uma aversão ao estrangeiro, a palavra é de origem grega, a qual representa dois termos: “xénos” (estrangeiro, estranho ou diferente) e “phóbos” (medo), levando em consideração o seu sentido etimológico, tal fenômeno representa o medo excessivo ao estrangeiro, aquele que não compartilha da mesma origem ou nacionalidade do indivíduo, a palavra é incorporada nos estudos da psicologia com a finalidade de nomear um transtorno psiquiátrico.

Aliando o fenômeno ao estudo desenvolvido, o escopo precípua é realizar uma análise da xenofobia em detrimento do estranho, do diferente, no caso em questão dos Maranhenses. Pode ser fundamentado diversos fatores que fomentam tal prática, como aspectos históricos, culturais, religiosos, étnicos, dentre outras condutas.

As práticas xenofóbicas se expressam com práticas de violência, como agressão física, moral, psicológica, atos de humilhação e constrangimentos, em detrimento daqueles que não compartilham a mesma origem.

Observa-se que a vedação ao racismo está legislada no art. 4º, inciso VIII da Constituição Federal, como base principiológica da República Federativa Brasileira no que diz respeito às relações internacionais firmada com outros países: “A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo” (BRASIL, 1988).

Constitui também objetivos fundamentais da República Federativa Brasileira, de acordo com o artigo 3º, inciso IV, da Constituição Federal: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988).

Mais recentemente, em 24 (vinte e quatro) de maio de 2017 (dois mil e dezessete) foi publicado a nova lei de migração lei nº 13.445/2017, que expressamente no seu artigo 3º, inciso II, ao estabelecer seus princípios e garantias no que diz respeito a política migratório brasileira, estabelece que será aplicado a tais proposições o “repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação” (BRASIL, 2017).

Por mais que a nível legislativo o Brasil seja um país que vede práticas que envolvam segregação social, o que se observa, é que a desconstrução de tais práticas depende de uma mudança de paradigmas a nível sócio e cultural.

Por ser um país continental, o que gera diversidades dentro do próprio território, até mesmo pela construção social específica de cada região, observa-se que há o sentimento de superioridade entre as diversas localidades do país, principalmente no que diz respeito, as regiões sul e sudeste em desfavor da região nordeste brasileira.

Tal fato mencionado, contrasta com a diversidade étnica do país, pois sem dúvida, é constituído por miscigenações, e com uma população de características raciais múltiplas, porém, tal situação, não é um fator determinante para inviabilizar as múltiplas separações e fronteiras sociais, políticas, econômicas e principalmente regionais.

Na realidade, a democracia racial, como já ressaltada e positivada em termos legislativos é um mito, e a xenofobia interna, também conhecida como preconceito interno ou “bairrismo” refletem práticas de menosprezo, e uma cosmovisão estreita do mundo de tudo aquilo que advém de fora.

O mito da democracia racial, que é um dos pressupostos da afirmação de uma psique harmoniosa do povo brasileiro, contribui decisivamente para a ocultação das práticas de discriminação no seio da sociedade. A relação entre a crença de que não existe preconceito e a dificuldade em combatê-lo é direta (ACUNHA, 2012, p. 27).

Ressalta-se, que as distinções criadas pelo preconceito interno são artificiais, é um produto da ação do homem, e não advém da natureza, é o que ocorre que as distinções, nos aportando para o recorte da pesquisa em questão, com a segregação em detrimento de nordestinos, e mais especificamente em detrimento de Maranhenses, como será analisado nos depoimentos em questão.

A discriminação regional em detrimento do nordeste advém de um processo migratório acentuado no Estado Novo, tal deslocamento ocorre principalmente por melhorias de condições de subsistência, o que faz com que, tais indivíduos busquem melhorias de vida na região sudeste e sul, principalmente para o Estado de São Paulo.

Acontece, que tal fenômeno constrói um olhar diferenciado sobre esses sujeitos, o que ocasiona um processo de estigmatização construída em desfavor de tais indivíduos, tal fenômeno são gerados através de um olhar diferenciador, o que ocorreu com os nordestinos, é que há uma generalização, caricaturização, estereotipização em detrimento dos deslocamentos acentuados ocorridos em razão da busca por uma melhoria de vida de tais sujeitos.

Tal olhar estereotipado, viciado e minimalista em detrimento do “outro” nordestino, também se aplica ao maranhense em Araguaína-TO, de acordo com suas falas transcritas no objeto em análise, observa-se que a busca por melhoras de vida, o que é um dos fatos na migração em sentido geral, ocasiona um olhar depreciativo, principalmente para aqueles que não possuem um poder aquisitivo monetário de forma acentuada.

O próprio Nordeste e os nordestinos são invenções que são formados pela repetição regular de determinados enunciados, que são tidos como definidores o caráter da região e de seu povo, que falam de sua verdade mais do que a verdade interior do sujeito (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 31)

Corroborando com a distinção em detrimento do poder aquisitivo, que é uma das formas de segregação do sujeito nordestino, como no caso o Maranhense, convém trazer dos excertos dos depoimentos colhidos dos moradores da Vila Maranhão, um dos entrevistados ressaltam que em nenhum momento houve segregação por ser maranhense, no caso em questão, tal entrevistado difere do

contexto em que os outros depoentes estão inseridos, pois, possui um poder aquisitivo diferenciado comparando com o outro depoente:

É, eu fui me adaptando aqui e as pessoas sabe, tinha uma mulher que trabalha no INSS, era bem ali onde era o bingão, bem ali era um prédio, o INSS era lá e eu fui lá uma dia falar não sei o que, vender roupa e conheci ela, toda vez que você passar aqui, encoste pra você conversar comigo porque eu posso tá de astral bem baixinho, se você falar comigo meu astral levanta, inclusive quando eu fui me aposentar eu fui lá em Palmas perguntar pra ela o que que eu devia fazer, ela foi me explicar tudo direitinho, minha amiga, gente boa demais. Então assim foi, fui me recepcionando com as pessoas assim, as pessoas, conhecendo direitinho, sabendo quem é amigo, quem não é, quem só tem a aparência de amigo também. Aqui não tem isso aqui, isso aqui no Tocantins não existe isso que fulano é maranhense, agora se eu tivesse ido morar em São Paulo que lá é jumento, maranhense é jumento lá, aí lá o pessoal maranhense, armaria é o diabo pra lá pra São Paulo. Eu pelo menos de São Paulo eu não gosto nem de, nem pra passear, nem pra comprar, nem pra nada que aquilo não é lugar de gente não. Fui comprar umas duas vezes lá pra nunca mais, você não tem a oportunidade de abrir uma roupa, uma camisa pra você olhar, lá em São Paulo não tem isso não, é questão de, quer não? Toma logo (ENTREVISTADO 7).

O depoimento ressalta fatores de recepção do sujeito, no caso em análise, o depoente indica sua satisfação da forma que fora recepcionado na cidade de Araguaína-TO, não observando nenhuma forma de segregação pelo fato da sua origem maranhense, até ressalta que em outra região do País, como no caso o Estado de São Paulo, as coisas diferem da realidade tocantinense.

Tal situação, não se reproduz na grande maioria dos depoimentos colhidos, como é caso do depoente que ressalta uma experiência no cartório Eleitoral da cidade de Araguaína-TO, na ocasião, o mesmo tinha o intuito de transferir o título de eleitor, porém, sofre um processo xenofóbico em detrimento da sua origem maranhense:

Olha, tem algumas pessoas araguainenses que às vezes faz a gente se sentir excluído, entendeu? Tipo assim, a gente chega num local aí a gente vai resolver alguma coisa, que nem aconteceu comigo no cartório eleitoral, eu vou me referir a isso. Eu fui lá transferir o meu título o ano passado, o ano passado foi? Para fazer o cadastro das casas, foi o ano passado não foi? Aí quando eu cheguei lá aí eu pedi para transferir o meu título, aí ela perguntou com quanto tempo tava que eu morava aqui, eu falei que tava com três meses. Ela disse que não transferia. –Você é de onde? Eu falei: - sou do Maranhão. Aí ela foi e falou assim: - ah, você veio de lá só para ganhar uma casa aqui? Eu me senti, não é, dá pra se sentir... eu digo – não minha senhora eu não vim de lá só para ganhar uma casa aqui, eu tô morando aqui, então eu preciso transferir o meu título porque eu tô morando aqui. Realmente eu queria fazer o cadastro das casas, claro, mas só que foi isso que ela me falou, então quando ela falou isso para mim eu me senti tão mal que eu fiquei até sem reação, peguei meus papéis, cheguei em casa fiquei contando pra ele e um colega nosso que mora ali na Vila Maranhão. Aí ele disse: - não, pois, tu foi muito boba, tu devia ter insistido, se ela tivesse tornado falar tu tinha

entrado na justiça porque é obrigação. Se eu tô morando aqui eu tenho que transferir o meu título pra cá, não é? Aí eu já vim transferir o meu título agora, nesse período de política (ENTREVISTADO 1).

O discurso do depoente, demonstra a segregação social que o mesmo sofrera, importante ressaltar alguns aspectos latentes na história contada, o depoimento inicia-se com uma visão subjetiva que o depoimento possui sobre o sujeito araguainense, ressalta-se que há um vício em tal subjetividade, em razão que toda a conotação negativa do fato amoldou a visão do indivíduo.

O ato do servidor do cartório eleitoral ressalta as discussões xenofóbicas mobilizadas, principalmente no tocante a origem do indivíduo, o depoente ao ser questionando sobre sua regionalidade, logo é submetido a questionamentos de sua intencionalidade ao transferir o título eleitoral como forma de utilizar tal artifício para concorrer a uma casa popular advinda de um programa de estruturação urbana da cidade.

Salienta-se que em decorrência da miscigenação que ocorre no território Brasileiro, em regra, a nação é taxada como agregadora e um povo acolhedor, o que coloca em discussão as questões que envolvem a segregação interna, o que separa os “nossos” dos “outros”, fenômeno frequente nas discriminações regionais, e discutido com os enxertos dos depoimentos mencionados.

A xenofobia regionalizada, em que é difundida entre espaços territoriais, surgem em detrimento da construção de fronteiras humanas, da marcação regionais, e de tal marca que carrega o indivíduo por ser tal espaço e não de outro, e até mesmo um país como um Brasil, formado por uma diversidade étnica e racial, existe tais demarcações, que são difundidas e propagadas pelo território, numa tentativa frustrada de fomentar identidades fixas, mas que são inexistentes, Flores (2000, p. 20) mobiliza a questão ao ressaltar:

De qualquer modo, “região” é vista como alguma coisa reconhecível em sua especificidade, em um território de contornos senão precisos ao menos suficientemente claros e que abriga características culturais definidas. A “região” tende, pois, nesta corrente do imaginário, a ser algo visto como fixo, duradouro – ou até permanente-, que se distingue comparativamente de outras regiões, do conjunto de um país e, mesmo, de qualquer outra região de qualquer outro país.

Dialogando com Hall (2003) as identidades fixas se tornaram obsoletas na pós-modernidade, a facilidade de acesso com o outro faz com que mundos isolados sejam

utópicos, o que existe na verdade são múltiplas realidades conjugadas em um só indivíduo.

O que fortalece a discriminação regional no tocante ao nordestino são aspectos culturais e históricos, a qual utiliza de fronteiras territoriais para que se justifique como aceitável os estereótipos, as generalidades, e as caricaturas impregnadas no outro nordestino.

Só muito recentemente, a partir dos anos 80 do século XX, surgiram obras voltadas para pensar as regiões como construções históricas, que se dão apenas a partir das questões políticas, das divisões e conflitos políticos entre diferentes parcelas das elites nacionais e conseqüentemente entre os territórios que estas dominam ou do processo de diferenciação das áreas econômicas do país, mas que também se dão no plano cultural, pensando os regionalismos e as regiões que estes definem, defendem e realizam, como fruto de um embate de ideias, de símbolos, de imagens, de definições e descrições do que seja cada realidade regional e sua população, bem como do que seja a realidade nacional, sem esquecer que esta produção cultural está ligada também a interesses políticos, econômicos e sociais. Estas obras passam a abordar o que seria a invenção de nossas regiões, tentam mostrar como a definição de um espaço regional nasce das disputas no campo político, das diferenças de situação econômica e social dos espaços e populações das várias áreas do país. Elas mostram também que, para que estas disputas e estas diferenças deem origem a uma divisão regional, a uma identidade regional, se faz necessária toda uma produção discursiva, a mobilização de toda uma mitologia, a criação de um dado imaginário, a elaboração de uma dada memória e a escritura de uma dada história que vai tornando esta região visível e crível. Mostram, ainda, que não existe região sem que se elabore em torno dela e de seus moradores uma série de conceitos, que podem vir a se tornar, com o passar do tempo, preconceitos, dada a mudança de sentido que estes possam vir a sofrer, ou dependendo do uso que outros discursos regionais façam destes conceitos (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 32-33).

Depreende-se que com a desconstrução das identidades fixas, caem por terra a distinção estabelecida por território, e ressalta o aspecto discriminatório fomentando principalmente pelo discurso cultural propagado. Deste modo, o preconceito contra o nordeste e os nordestinos no Brasil possui características que levam em consideração a sua construção histórica migratória, e também utiliza de artifícios como as características regionais em detrimento das condições de vida dos indivíduos.

Para Albuquerque Junior (2007) o nordestino é marcado por estereótipos e estigmas, como o de cabeça-chata e o do sertanejo, tais características desde do início de século XX, período que marca a acentuada migração nordestina para São Paulo é reproduzida pela mídia, literatura, cinema, dentre outras formas de propagação da notícia. De acordo com Villa (2017, p. 33), os estereótipos eram

explorados na década de 1930, em que o Brasil estava marcado pelo regionalismo, no poema o “O levante de São Paulo” de Thadeu de Serpa Martins:

O povo daquele Estado
É inimigo do Norte
Eles não ligam importância
A nossa boa ou má sorte,
Por isso é que nós devemos
Mover-lhe guerra de morte.

Os paulistas chamam o Norte
Atraso do seu Estado,
Lhe chamam carro de boi
Que por eles é arrastado
Entendem que o Nordeste
Deve ser abandonado.

Para eles o nordestino
É preguiçoso, é ruim,
Entendem que o Nordeste
Merecia levar fim,
Agora eles vão saber
Que a coisa não é assim.

José Vandilo dos Santos e Odisséia Aguiar Campos, no artigo intitulado “A presença maranhense em Palmas-Tocantins” (2016), dialoga com as questões mencionadas, e afirmam que tais características também são atribuídas aos maranhenses na cidade de Palmas:

Portanto, assim como em São Paulo se atribui o estigma de “baiano” as pessoas nordestinas de um modo geral, no Rio de Janeiro o mesmo acontece, embora com a denominação diferenciada, ou seja, “paraíba”, percebemos que esse mesmo tipo de estigma está sendo reproduzido aqui com relação aos maranhenses, não exatamente por se tratar de pessoas oriundas da região Nordeste ou, mais especificamente, do estado do Maranhão, trata-se de um estereótipo atribuído a qualquer pessoa considerada inferior que logo passa a ser rotulada de forma pejorativa como “maranhense”. Comentário geralmente enfatizado com a frase que traduz muito bem essa situação: “Parece que é maranhense”! (SANTOS; CAMPOS, 2016, p.6).

Os estigmas não são apenas difundidos na figura do nordestino, o nordeste como espaço territorial também sofre com tais preconceitos, pois algumas regiões do país o enxerga como terra da seca, do calor exacerbado, da caatinga, miséria, flagelo e etc.

Historicamente, de acordo com Albuquerque Junior (2007) a construção do estigma sobre o nordeste e o nordestino desenvolve-se a princípio no século XX, em

detrimento de movimentos culturais como o modernismo e a necessidade de adaptação brasileira a evolução industrial europeia.

Ocorre no Brasil uma supervalorização da mão-de-obra estrangeira, pois a nível econômico somente o capital laboral externo realizaria a transação do País para um patamar industrializado a nível externo, observa-se que tal movimento de modernismo e valorização do serviço estrangeiro geram aspectos culturais e internos, como por exemplo a política de branqueamento e a segregação do capital humano laboral interno.

Com tal fator, ocorre a divisão entre um Brasil do “Sul” o qual representava o avanço e a modernidade brasileira em decorrência do processo civilizatório acentuado pela influência da migração europeia. E do outro lado, havia o Brasil do “Norte”, condenado ao atraso, a ausência de relevância econômica e cultural, em detrimento da ausência de influência europeia em tal região.

Acontece que em detrimento da ausência de políticas trabalhistas, a mão de obra laboral europeia inicia movimentos grevistas no país, o que ocasiona o movimento nacionalistas, o qual representava a valorização da mão-de-obra nacional e a restrição do número de migrantes advindos de outros países.

Em razão de tal configuração, há acentuação de migração de nordestinos para a região sudeste do país, especialmente para o Estado de São Paulo, polo industrial brasileiro no início do século XX, o número acentuado de migrantes e as condições pelos quais os mesmos eram submetidos, contribuem para o subjulgamento de tais indivíduos, até mesmo para a condição de boia fria.

Salienta-se que tal estigma também é propagado no Estado do Tocantins, mais especificamente de acordo com a análise na cidade de Araguaína-TO de acordo com os depoimentos colhidos na Vila Maranhão, o conceito de estigma e suas problematizações é estudado por Goffman (1988), o qual pondera que tal fenômeno representa uma marca, rotulação, que leva em consideração atributos corporais, origem do indivíduo, e até mesmo os costumes que este propaga.

Goffman (1988, p.6) elucida que o preconceito ocorre em decorrência do estigma, o processo de tarifação e taxação humana ocasiona pré-conclusões do indivíduo:

O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza

alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto, ele não é, em si mesmo, nem honroso, nem desonroso.

A pesquisa realizada por Santos e Campos (2016), no artigo intitulado “A presença maranhense em Palmas-Tocantins, através das entrevistas estruturadas, dos 37 (trinta e sete) entrevistados, 26 (vinte e seis) afirmaram positivamente que já sofreram algum tipo de preconceito na cidade de Palmas-TO, interessante que os atos de estigma referem-se na maioria dos casos a origem de tais indivíduos, apontando para “o preconceito contra a origem geográfica e de luga”, Albuquerque Junior (2007, p. 11) dialoga com a questão ao afirmar:

O preconceito quanto à origem geográfica é justamente aquele que marca Alguém pelo simples fato deste pertencer ou advir de um território, de um espaço, de um lugar, de uma vila, de uma cidade, de uma província, de um estado, de uma região, de uma nação, de um país, de um continente considerado por outro ou outra, quase sempre mais poderoso ou poderosa, como sendo inferior, rústico, bárbaro, selvagem, atrasado, subdesenvolvido, menor, menos civilizado, inóspito, habitado por um povo cruel, feio, ignorante, racialmente ou culturalmente inferior. Estes preconceitos quase sempre estão ligados e representam desníveis e disputas de poder e nascem de diferenças e competições no campo econômico, no campo político, no campo cultural, no campo militar, no campo religioso e nos campos dos costumes e das ideias.

Tal deslocamento nordestino contribui em aspectos de melhoria de vida para alguns migrantes, mas ao mesmo tempo, a região Sul do País produziu uma carga de representações imagético-discursivas que fomentou o discurso segregadorem detrimento do nordeste, o que influenciou na compreensão do Brasil em desfavor de tal região.

4.10 O migrante maranhense: o estrangeiro e o estranho

O processo de rompimento de fronteiras, da saída do seu território, do seu lugar de comodidade para o seu reestabelecimento em outra região não é um processo suave na maioria dos casos, há tensões neste percurso gerativo de sentido motivado por intenções imbuídas nesse processo.

Processo em que a busca pelas condições mínimas de subsistências é um dos fatores motivadores para que este migrante busque uma nova terra e um novo lar, acontece que não são em todos os casos que suas expectativas são garantidas, além

dos fatores de atração e êxodo deste migrante, há fatores de recepção que precisam ser analisados neste processo.

A recepção do migrante é um ponto de análise complexo, o que assemelha em alguns casos da aceitação do estrangeiro pela sociedade, os próprios termos dependendo da abordagem analítica teórica possuem pontos de similitudes como aborda Sayad (1991, p. 243):

Um estrangeiro, segundo a definição do termo, é estrangeiro, claro até as fronteiras, mas também depois que passou as fronteiras; continua sendo estrangeiro enquanto puder permanecer no país. Um imigrante é estrangeiro, claro, até as fronteiras; mas apenas até as fronteiras. Depois que passou a fronteira, deixa de ser um estrangeiro comum para se tornar um imigrante. Se 'estrangeiro' é a definição jurídica de um estatuto, 'imigrante' é antes de tudo uma condição social. [...] Mas, para além do critério social que faz do estrangeiro um imigrante, existem apenas, até as fronteiras e apenas para a linguagem oficial que é a linguagem do direito, estrangeiros (de direito) e todo imigrante é, de direito, um estrangeiro; é assim que começa, aliás, todo o itinerário do imigrante. Portanto, não é à toa que toda legislação relativa à entrada em território nacional é na verdade e necessariamente uma legislação que, sem dizê-lo explicitamente, é também relativa – quando não exclusivamente - à imigração; e inversamente, toda legislação relativa à imigração deve primeiro tratar da admissão de estrangeiros em território nacional.

A própria palavra estrangeiro nos remete a termo como estranho e forasteiro, o migrante Maranhense por mais que advindo do mesmo país, não deixa de ser imigrante, e também sofre processo de recepções similar a figura do estrangeiro, “ora, ‘estrangeiro’ e ‘imigrante’ são duas expressões distintas de um mesmo fato: a presença de um forasteiro além das fronteiras de seu país (BOURDIEU, 1998).

Cumprе ressaltar, que este estrangeiro em um primeiro momento era visto com hostilidade, o exótico era causador de estranheza, porque a crença dele era diversa, os hábitos, seu modo de comunicação também não se assemelhava com o lugar do seu deslocamento.

E devido a tais conjecturas, as primeiras relações traçadas entre os estrangeiros e nacionais foram relações de hostilidade e desconfiança. Estes não eram vistos com boas intenções, era o usurpador, aquele que ocuparia minha terra, minha propriedade, meus bens, minha família e os demais modos de subsistências que com luta fora conquistado, “estes ‘estrangeiros’ não aceitos podem ser identificados como pessoas distintas pela cultura o que as tornam atrasadas e não dignas de confiança” (ALMEIDA, 2007).

Tal recepção também se assemelha com a conjectura maranhense migrante em Araguaína (TO), ao mobilizar fontes orais, observa-se que nas falas dos depoentes está presente o olhar, a interação, a alteridade mobilizada com o migrante.

Em depoimento colhido por uma migrante maranhense moradora da Vila Maranhão (Localizada em Araguaína -TO), esta relata como é a recepção de Araguainenses quando esta relata sobre sua origem:

Tem vezes que a gente está conversando e aí às pessoas perguntam se sou do maranhão e respondem “vixe maria”, é aquele preconceito, não sou só eu, mas meus meninos chegam falando, mãe lá no colégio tem uns meninos que fica falando de nós só porque nós somos maranhenses (ENTREVISTADA 1).

Problematizar o processo em que envolve questões de alteridade, o olhar sobre o migrante, envolve a busca da compreensão do olhar sobre o outro, em que em alguns casos não deixa de ser estigmatizante e estereotipado como aduz Santiago (2000, p. 56):

[...] circulam na sociedade local certas visões estereotipadas acerca dos aportes culturais de grupos regionais de migrantes, especialmente acerca dos maranhenses e paraenses. No caso dos maranhenses, elementos como a cor da pele, a prática religiosa (denominada de terecô) e sua inserção no mercado de trabalho, geralmente como mão-de-obra braçal (nas fazendas) ou subempregos constituem bases para processos de discriminação e hierarquização cultural.

Observa-se que a interação com o “outro” Maranhense através das falas dos depoentes torna-se conflituosa, o olhar estereotipado está presente nas relações entre os sujeitos, importante salientar que o migrante ao deslocar-se de sua origem realiza um processo de resignificação que perpassa o âmbito territorial, há um novo espaço, sujeitos, e ambiente a significar, na obra “Presenças do Outro”, Landowski (2002, p. 73), ao tratar da sócio semiótica, sintetiza a maneira como estas duas articulações entre o um e o outro se aproximam: “como se vê, assimilação e exclusão não passam, em definitivo, das duas faces de uma única e mesma resposta à demanda de reconhecimento do dessemelhante”.

Pondera-se que, tais fatos supracitados interferem na maneira de como o migrante maranhense significa o lugar que está inserido, por mais que este fora atraído por um desejo, ou talvez até por uma forma de manipulação dos sentidos atribuídos a promessa de oportunidades num discurso de criação de um novo Estado,

ao se deparar com problemáticas que não correspondem as suas expectativas há uma mudança no contexto semântico daquela realidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como explicitado, a criação do Estado do Tocantins além dos seus aspectos pragmáticos, é e foi uma prática discursiva, dotada de ideologias, influenciou pessoas a serem atraídas para um novo espaço, já existente, mas simbolicamente construído por uma conjectura política e que através dos constantes fluxos migratórios passa por processos de ressignificação.

Para a compreensão do discurso criacionista necessário se fez vislumbrar o objeto simbólico e sua produção semântica, investida de significância para os sujeitos afetos aos fluxos migratórios.

O aporte teórico da representação social, dialogado por Gil Filho (2005) contribui na discussão dos espaços de representação- Maranhão, Araguaína-TO e Vila Maranhão - o migrante através das suas experiências de vida, introjeta esses valores através de um fenômeno de reprodução que é transmitido aqueles que participam da comunidade em questão, interessante notar que os avanços mínimos na vila Maranhão consubstanciam ainda mais a legitimidade daqueles que possuem a terra.

Pondera-se que, tais fatos supracitados interferem na maneira de como o migrante maranhense significa o lugar que está inserido, por mais que este fora atraído por um desejo, ou talvez até por uma forma de manipulação dos sentidos atribuídos a promessa de oportunidades num discurso de criação de um novo Estado, ao se deparar com problemáticas que não correspondem as suas expectativas há uma mudança no contexto semântico daquela realidade.

Ao iniciar a investigação sobre o objeto de pesquisa, a priori o intuito era abordar questões sobre as influências que a identidade maranhense e sua constante migração para a cidade de Araguaína-TO iria ocasionar no contexto cultural, ou até mesmo territorial. Contudo, dialogando com Hall (2003) e o estudo sobre identidades, compreende-se que não há que se falar em identidades uníssonas principalmente levando em consideração a pós-modernidade.

A abordagem metodológica da Análise do discurso e da representação social elencam o depoente como o protagonista do processo semântico na pesquisa, o que retira o pesquisador da zona de conforto, pois, por mais que as entrevistas semiestruturadas almejam auferir alguns informações que dialogam que o objeto, os entrevistados através das suas vivências e percepções do mundo apresentam

estruturas de análise diferenciadas, em razão que possuem histórias de vida diferentes e motivações diversas que os impulsionaram para Araguaína-TO.

O contato com os moradores da Vila Maranhão, lócus de abordagem da pesquisa foi delicado, primeiro porque o acesso à região ainda é precário em decorrência das ruas sem asfalto, outro ponto, é a ocupação da Vila que gera um sentimento de desconfiança entre os moradores, pois de acordo com os relatos dos próprios, agentes da prefeitura já tentaram desapropriá-los, outro ponto de insegurança, é a ausência de registro dos imóveis, o que ocasiona outros movimentos de ocupação de áreas na região.

Em decorrência de tais fatores a aproximação com os moradores foram acontecendo aos poucos, e houve necessidade de um período de convivência com os entrevistados para que estes ganhassem uma certa confiança no pesquisador. Um dos fatos que contribuíram tal aproximação foi o contato com o presidente de Bairro que facilitou e propiciou o acesso.

Observou-se que, a criação do Estado do Tocantins não foi apenas o fator preponderante que contribuiu para a migração dos maranhenses, cada entrevistado possui subjetividades neste processo de deslocamento, a pesquisa em decorrência de fatores temporais não consegue vislumbrar e analisar todos os aspectos subjetivos apresentadas nos discursos dos migrantes advindos do Maranhão.

A abordagem através da análise do discurso contribuiu para compreensão do objeto, e os nuances que as entrevistas apresentaram através das vivências, das construções ideológicas e as identidades de cada um abordado.

Ressalta-se que, há uma amplitude de questões a serem abordadas através das entrevistas, cada depoente possui suas ponderações sobre o seu deslocamento, a respeito da sua recepção na cidade de Araguaína-TO, as territorialidades, os símbolos que perpassam suas vidas, as análises na pesquisa são iniciais, o intuito não é mobilizar respostas e conceitos uníssonos, mas sim, buscar discussões sobre as questões identitárias envolta do deslocamento de migrantes maranhenses ao Tocantins.

Outra questão a ser ponderada sobre a análise do discurso, é o protagonismo que o olhar metodológico gera no entrevistado, por mais que o pesquisador possua seu roteiro de forma prévia, é o sujeito que significa suas próprias experiências de vida, a sua luta por subsistência e suas diversas motivações para o deslocamento refletidas com base nos referencias teóricos, reflete que as história do movimento

migratório ao Tocantins é mobilizada por várias percepções, desencadeada por diversos fatores.

As questões envolta a subsistência é uma das motivações mais frequentes entre os depoentes, através da promessa de melhoria de vida, os indivíduos migram para um melhor acesso a trabalho, moradia, educação, saúde, dentre outras necessidades básicas. Mas, as suas próprias construções sociais também colaboram com o processo migratório para a região, sendo que nem sempre o fator central no processo migratório refere-se à subsistência.

A pesquisa acadêmica é um exercício que envolve a construção e a desconstrução do indivíduo, as discussões dialogadas com os referenciais teóricos e com o recorte mobilizado traz uma ótica dentro de um universo de problematizações, há um cuidado para que o trabalho não se transformasse numa obra romantizada com um discurso ativista que subjugasse o migrante a uma condição subalterna.

Observa-se com os depoimentos, que os mesmos não se enxergam desta forma, por mais que existam olhares estigmatizantes em seu desfavor, há um sentimento de pertencimento, angariado por uma luta por direitos, por um patrimônio social e cultural próprio e compartilhado, sujeitos que através das suas construções de vida significam as realidades em sua volta.

REFERÊNCIAS CITADAS

ACUNHA, Fernando José Gonçalves. **Têmis e o sertão**: os limites do direito no combate à discriminação contra o nordeste e os nordestinos. 2012. 173f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012, p.27.

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar**: as fronteiras da discórdia. São Paulo: Cortez, 2007, p.31.

ALMEIDA, M. A. **Percepção de gestores e técnicos sobre o processo de gestão por competências em organizações no Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

ARAÚJO, Claudivan Santiago. **Araguaína – História e Atualidade**. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto do Município de Araguaína-TO, 2000.

ARAUJO, F.G.B de; HAESBAERT, R. (Orgs). **Identidades e territórios**: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: *Acess*, 2007, p.28.

BARONAS, Roberto Leiser. Efeito de sentido de pertencimento à análise de discurso. Artigo apresentado na mesa redonda Bakhtin, Pêcheux e Foucault: é preciso escolher nossas heranças In: SEMINÁRIO DO GEL, 53., 2005, São Carlos. **Anais eletrônicos...**São Carlos: UFSCAR/SP, 2005.

BECKER, Bertha. **Geopolítica da Amazônia**: a nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p.37-39.

_____. MIRANDA, M. P. **O papel das cidades na ocupação da Amazônia**. Brasília: IPEA/CEPAL, 1987.

_____. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1999.

_____. Revisão da políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Revista Parcerias Estratégicas**, 2001, pp.18, 135, 137, 138, 139, 144.

_____. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Gramond, 2007.

BETTANINI, T. **Espaço e ciências humanas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.3.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Resolução nº 88 de 1973**. Cria a comissão de estudos da redivisão territorial do país. Brasília, DF, 1973. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=236019>>. Acesso em: 10 out. 2016.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 7 ago. 2015.

_____. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração. Brasília, DF, 24 maio 2017. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13445-24-maio-2017-784925-publicacaooriginal-152812-pl.html>>. Acesso em: 04 set. 2017.

BRITO, Eliseu Pereira de Brito; DIAS, Reges Sodré da Luz Silva. O papel econômico da cidade de Araguaína no norte goiano pós criação da Rodovia Belém-Brasília. In. SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, ESTADO E SOCIEDADE, 1. 2012. Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos**.... Rio de Janeiro, 2012, p.3-10.

BRITO, Mariza Angélica Paiva. O uso argumentativo das não coincidências do dizer. **ReVEL**, edição especial, v. 14, n. 12, 2016, p.208.

BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de direito constitucional**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 528.

CAMPOS, Odisséia Aguiar; SANTOS, José Vandilo dos. A presença maranhense em Palmas-Tocantins: identidade social, estigma e preconceito. **Revista Observatório**, v. 2, n. 3, maio/ago. 2016, pp.2 e 6.

CASTRO, Ana Laura Rabelo Araújo de. **Você é daqui?:** a subjetividade de famílias brasileiras em movimento de migração interna. 2004, p.76. Disponível em: <https://alsafi.ead.unesp.br/bitstream/handle/11449/97694/castro_alra_me_assis.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 04 set. 2017.

CORRÊA. Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1997, p.279.

CUNHA, José Marcos Pinto. Migração no Centro-Oeste Brasileiro: as tendências e características do período 1986/96. In: HOGAN, Daniel Joseph; CARMO, Roberto Luiz do; CUNHA, José Marcos Pinto da; BAENINGER, Rosana (orgs). Migração e ambiente no Centro-Oeste. Campinas: Núcleo de Estudos de População. UNICAMP: PHONEX, 2002, pp. 87-128.

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, jun. 1987, p. 2.822.

DURKHEIM, E. **Sociologia e filosofia**. São Paulo: Ícone Editora, 1994.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: UNB, 2001, p.91.

FARAH, P. D. E. **Deleite do estrangeiro em tudo o que é espantoso e maravilhoso:** estudo de um relato de viagem bagdali. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007, p.15.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitaria, 2005, p.96.

GASPAR, Jacira. **O papel do Ensino Superior em Araguaína-TO:** o que dizem os alunos e os professores. Tese (Doutorado) - Universidade de Lisboa. Lisboa, Portugal, 2011, p.111.

GIL FILHO, Sylvio Fausto. Geografia cultural: estrutura e primado das representações. In: **Espaço e Cultura**, UERJ, Rio de Janeiro, n. 19-20, p. 51-59, jan./dez. 2005.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988, p.6.

GROSFUGUEL, Ramón. Del extractivismo económico al extractivismo epistémico y AL extractivismo ontológico: una forma destructiva de conocer, ser y estar en el mundo. **Revista Tabula Rasa**, 2016. p.126.

GUDYNAS, Eduardo. Extracciones, extractivismos y extrahecciones: un marco conceptual sobre la apropiación de los recursos naturales. **Observatorio del Desarrollo**, v. 18, p. 1-18, 2013.

GUILHAMOU, J. Ou va l'analyse de discours? autour de la notion de formation discursive. **Revista Eletrônica Marges Linguísticas**, n. 9, maio 2005, pp.9 e 13.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Amazônia, território em movimento: vidas precárias. **Revista de História Unisinos**, 2017, p.40-41.

GIL FILHO, Sylvio Fausto. **Espaço de representação**: uma categoria chave para a análise cultural em geografia. Disponível em: <<http://faustogil.ggf.br/gilfilho/arquivos/espaco-representacao-geografia.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

_____. Espaço de Representação e Territorialidade do Sagrado: Notas para uma teoria do fato religioso. **O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, v. 3, n. 3, p. 91-120, 1999.

HAESBAERT, R. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. (org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2008, pp.45 – 56.

HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. 10. ed. São Paulo: DP&A, 2012.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, pp.8,21 e 69.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, pp. 9, 92, 94 e 134.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico de 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40>. Acesso em: 20 abr. 2016.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD de 2015. <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2015/default.shtm>. Acesso em: 20 abr. 2016.

JORNAL DO TOCANTINS. **Tocantins é 8,9% maranhense, 6,5% goiano e 2,8% piauiense.** 2015. Disponível em: <<http://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/economia/tocantins-%C3%A9-8-9maranhense-6-5-goiano-e-2-8-piauiense-1.997302>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

LANDOWSKI, E. **Presenças do outro.** São Paulo: Perspectiva, 2002, p.73.

LEMONS, Vivian de Assis. **Mito, história e memória em órfãos do eldorado de Milton Hatoum.** 2014. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São José do Rio Preto, 2014.

LITTLE, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade”. **Série Antropologia**, n. 322. Brasília: Departamento de Antropologia. 2002, p.266.

MELANDER FILHO, Eduardo. **A cultura Segundo Edward B. Tylor e Franz Boas.** São Paulo: Gazeta de Interlagos, 2009.

MOSCOVICI, S. Prefácio de Textos em Representações Sociais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (orgs.). **Textos em representações sociais.** Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Representações sociais:** investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003, p.43.

MORAIS, Itamar Araújo. **Araguaína (TO):** enquanto cidade média no contexto regional. 2014. 132f Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Brasília, 2014, pp.37,41 e 118.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. 8. ed. Campinas (SP): Editora Pontes, 2009, pp.26 - 69.

PÊCHEUX, M. Ouverture. In: CONEIN, B et al.. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. 2. ed. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 1975.

_____. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 1997, pp.53, 160 e 161.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano.** 2009. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/idh/relatorios-de-desenvolvimento-humano/relatorio-do-desenvolvimento-humano-2009.html>>. Acesso em: 04 set. 2017.

PÓVOA, Liberato. **A história didática do Estado do Tocantins**. 2017. Disponível em: <<http://www.liberatopovoa.com.br/wp-content/uploads/2017/03/HISTORIA-DIDATICA-DO-TOCANTINS.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

_____. **História didática do Tocantins**. Editora Kelps, 2004, pp.41 e 74.

RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. 16. ed. São Paulo: Editora Record, 2002.

_____. **Vidas secas**. São Paulo: Editora Record, 1938.

RODRIGUES, Jean Carlos. **Estado do Tocantins: política e religião na construção do espaço de representação tocaninense**. 2008. 147f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista – UNESP, Presidente Prudente, 2008. Disponível em: <http://200.145.6.238/bitstream/handle/11449/105048/rodrigues_jc_dr_prud.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 3 ago. 2017.

_____. **Experiência, identidade e a criação do Tocantins**. Revista Formação Online, n. 18, volume 1, p.24-38, jan. /Jun., 2011.

_____. **Estado do Tocantins: política e religião na construção do espaço de representação tocaninense**. São Paulo: Blucher, 2010.

_____. Identidade, política e eleição no estado do Tocantins: 1988-2010. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 32, n. 2, p. 127-137, jul./dez. 2012a.

SANTIAGO, Claudivan. **Araguaína-história e atualidade**. Araguaína, 2000, pp. 33 e 56.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço, técnica e tempo: razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SAQUET, Marcos A. **O território: algumas interpretações**. Presidente Prudente: UNESP, 2003, p.28.

SAYAD, A. **L'immigration ou les paradoxes de l'altérité**. Bruxelles: Éditions universitaires de Boeck-Wesmael, 1991, p.243.

SILVA, Edna de Mello; MELZ, Talita. **A “mitização” da construção do Tocantins**. Ouro Preto (MG): UFOP, 2013, p.6.

SILVA, Idelma. **A migração como mito fundador e outras metáforas: narrativas da colonização no sudeste do Pará**. 2010, p.119. Disponível em: <<http://www.uft.edu.br/revistaescritas/sistema/uploads/a-migraccca7acc83o-como-mitofundador-e-outras-metacc81foras-narrativas-da-colonizacca7acc83o-no-sudeste-do-paracc81.pdf>>. Acesso em: 3 out. 2017.

SILVA, Roberto Antero. **Urbanização pela migração em Araguaína (TO)**. 2016, p. 2. Disponível em:

<www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/33488/18903>.
Acesso em: 8 ago. 2017.

SILVA, Sidney. A migração dos símbolos: diálogo intercultural e processos identitários entre os bolivianos em São Paulo. **São Paulo em perspectiva**, v. 19, n. 3, p. 77-83, jul./set. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-8392005000300007&script=sci_arttext>. Acesso em: 09 maio 2018.

SINGER, Paul I. **Migrações internas**. Fortaleza: Etene, 1980, p.240.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 2012, p.47.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

ALMEIDA, Guilherme do Couto de. Invasão ou ocupação? Ensaio sobre a função social da propriedade. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 10, n. 1158, 2 set. 2006. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8882>>. Acesso em: 04 set. 2017.

BARROS, Adriana Sales. **As não-coincidências do dizer**: análise metadiscursiva da configuração textual charge. 2012. Disponível em: <<http://www.gelne.com.br/arquivos/anais/gelne-2012/Arquivos/%C3%A1reas%20tem%C3%A1ticas/An%C3%A1lise%20do%20discurso/3%20-%20Adriana%20Sales%20-%20AS%20N%C3%83O%20COINCID%C3%84NCIAS.pdf>>. Acesso em: 01 jan. 2018.

BARROS, Antonio Evaldo Almeida. **Em trilhas encantadas**: sociedade, cultura e religiosidade no Maranhão. 2008. Disponível em: <<http://www.abhr.org.br/wp-content/uploads/2008/12/barros-antonio.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **A construção do nacional- desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a dinâmica de interação entre Estado e Mercado nos setores de base**. 2013. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/revista/vol7/vol7n4p239_275.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2018.

BASTOS, Philipe. **Siqueira ressalta sonho de gerações pela criação do estado do Tocantins**. 2013. Disponível em: <<https://secom.to.gov.br/noticia/162145/>>. Acesso em: 3 jan. 2018.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRITO, Eliseu Pereira de Brito; DIAS, Reges Sodré da Luz Silva; DIAS, Reges Sodré da Luz. Uma análise territorial a partir da rodovia Belém-Brasília em Araguaína-TO. **Revista Tocantinense de Geografia**, 2012.

CAMPOS. Rinaldo. **O ditador do cerrado**. 5. ed. São Paulo: Editora Independente, 2008.

CARLOTO, Denis Ricardo. **O espaço de representação da comunidade árabemulçumana de Foz do Iguaçu-PR e Londrina-PR**: da diáspora à

multiterritorialidade. 2007. 130 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso, modos de organização**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

FLORES, M. A. **A indução no ensino: desafios e constrangimentos**. Lisboa: Editora do Instituto de Inovação Educacional, 2000.

GOOGLE MAPA. **Cidades do Tocantins**. 2018. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/search/cidades+do+tocantins/@-9.3432253,-52.7190482,6z/data=!3m1!4b1>>. Acesso em: 04 jan. 2018.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Nação, Nacionalismo, Estado. **Estudos Avançados**, v. 22, n. 62, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n62/a10v2262.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multi-territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LANDOWSKI, E. Avoir prise, donner prise. **Actes Sémiotiques [Online]**, n. 112, 2009.

_____. Regimes de espaço. **Galáxia (Online)**, São Paulo, n. 29, p. 10-27, jun. 2015.

LOPES, Alberto Pereira. A cidade de Araguaína: porta de entrada e saída dos trabalhadores aliciados. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaeconomica/97.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2018.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. 6. Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

OLIVEIRA, L.A.P.; OLIVEIRA, A.T.R. **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

OLIVEIRA, Rosimar Regina Rodrigues de. **O progresso na “Marcha para o Oeste”**: uma análise enunciativa na imprensa mato grossense. Programa de pós-graduação em linguística, Universidade Estadual de Campinas, 2007.

PÊCHEUX, M. Ouverture. In: CONEIN, B et al. **Matérialités discursives**. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1981.

_____; FUCHS, C. Léxis et métaléxis. In: **La formalisation en linguistique, in Cahiers pour l’analyse, Editions du Seuil**, n. 9, juillet 1968.

_____; HENRY, P.; HAROCHE, C. La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours. **Revue Langages**, v. 24, 1971.

PEIXOTO, João. **As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macrossociológicas**. Lisboa: SOCIUS Working Papers, 2004.

PEREIRA, Eliane M.C. Manso. O Estado novo e a marcha para o oeste. **História Revista**, 1997.

ROCA, Joaquín Garcia. **Enfoque psicossocial e incidência pública**. Espanha: Fundación CeiMigra, 2010.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. **Sociologia das migrações**. Portugal: Universidade aberta, 1995.

RODRIGUES, Jean Carlos. “O Tocantinense não é Goiano”: a identidade regional e a criação do Estado do Tocantins. **Espaço & Geografia**, v. 15, n. 02, p. 475-490, 2012b. _____; A geografia política do Estado do Tocantins: análise da criação/emancipação de municípios Tocantinenses. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/viewFile/22694/17328>. Acesso em: 3 ago. 2017, p.23.

SASAKI, Elisa Massae; ASSIS, Gláucia de O. “Teorias das migrações internacionais”. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000. **Anais...** Caxambu, 2000.

SCHOPENHAUER, A. **O mundo como vontade e representação**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

_____. **O mundo como vontade e representação**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

SILVA, Valéria Cristina Pereira Silva. **Palmas, a última capital projetada do século XX, uma cidade em busca do tempo**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SOUZA, M.L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: I.E. CASTRO et al. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

TOCANTINS. **Constituição do Estado do Tocantins**. 1989. Disponível em: <<http://portal.to.gov.br/governo/legislacao/1069>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

VALVERDE, Orlando; DIAS, Catarina Vergolino. **A rodovia Belém-Brasília: estudo de Geografia Regional**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia, 1967.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global**. Belo Horizonte: UFMG, 2004. p. 25-119.

ANEXO A



CENTRO UNIVERSITÁRIO
TOCANTINENSE PRESIDENTE
ANTÔNIO CARLOS - UNITPAC



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Dilemas migratórios - estudo das memórias e narrativas dos migrantes maranhenses em Araguaína após criação do Estado do Tocantins.

Pesquisador: Italo Danyel Amorim Gonçalves dos Santos

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 79346817.4.0000.0014

Instituição Proponente: Faculdades de Ciências Humanas Econômicas e da Saúde de Araguaína

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.372.275

Apresentação do Projeto:

Trata-se de projeto de pesquisa visando analisar e retratar os dilemas que envolvem os movimentos migratórios e seus efeitos na cidade de Araguaína (TO), através das memórias e narrativas dos migrantes maranhenses, sendo a escolha pela migração maranhense em virtude da proximidade fronteiriça entre os dois Estados (Tocantins e Maranhão).

Objetivo da Pesquisa:

A pesquisa possui como objetivo primário investigar o impacto da criação do Estado do Tocantins sobre o processo migratório maranhense para a cidade de Araguaína a partir de 1989.

São objetivos secundários:

- a) Descobrir os efeitos que essa troca migratória ocasionou na cidade de Araguaína/TO, dentre os quais podemos citar em aspectos de representatividade, intelectual, discursiva, político, dentre outros.
- b) Verificar se há ocorrência de crise identitária entre os sujeitos protagonistas do processo

Endereço: Av. Filadélfia, nº 568, Setor Oeste.
Bairro: Araguaína
UF: TO **Município:** ARAGUAINA
Telefone: (63)3411-8500

CEP: 77.816-540

E-mail: cep@itpac.br


Prof. Romualdo Flávio Dropa
Coordenador do
CEP-UNITPAC



CENTRO UNIVERSITÁRIO
TOCANTINENSE PRESIDENTE
ANTÔNIO CARLOS - UNITPAC



Continuação do Parecer: 2.372.275

migratório;

c) Observar se o movimento migratório de maranhenses ocasionaram processos de aculturação e relativismo cultural no novo contexto espacial em que se instalaram.

d) observar se o "outro" maranhense sofreu ou sofre processos de estigmatização.

e) Problematizar os fatores de êxodo e atração que impulsionaram o movimento migratório depreendendo o "porquê" da escolha pela cidade de Araguaína/TO.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

O pesquisador apresenta como riscos o desconforto do entrevistado comum a uma pesquisa que se utiliza da história oral e da análise do discurso como metodologia de trabalho. Informa que a entrevista será similar a uma conversa corriqueira, e só depois será realizada as análises a luz das metodologias urdidas. O cuidado ao ser tomado, é que por ser uma área de ocupação irregular, e por o pesquisador ser considerado um estranho na região, os sujeitos poderão ficar receosos ao prestarem informações sobre suas vidas e histórias, devido ao processo conflituoso que há, principalmente no tocante a questões referentes à legalização, por isso, a pesquisa deverá ser realizada de forma cuidadosa, respeitando o habitat, o ambiente e as formas de vivências dos moradores que ocupam aquele espaço.

Benefícios:

O desenvolvimento analítico da pesquisa poderá contribuir para os esclarecimentos das vertentes a serem analisadas no objeto de estudo, como os movimentos migratórios; aspectos históricos, culturais, simbólicos e narrativos entre os Estados do Tocantins e Maranhão; fatores de atração, êxodo e recepção entres os espaços analisados; dentre outros aspectos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de relevante pesquisa que busca estudar a migração maranhense com ênfase na influência na identidade cultural tocantinense, buscando compreender as motivações humanas que conduzem à migração. Além disso, a pesquisa visa observar os referenciais de cultura, identidade e território de um determinado fluxo migratório (maranhense).

Endereço: Av. Filadélfia, nº 568, Setor Oeste.
Bairro: Araguaína
UF: TO Município: ARAGUAINA
Telefone: (63)3411-8500

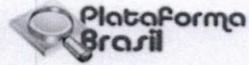
CEP: 77.816-540

E-mail: cep@itpac.br

Prof. Romualdo Flávio Dropa
Coordenador do
CEP-UNITPAC



CENTRO UNIVERSITÁRIO
TOCANTINENSE PRESIDENTE
ANTÔNIO CARLOS - UNITPAC



Continuação do Parecer: 2.372.275

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os Termos de apresentação obrigatória estão de acordo com as exigências do sistema CEP-CONEP

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O relator opina pela aprovação do projeto por estar de acordo com as exigências da Portaria 510/16.

Considerações Finais a critério do CEP:

O colegiado acompanha o voto do relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_903325.pdf	26/10/2017 11:16:06		Aceito
Outros	Anuencia.pdf	26/10/2017 11:15:46	Italo Danyel Amorim Gonçalves dos Santos	Aceito
Outros	Declaracao.doc	19/06/2017 14:24:06	Italo Danyel Amorim Gonçalves dos Santos	Aceito
Outros	Resultados.doc	19/06/2017 14:22:23	Italo Danyel Amorim Gonçalves dos Santos	Aceito
Folha de Rosto	Capa.PDF	19/06/2017 14:18:26	Italo Danyel Amorim Gonçalves dos Santos	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo.doc	14/04/2017 17:18:34	Italo Danyel Amorim Gonçalves dos Santos	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.doc	14/04/2017 17:18:01	Italo Danyel Amorim Gonçalves dos Santos	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Infraestrutura.docx	14/04/2017 17:16:52	Italo Danyel Amorim Gonçalves dos Santos	Aceito
Cronograma	Cronograma.docx	14/04/2017 17:13:21	Italo Danyel Amorim Gonçalves dos Santos	Aceito
Brochura Pesquisa	Pesquisa.docx	14/04/2017	Italo Danyel	Aceito

Endereço: Av. Filadélfia, nº 568, Setor Oeste.
Bairro: Araguaína
UF: TO Município: ARAGUAINA
Telefone: (63)3411-8500

CEP: 77.816-540

E-mail: cep@itpac.br

Prof. Romualdo Flávio Dropa
Coordenador do
CEP-UNITPAC



CENTRO UNIVERSITÁRIO
TOCANTINENSE PRESIDENTE
ANTÔNIO CARLOS - UNITPAC



Continuação do Parecer: 2.372.275

Brochura Pesquisa	Pesquisa.docx	17:11:26	Amorim Gonçalves dos Santos	Aceito
-------------------	---------------	----------	-----------------------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ARAGUAINA, 08 de Novembro de 2017

Assinado por:
ROMUALDO FLÁVIO DROPA
(Coordenador)

Prof. Romualdo Flávio Droga
Coordenador do
CEP-UNITPAC

Endereço: Av. Filadélfia, nº 568, Setor Oeste.
Bairro: Araguaína
UF: TO **Município:** ARAGUAINA
Telefone: (63)3411-8500

CEP: 77.816-540

E-mail: cep@itpac.br